



REVISTA TERCEIRO INCLUÍDO

Transdisciplinaridade e Temas Contemporâneos

vol. 12 - 2022
ISSN 2237-079X



LagCriArte

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA, IMAGINÁRIO, CRIATIVIDADE E ARTE



Foto da Capa

Título: Paisagem em Arenito - Pumakalle, Turquia

Autora: Valéria Cristina Pereira da Silva, 2021

CONTATOS

Universidade Federal de Goiás (UFG): <https://www.ufg.br/>

Instituto de Estudos Socioambientais (IESA): <http://www.iesa.ufg.br>

Laboratório de Geografia, Criatividade e Arte:

<https://lagicriarte.iesa.ufg.br/>

Campus Samambaia (Campus II), Conjunto Itatiaia, Goiânia, Goiás, Brasil, Caixa Postal 131.

Fone: (62) 3521-1184 Ramal: 217.

e-mail: terceiroincluido@gmail.com

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons

A abrangência dessa licença estão disponíveis em

<http://www.revistas.ufg.br>.

Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Equipe Editorial.

Essa revista foi produzida utilizando Software Livre
Scribus - Editoração

Revista Terceiro Incluído

Goiânia, Goiás: UFG, 2022

ISSN: 2237-079X

ARTIGOS

Interdisciplinaridade, Ecologia Política E Comunidades Tradicionais Na América Latina BONFÁ NETO, Dorival; SUZUKI, Júlio César.....	5
Qual(is) o(s) sentido(s) do(s) rural(is) contemporâneo(s)? MOREIRA, Tiago Rodrigues; MARANDOLA JR., Eduardo	25
Experiências autoetnográficas com o trabalho: a estética da feira CHAVEIRO, Eguimar Felício.....	39
A docência e as dificuldades enfrentadas por licenciando cadeirante no exercício do estágio de regência MAICÁ, Alzevane Santos; ALBERTO, Simão; ROSSA, Übersson B.....	51
A luz que não se vê: o âmago da polarização ROCHA, Antonio.....	63
Desafios da gestão de resíduos sólidos com inclusão de catadores de materiais recicláveis: análise da evolução dos serviços de coleta seletiva na sub-região sudoeste da região metropolitana de São Paulo DOS SANTOS, Caroline Pereira.....	79
Experiência Intuitiva: A subjetividade em Viola Spolin e Jerzy Grotowski NOGUEIRA, Ronei Vieira; TANCREDE, Onira de Ávila Pinheiro; DE CAMARGO, Robson Corrêa.....	91
Multidimensionalidade e aprendizado biológico: um ensaio sobre a condição de estar vivo DE SOUSA, Jair Moisés.....	103
Vendo a terra como recurso: cinema, imaginários e discursos espaciais DO NASCIMENTO, Francijonison Custodio.....	111

RESENHA

Sejamos todos feministas SANTOS, Zildemar.....	123
---	-----

INTERDISCIPLINARIDADE, ECOLOGIA POLÍTICA E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA¹

INTERDISCIPLINARIEDAD, ECOLOGÍA POLÍTICA Y COMUNIDADES TRADICIONALES EN AMÉRICA LATINA

INTERDISCIPLINARITY, POLITICAL ECOLOGY AND TRADITIONAL COMMUNITIES IN LATIN AMERICA

Dorival BONFÁ NETO²

Júlio César SUZUKI³

Resumo: A América Latina trata-se de uma região historicamente espoliada, dentro da constituição do sistema mundo, e excluída, em relação ao pensamento social que produziu. Porém, trata-se de uma das regiões com maior biodiversidade e diversidade cultural do mundo, elementos constantemente ameaçados e postos em disputa entre os povos e interesses hegemônicos dos processos da modernidade capitalista. Assim, pretendemos discutir a relevância da interdisciplinaridade, da complexidade e da Ecologia Política nos estudos que envolvem os povos e comunidades tradicionais e a questão ambiental na América Latina. Para isso, seguimos uma abordagem que transita entre o conhecimento tradicional e o científico e que seja capaz de fornecer aspectos para a compreensão da chamada crise ambiental, cujos povos e comunidades tradicionais são sujeitos que tem o potencial de mitiga-la, pois adotam sistemas produtivos menos predatórios. A metodologia, de abordagem qualitativa, tratou-se de uma revisão e análise bibliográfica em que foram utilizados alguns autores clássicos sobre a temática, dando preferência para autores latino-americanos, a fim de nos utilizarmos das abordagens provenientes das epistemologias críticas latino-americanas e do campo da Ecologia Política.

Palavras-chave: Diálogo de saberes. Ecologia Política. Epistemologias latino-americanas. Interdisciplinaridade. Povos e comunidades tradicionais.

Resumen: América Latina es una región históricamente desposeída, dentro de la constitución del sistema mundial, y excluida, en relación con el pensamiento social que produjo. Sin embargo, es una de las regiones con mayor biodiversidad y diversidad cultural del mundo, elementos constantemente amenazados y puestos en disputa entre los pueblos e intereses hegemónicos de los procesos de la modernidad capitalista. Así, pretendemos discutir la relevancia de la interdisciplinariedad, la complejidad y la Ecología Política en los estudios que involucran a los pueblos y comunidades tradicionales y la cuestión ambiental en América Latina. Para ello, seguimos un enfoque que transita entre el conocimiento tradicional y el científico y que es capaz de brindar aspectos para la comprensión de la llamada crisis ambiental, cuyos pueblos y comunidades tradicionales son sujetos que tienen el potencial de mitigarla, en la medida en que adoptan sistemas productivos menos depredadores. La metodología, con un enfoque cualitativo, fue una revisión y análisis bibliográfico en el que se utilizaron algunos autores clásicos en el tema, dando preferencia a autores latinoamericanos, con el fin de utilizar enfoques de epistemologías críticas latinoamericanas y del campo de la Ecología Política.

Palabras clave: Diálogo de saberes. Ecología política. Epistemologías latinoamericanas. Interdisciplinariedad. Pueblos y comunidades tradicionales.

Abstract: Latin America is a historically dispossessed region, within the constitution of the world system, and excluded, in relation to the social thought it produced. However, it is one of the regions with the greatest biodiversity and cultural diversity in the world, elements constantly threatened and put into dispute between peoples and hegemonic interests of the processes of capitalist modernity. Thus, we intend to discuss the relevance of interdisciplinarity, complexity and Political Ecology in studies involving traditional peoples and communities and the environmental issue in Latin America. For this, we follow an approach that transits between traditional and scientific knowledge and that is capable of providing aspects for understanding the so-called environmental crisis, whose peoples and traditional communities are subjects that have the potential to mitigate it, as they adopt productive systems less predatory. The methodology, with a qualitative approach, was a review and bibliographical analysis in which some classic authors on the subject were used, giving preference to Latin American authors, in order to use approaches from Latin American critical epistemologies and from the field of Political Ecology.

Keywords: Dialogue of knowledge. Interdisciplinarity. Latin American epistemologies. Political Ecology. Traditional peoples and communities.

1 Esse artigo faz parte de uma pesquisa doutoral em processo, Território, modo de vida e pesca artesanal marítima no Brasil e na Colômbia, pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Agradecemos ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Graduado em Geografia, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e professor na educação básica. E-mail: dorival.neto@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7570-5441>

3 Graduado em Geografia e em Letras, com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor do Departamento de Geografia (FFLCH/USP) e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>.

INTRODUÇÃO

Desde antes, desde quando as primeiras caravelas apontaram no horizonte, até nossos dias, a história das Américas é uma história de traição à palavra: promessas quebradas, pactos descumpridos, documentos assinados e esquecidos, enganos, ciladas. “Te dou minha palavra”, segue-se dizendo, mas poucos são os que dão, com a palavra, algo mais do que nada. Não haverá o que aprender com os perdedores, como em tantas outras coisas? Os primeiros habitantes das Américas, derrotados pela pólvora, pelos vírus, pelas bactérias e também pela mentira, compartilhavam a certeza de que a palavra é sagrada, e muitos dos sobreviventes ainda acreditam nisso. [...] As culturas americanas mais americanas de todas foram desqualificadas, desde o início, como ignorâncias. Em sua maioria não conheciam a escrita. A *Ilíada* e a *Odisseia*, as obras fundadoras disso que chamam a cultura ocidental, também foram criadas por uma sociedade sem a escrita, e suas palavras voam cada vez melhor. Oral ou escrita, a palavra pode ser um instrumento de poder ou ponte de encontro. A desqualificação tinha, e continua tendo, outro motivo muito mais realista: estamos amestrados para ouvir e repetir apenas a voz do vencedor (GALEANO, Eduardo. *O teatro do bem e do mal*. Porto Alegre: LPM, 2017, p.46-47).

O estudo das comunidades tradicionais na América Latina se insere em um debate relativo à questão ambiental que engloba inúmeras temáticas, como identidade, conflitos socioambientais e territoriais, uso, apropriação e manejo dos recursos naturais, Políticas Públicas, governança, Patrimônio Cultural material e imaterial, entre outros. Nessa perspectiva, para uma discussão que envolve temas complexos como esse, é necessário adotar um ferramental metodológico inter ou transdisciplinar e complexo. Diegues (2001), Liu et al (2007) e Moran (2011) afirmam que as questões ambientais estão em uma interface entre as Ciências Naturais e as Sociais e por isso necessitam de um tratamento que seja interdisciplinar e que demande a contribuição e a ação orgânica das diversas disciplinas, superando a multidisciplinaridade, mais focada na presença de várias disciplinas na análise, e atingindo a interdisciplinaridade (DIEGUES, 2001, 2019; LEFF, 2011), ou a transdisciplinaridade (MORAN, 2011; MORIN, 2012).

Diegues (2001) e Morin (2012) esclarecem a diferença entre transdisciplinaridade e interdisciplinaridade, sendo que esta implica na cooperação e no encontro entre duas ou mais disciplinas, cada uma delas com seus planos conceituais, teorias e métodos, já aquela implica no contato e cooperação entre diferentes disciplinas quando estas adotam um mesmo paradigma ou método de investigação.

Sendo assim, para esses estudos, que se enquadram nos chamados sistemas socioecológicos (LIU et al, 2007; MORAN, 2011), uma só disciplina é incapaz de compreender e discutir toda a complexidade envolvida nos mesmos (DIEGUES, 2019; MORIN, 2012; MORAN, 2011; LEFF, 2011; LIU et al, 2007). Segundo Liu et al (2007), as interações entre sistemas humanos e naturais demandam considerar não somente variáveis ecológicas (habitat, padrões de paisagem, biodiversidade) ou humanas (processos socioeconômicos e culturais, redes sociais, governança) mas sim variáveis que conectam ambos, integrando ferramentas das Ciências Sociais e Naturais, como os Sistemas de Informações Geográficas, para a coleta de dados, manejo, análise, modelação e integração, também com os saberes e conhecimentos tradicionais (DIEGUES, 2001, 2019; LEFF, 2009a, 2009b).

Com isso, para pesquisas que abrangem comunidades tradicionais na América Latina, e que em um viés mais amplo discutem as temáticas da apropriação, uso e manejo de recursos naturais, os conflitos socioambientais que as envolvem, juntamente com suas culturas e modos de vida, faz-se necessário o uso de um ferramental metodológico que seja inter ou transdisciplinar, com forte preocupação e rigor na teoria e no método (MORAN, 2011; MORIN, 2012), e que reconheça que os problemas postos são complexos (LEFF, 2009a, 2011; MORIN, 2012), nos quais intervêm processos de diferentes escalas, temporalidades e racionalidades.

Frente a essas questões que estão postas, temos o objetivo de discutir a relevância da interdisciplinaridade (DIEGUES, 2001; LEFF, 2009a, 2009b, 2011; MORAN, 2011; LIU et al 2007), da Complexidade (LEFF, 2009a, 2011; LIU et al 2007; MORIN, 2012) e da Ecologia Política (ESCOBAR, 2015; LEFF, 2015; PORTO GONÇALVES, 2012; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015) nos estudos que envolvem as comunidades tradicionais e a questão ambiental na América Latina.

Isso será feito a partir de uma revisão bibliográfica em que serão utilizados alguns autores clássicos sobre a temática e daremos preferência para autores latino-americanos, a fim de nos utilizarmos das epistemologias críticas da América Latina, para um debate em prol do desenvolvimento local que está em desencontro com a reprodução ampliada do capital e com a colonialidade do saber, do ser e do poder, como propõe a abordagem descolonial. Para isso, é necessário um enfoque que consiga transitar entre o conhecimento tradicional e o científico, advindo das Ciências Naturais e Sociais, que seja capaz de fornecer aspectos para a compreensão da crise ambiental.

SOCIEDADES TRADICIONAIS E AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA

Pensar a América Latina não é somente pensar em um objeto de estudo, é pensar muito além, em um projeto de sociedade e de vida, de relação com a natureza e com os saberes, pois todos os povos latino-americanos têm em comum uma história colonial e violenta, e estamos submetidos ainda a uma condição de colonialidade do saber, do ser e do poder (CASTRO-GOMÉZ, 2000; LANDER, 2000; QUIJANO, 2000, 2005). Nessa perspectiva, para compreender a nossa história é necessária uma epísteme latino-americana anticolonial.

O conceito de América Latina é utilizado para indicar um recorte espacial, que tem a sua origem em uma apropriação que intelectuais de origem hispânica nascidos na América criam a partir de uma divisão entre Latinos e Anglo-Saxões em um contexto de disputa pela hegemonia dentro da Europa, principalmente entre católicos (Latinos) e protestantes (Anglo-Saxões). Assim, o termo América Latina, para espanhóis e franceses representou um combate à expansão dos EUA e preceitos imperialistas baseados na superioridade dos Latinos europeus (PORTO GONÇALVES; QUENTAL, 2012).

[...] o conceito de América Latina surge associado com a noção de “latinidade”, uma forma encontrada pelos franceses de diferenciarem-se da Europa anglo-saxônica (Inglaterra) e demarcarem o interesse dos países europeus de origem latina sobre a América, ao mesmo tempo em que confrontavam a franca expansão dos Estados Unidos. Não podemos esquecer, entretanto, que a França havia apoiado a luta de independência dos Estados Unidos (1776), até

porque isso ajudava a debilitar o império inglês seu inimigo na Europa. (PORTO GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p.10).

Mesmo que o conceito foi historicamente construído em busca de perpetuar relações de poder, pode-se dizer que em todos os países latino-americanos temos em comum uma longa história: de ocupação ancestral milenar com o desenvolvimento de muitas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, de colonização, dizimação das populações autóctones, escravidão, latifúndio, golpes políticos⁴, presença reduzida de experiências democráticas e governos populares.

Na América Latina, concentram-se diversos recursos naturais, que incluem recursos minerais (ouro, prata, cobre, bauxita, estanho, níquel etc) e recursos energéticos (petróleo, gás natural, urânio e disponibilidade hidrelétrica). Também estão os maiores mananciais de água doce do mundo (Alter do Chão e Amazônia), as duas maiores áreas continentais alagadas do planeta (Pantanal/Chaco e a planície do Rio Araguaia/Ilha do Bananal), a maior reserva de petróleo (Venezuela), e grandes reservas de outros recursos minerais e naturais, como o cobre no Chile (maior reserva mundial) e o ferro no Brasil (terceira maior reserva global) (PORTO GONÇALVES, 2012).

Porto Gonçalves (2012) afirma que a América Latina é a maior reserva genética do mundo. Além disso, dispomos de 7% da população mundial, entre 42 e 45% da água doce da Terra, metade da biodiversidade mundial, sede de enormes depósitos de petróleo, gás e minerais estratégicos e de terras aptas para a produção de todo tipo de alimentos de origem vegetal ou animal, 80% das reservas de lítio, a maioria na Bolívia (BORON, 2020). Muito desta riqueza se pode identificar na Figura 1, ainda que de maneira muito simplificada.



Figura 1. Recursos naturais na América Latina

Fonte: Geography Name (2016). Disponível em: . Acesso em: 15 nov. 2021.

4 Durante o século XX os países latino-americanos sofreram golpes que implantaram ditaduras militares com o apoio dos EUA: Guatemala e Paraguai (1954), Brasil (1964), República Dominicana (1965), Argentina (1966), Nicarágua (1967), Peru (1968), Bolívia (1971), Equador (1972), Chile e Uruguai (1973) e El Salvador (1979).

Por isso, pensar em América Latina é ter como pressuposto que natureza e sociedade são indissociáveis, não podem ser pensadas como separadas, como nos demonstra o pensamento descolonial contemporâneo (CASTRO-GOMÉZ, 2000; ESCOBAR; 2000, 2015; LANDER, 2000; MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2000, 2005). Esse argumento ainda se reforça pela presença de inúmeras comunidades tradicionais em todo o continente latino-americano, em uma diversidade que se deu devido a sensíveis e expressivos vínculos estabelecidos pelas sociedades com seus ambientes, possibilitando múltiplas determinações.

Toda essa diversidade de biodiversidade pode ser notada nos significados dos nomes dos países Sul-americanos, que fazem alusão aos elementos da natureza, da fauna e da flora (exceto os que se referem a nomes de personagens), conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2. Toponímia dos países Sul-americanos



Fonte: BBC (2018). Mapa sem escala. Disponível em: . Acesso em: 10 dez. 2021.

Dessa maneira, durante toda a nossa história de formação do subcontinente latino-americano, o que chamamos de natureza foi um elemento determinante para a formação sociocultural dos povos. As terras latino-americanas que um dia foram apropriações (comunais) das sociedades originárias, hoje estão sobre leis criadas pelos governos sem levar em contas os saberes ancestrais e as necessidades das populações que lá habitam, ou seja, se manteve a visão de colonizar e conquistar, para transformar em pasto, em monocultura ou simplesmente preservar (GOMÉZ POMPA; KAUS, 2000). É por meio da invasão dos colonizadores que os povos originários experimentam uma longa história de exploração, expropriação e desterritorialização (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Os territórios culturais da América Latina são derivados do legado de suas ricas e diversas culturas e de seus conhecimentos tradicionais que remontam as formas ancestrais de ocupação. Essas populações desenvolveram um rico repertório de conhecimentos que em encontro com a diversidade biológica constituiu um patrimônio histórico dos povos e comunidades tradicionais, construídos com e não contra a natureza (PORTO GONÇALVES, 2012; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Por essa perspectiva, a biodiversidade é resultado do território mais cultura (ESCOBAR, 2015). Gómes Pompa e Kaus (2000) indicam que quase todas as áreas do globo um dia já foram cultivadas. Mesmo que pareçam espaços intocados, essas populações mantiveram e estimularam a sua biodiversidade, por meio de um etnomanejo (manejo realizado pelas populações tradicionais), que por sinal tem sido negligenciado pelos governos na elaboração de legislações e políticas públicas (DIEGUES, 2019).

Atualmente na América Latina, há o predomínio de um modelo de desenvolvimento agrário que se enquadra no processo de reprodução ampliada do capital, supervalorizando o repertório científico eurocêntrico e as técnicas ocidentais e desconsiderando o conhecimento e as técnicas próprias das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas (DIEGUES, 2019). Nesse sentido, práticas de manejo dos recursos naturais, sejam elas agrícolas, extrativistas, pesqueiras, como os terraceamentos⁵, a adubação verde⁶ e algumas técnicas de pesca artesanal, antes praticadas pelas comunidades e povos tradicionais, foram totalmente desprezadas em função de monoculturas agrícolas, uso de químicos, pesca industrial etc., que promovem uma intensa exploração dos recursos dos países latino-americanos, e dos países subdesenvolvidos em geral (LEFF, 2009; MORAN, 2011).

Como comunidades e povos tradicionais, entendemos:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007⁷).

Esses grupos são portadores dos chamados conhecimentos tradicionais (DIEGUES, 2019), que podem ser referidos também como: saberes tradicionais, conhecimentos locais, etnosaberes e memória biocultural, e na literatura inglesa eles são chamados de tradicional, não ocidental ou conhecimentos tradicionais ecológicos (PORTO GONÇALVES, LEFF, 2015). De forma geral, esses conhecimentos práticos, reflexivos e experimentais representam um patrimônio cultural transmitido de geração em geração, assim relacionando cultura, território e identidade (DIEGUES, 2019; PORTO GONÇALVES, LEFF, 2015).

Sendo assim, para além dos danos ambientais causados pela “imposição” de modelos produtivos ocidentais - que desprezam esses conhecimentos tradicionais - e do chamado desenvolvimento (CASTRO, 2007), estão os danos culturais, pois muitas culturas não ocidentais

5 Técnica agrícola voltada para o plantio e para a conservação do solo, empregada em terrenos muito inclinados, controlando a erosão hídrica e permitindo o cultivo.

6 Técnica agrícola que promove a reciclagem do solo a partir do plantio de determinadas espécies vegetais, que fornecem nutrientes e fertilizam o solo, principalmente aquelas espécies que são da família das leguminosas, gramíneas, crucíferas e de cereais.

7 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instaurada com o Decreto nº 6.040/2007.

(indígenas e não indígenas, como os camponeses, pescadores, ribeirinhos etc.) têm os seus modos de vida ameaçados frente a expansão dessas atividades predatórias ambiental e culturalmente (DIEGUES, 2001; 2019; LEFF, 2009b).

Nesse sentido, somos permeados por uma visão ocidental do pensamento ambiental que:

[...] negligencia as percepções e as experiências das populações rurais, pessoas que têm as mais próximas ligações com a terra e encaram o ambiente natural à sua volta antes de tudo como professor e provedor. Negligencia os que são afetados mais diretamente pelas atuais decisões políticas, tomadas em cenários urbanos e referentes ao uso dos recursos naturais. Ela negligência os que nos alimentam. (GOMÉZ POMPA; KAUS, 2000, p.126).

Essa visão que negligenciou e negligencia os conhecimentos tradicionais dos povos e comunidades tradicionais latino-americanos é vista pela teoria descolonial como um processo em que a modernidade acompanha uma colonialidade, em que está implícita a marginalização das culturas e dos conhecimentos não ocidentais (ESCOBAR, 2015; LEFF, 2015). O pensamento ocidental institui a América sob fundamentos de relações sociais e de poder que são baseados no extermínio das populações originárias, na servidão, na escravidão, na espoliação da terra e na exploração dos recursos naturais (PORTO GONÇALVES; QUENTAL, 2012).

Enrique Leff (2009b) afirma que foi a chegada do capitalismo mercantil, por meio da colonização europeia, que marcou o início dessa destruição de práticas tradicionais de manejo e a apropriação dos recursos naturais, que eram extraídos das colônias e enviados às metrópoles. Esse processo, ainda totalmente em vigor, culminou na degradação de muitos sistemas culturais e ecológicos e no fim de muitas práticas tradicionais de manejo e uso dos recursos naturais (DIEGUES, 2019), que para Leff (2009b), associado com a dependência tecnológica, é a causa do subdesenvolvimento.

Por isso, a nossa compreensão de subdesenvolvimento é este como sendo um produto do desenvolvimento desequilibrado do mundo, em que os países subdesenvolvidos pagam o preço por meio do esbanjamento inconsiderado dos recursos naturais, bem como as rupturas de seus sistemas ecológico-sociais. Essa ideia também defendida, desde os anos 1970, pelo médico, geógrafo e político brasileiro Josué de Castro (2007, p.167):

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta. [...] Os países subdesenvolvidos que lutam pela sobrevivência devem se preocupar com os problemas do meio e do desenvolvimento em escala mundial, para se defenderem das agressões que o seu próprio povo sofre há séculos por parte das metrópoles colonialistas, destruidoras da condição humana nas áreas subdesenvolvidas.

O embate em torno da questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento remete também ao conceito de desenvolvimento sustentável, surgido em fins dos anos 1980. O conceito surge para harmonizar a ideia de conservação da natureza com as metas de desenvolvimento do sistema capitalista, por meio de ideias para acumular valores biológicos, sociais e culturais para a

biodiversidade, ou seja, para uma mercantilização da biodiversidade (ESCOBAR, 2015), em que esta aparece não só como uma diversidade de formas vivas, mas como reservas naturais (de habitat e de diversidade natural e cultural), valorizadas por sua riqueza genética, como recursos para o ecoturismo e por sua função de coletar carbono (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Leff (2009b, 2011) afirma que nunca se transformou o mundo com base nos conhecimentos ocidentais capitalistas como o faz hoje, principalmente com o ambiente e seus recursos naturais, que são transformados em valor de troca, em um processo de mercantilização da natureza que culmina na expropriação cultural e social, principalmente nos países subdesenvolvidos, mas sempre com as populações subalternas (em todos os continentes).

Dentro dessa problemática que abrange sociedade, cultura, economia e natureza, faz-se necessário construir uma análise pautada na interdisciplinaridade e baseada nos potenciais ecológicos, nas identidades culturais e na construção de uma racionalidade alternativa de desenvolvimento, com referência na reinvenção dos territórios, na reapropriação social da natureza e na descolonização dos saberes, como também propõe a Ecologia Política (ESCOBAR, 2015; LEFF, 2015; PORTO GONÇALVES, 2012; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

CRISE AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE

As questões ambientais, tais como a perda da diversidade biológica, a poluição de rios e mares, a desertificação crescente, a destruição florestal, entre outras, emerge nas ciências em fins da década de 1960 e início de 1970. Essas questões se tornam temas globais, sendo uma resposta à percepção que os cientistas foram tendo da crise ambiental, que pode ser considerada um sintoma de uma crise social e do saber, guiada pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado (LEFF, 2011).

Porto Gonçalves e Leff (2015) afirmam que essa crise, que é civilizatória, emergiu a partir da percepção dos problemas ambientais e questionou a divisão entre natureza e cultura presente na concepção de mundo ocidental e eurocêntrica, configurando uma racionalidade dominante, que dissolveu áreas geográficas, territórios e seus significados culturais. Os autores defendem que a separação entre as Ciências Humanas e Naturais esteve relacionada com a separação das comunidades tradicionais e dos camponeses de seus territórios, que foram incorporados sob uma lógica mercadológica.

Nesse sentido, essa crise não se trata somente de uma crise natural, mas sim de uma crise socioambiental e civilizatória, que exige não só uma alteração nos padrões científico-tecnológicos, como também uma mudança nos valores consumistas da sociedade moderna (DIEGUES, 2001; LEFF, 2009a, 2009b). Antônio Carlos Diegues (2001, p.22-23) pontua as principais características dessa crise:

- a) Global: atingindo todos os ecossistemas e a biosfera como um todo, gerando os problemas ambientais hoje tidos como globais [...].
- b) Acelerada e Crescente: [...] tendo seu início no começo da Revolução industrial e acelerando-se no pós-guerra. [...].
- c) Irreversível: muitos ecossistemas não suportam a carga de poluentes [...] degradando-se de

- forma irreversível. [...]
- d) Ameaçadora, pelas suas dimensões: a capacidade crescente de destruição do meio ambiente e da vida humana assume proporções nunca vistas. [...].
- e) Reforçadora das desigualdades sociais e entre nações: as multinacionais exportando lixo tóxico e químico, bem como indústrias poluentes para os países do Terceiro Mundo.
- f) Causadora de impactos socioculturais de grandes proporções: os que mais sofrem com a degradação ambiental são as camadas mais pobres das cidades [...] as populações rurais [...] os chamados “excluídos”, dos países desenvolvidos, geralmente migrantes e refugiados [...].

Como uma resposta a essas crises, as questões ambientais surgem como campos desconhecidos, novos e relegados, mas que reivindicam um método interdisciplinar que seja capaz de reintegrar o conhecimento acerca da natureza em sua relação com as sociedades humanas para uma melhor compreensão da complexidade presente na realidade (LEFF, 2011). Esse movimento pode ser expresso no surgimento de algumas obras como *Primavera Silenciosa* (1962) de Rachel Carson, *Estratégia do desperdício* (1965) de Vance Packard, *A Bomba Populacional* (1968) de Paul Ehrlich, *A Teoria Geral de Sistemas* (anos 1950) de Bertalanffy, *O Homem Unidimensional* (1969) de Herbert Marcuse, *Da Gramatologia* (1967) de Derrida, *A Arqueologia do Saber* (1969) de Michel Foucault, *A Lei da Entropia e o Processo Econômico* (1971) de Nicolás Georgescu Roegen, *Os limites do crescimento* (1972) de Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers, and William W. Behrens III, *Gaia: um novo olhar sobre a vida na terra* (1979) de James Lovelock e *O mito do desenvolvimento* (1974) de Celso Furtado. Além disso, a partir da década de 1960 também houve uma emergência de movimentos emancipatórios e questionadores, como os movimentos feministas, negros, estudantis e ambientalistas e o movimento negro (DIEGUES, 2001; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Leff (2015) afirma que a crise ambiental e a fragmentação do conhecimento impediram uma análise dos complexos processos socioambientais. Como consequência emergiram nas ciências métodos interdisciplinares e de pensamento complexo para os estudos socioambientais. Esse processo marcou uma mudança na concepção de natureza, que se tornou um campo de disputa política e apropriação social, em que esta não era mais algo a ser dominado, quantificado e transformado, mas sim algo à ser redefinido epistemologicamente, a partir de uma visão ecológica e complexa (MORIN, 2012), em que teorias de sistemas, métodos interdisciplinares e o pensamento complexo convergem para uma reordenação e reintegração do conhecimento.

Edgar Morin (2012) aponta esse momento (décadas de 1960 e 1970) como o início de um elo mais complexo entre as Ciências Humanas e as Naturais, expresso no tratamento de temas sob um viés da complexidade, como, por exemplo, a Teoria Geral dos Sistemas e a expansão de novas ciências como a Ecologia, a Cosmologia e as Ciências da Terra. Ao tratar de sistemas complexos, em que as partes e o todo produzem e se organizam entre si, essas ciências “[...] rompem com o velho dogma reducionista de explicação pelo elementar: elas tratam de sistemas complexos” (MORIN, 2012, p.27).

Além desses eventos, na década de 1970 e 1980, começam a surgir movimentos e instituições ecológicas, além dos primeiros Partidos Verdes (Inglaterra e Alemanha). Quanto aos países subdesenvolvidos, no Brasil, tem-se o surgimento do Movimento dos Seringueiros⁸ e, na Índia, o Chipko Movement⁹, ambos associam conservação da natureza à dos modos de vida tradicionais (DIEGUES, 2001). Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, reconhece que uma das maneiras de “solucionar” a problemática ambiental está na reformulação do conhecimento sob métodos e técnicas interdisciplinares (LEFF, 2011; PORTO GONÇALVES, 2012).

Josué de Castro, em um ensaio apresentado nessa mesma conferência¹⁰, chama a atenção para a questão dos problemas ambientais analisada de forma parcial, não levando em conta as estruturas econômicas e mentais dos diferentes grupos humanos nos diferentes espaços geográficos, sendo o meio tratado apenas como um conjunto de elementos materiais que configuram as paisagens geográficas. Castro (2007, p.166) defende a posição de que:

Uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do contorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado uma totalidade. [...] o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente. Esse conceito é mais amplo e mais objetivo que o resultante de uma concepção do meio como sistema de relações mútuas entre os seres vivos e o contorno natural, considerados ambos como fenômenos isolados.

Nesse sentido, Castro (2007) defende que o ambiente compreende tanto fatores materiais como aqueles de ordem econômica, cultural e simbólica, portanto, para esses estudos (principalmente os científicos), seria necessária uma abordagem mais ampla. Além disso, é apontado que o principal fator responsável pela crise ambiental seria, mesmo que de maneira indireta, a partir da expansão da economia e da desigualdade econômica, expressa nas mais diversas escalas (global, regional e local) e que, por essa lógica, o subdesenvolvimento seria uma consequência do desenvolvimento, e não a ausência do mesmo, como pensado na época¹¹.

Sobre esse momento histórico para a questão ambiental global, Enrique Leff (2011, p.310) pontua que:

Paulatinamente passou-se da noção de ambiente que considera essencialmente os aspectos biológicos e físicos, a uma concepção mais ampla, que dá lugar às questões econômicas e socioculturais, reconhecendo que, se os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do ambiente humano, as dimensões socioculturais e econômicas definem as orientações

8 Movimento que eclode na Amazônia brasileira (estado do Acre) nos anos 1980, liderado por Chico Mendes (1944-1988), visando a conservação dos recursos da floresta e a garantia da presença das comunidades tradicionais em seus territórios (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

9 Movimento liderado por mulheres que floresce na Índia nos anos 1970, como resultado de iniciativas independentes de comunidades tradicionais que buscavam a conservação das florestas para garantir os seus meios de subsistência com o uso sustentável dos recursos. Para Leff (2015), foi um dos principais movimentos ecofeministas provenientes do mundo subdesenvolvido, que transcendeu uma visão naturalista e socialista do problema de gênero e ambiental.

10 Colóquio sobre o meio, realizado em junho de 1972 na cidade de Estocolmo. O texto foi publicado originalmente no Correio da UNESCO, a.1, n. 3, 1973.

11 E como divulgado principalmente pelos desenvolvimentistas e estruturalistas, representados na América Latina principalmente pela CEPAL, de Celso Furtado e Raul Prebisch.

conceituais, os instrumentos técnicos e os comportamentos práticos que permitem ao homem compreender e utilizar melhor os recursos da biosfera para a satisfação de suas necessidades.

Nessa perspectiva, Arturo Escobar (2015) afirma que o ambiente é uma construção cultural e simbólica, e a maneira como essa construção é feita tem intensas implicações em seu uso e manejo. De modo que, o termo interdisciplinaridade deve transcender o campo da pesquisa e do ensino, sendo entendido como toda colaboração entre os mais distintos campos do conhecimento e as diversas formas de saber, em especial os saberes e conhecimentos tradicionais, desenvolvidos pelos mais diversos atores, como povos e comunidades tradicionais (LEFF, 2009b).

Mesmo tendo eclodido e tomado forma na ciência moderna, nesse momento apontado (décadas de 1960 – 1970), e certos temas contemporâneos terem se demonstrado mais aptos ao exercício da interdisciplinaridade, Diegues (2001) defende que a interdisciplinaridade é um dos aspectos inerentes à própria ideia de ciência, presente desde a gênese da cultura ocidental. Como exemplos, o autor cita a Biblioteca de Alexandria (esforço por reagrupar artes, ciências, técnica e letras), as Universidades Medievais (ambição de integrar muitos saberes humanos), a Enciclopédia (criada pelos iluministas no século XVIII em busca da unificação do saber), a Universidade de Berlim (com a integração entre ciências e letras). Por outro, Diegues (2001) indica que as Ciências Sociais, principalmente a Antropologia e a Sociologia, ainda apresentam uma participação muito reduzida nos estudos ambientais, o que está expresso no conceito de ambiente, ainda considerado como “natural” e biológico, como Castro (2007) havia criticado nos anos 1970.

Para Leff (2011), os desafios contemporâneos em torno da questão da interdisciplinaridade nas Ciências Ambientais giram em torno da reflexão crítica sobre os fundamentos do conhecimento científico que, movido por um pragmatismo funcionalista, “externaliza” o ambiente e desconhece o saber ambiental. É nessa perspectiva que a reflexão sobre uma prática interdisciplinar pode ser fundada em um saber ambiental que articule outras formas de saberes, outras maneiras de relação com a natureza, que rompa com um funcionalismo e pragmatismo.

A produção “interdisciplinar” de conhecimentos se insere, dessa maneira, no marco das lutas por certa autonomia cultural, pela autogestão dos recursos das comunidades, pela propriedade das terras de uma população; pela produção e pela aplicação de certos conhecimentos que permitam uma apropriação coletiva dos recursos naturais, uma produção sustentável e uma divisão mais equitativa da riqueza, para satisfazer as necessidades básicas das comunidades e para melhorar sua qualidade de vida. (LEFF, 2011, p.317).

Dessa forma, para se abordar a questão da interdisciplinaridade e orientar políticas ambientais, é necessário seguir algumas recomendações (LEFF, 2011): a) avaliar as condições econômicas, políticas, institucionais e tecnológicas que são determinantes na conservação e no uso do ambiente e dos estilos de ocupação do território; b) avaliar o grau e as formas de participação comunitária na governança dos recursos; c) estudar os efeitos da problemática ambiental nas transformações metodológicas, principalmente nos conceitos relacionados à natureza e a outras formas de saberes. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é “[...] uma chamada para a complexidade, a restabelecer as interdependências e inter-relações entre processos de diferentes ordens de

materialidade e racionalidade” (LEFF, 2011, p.219).

Devemos sempre fazer o esforço da aplicação de todos os questionamentos possíveis à crise ambiental, e nunca dissociá-la do modo de produção dominante (capitalista) que historicamente foi um dos responsáveis por subjugar e eliminar outras maneiras de conhecimento (LEFF, 2009b; PORTO GONÇALVES, 2012), culminando em uma mercantilização da natureza e em desastres naturais que dizimam os ecossistemas e as culturas das sociedades autóctones e tradicionais, principalmente dos países subdesenvolvidos.

Portanto, para Leff (2009a, 2009b, 2011), é necessário um conceito interdisciplinar de ambiente que reflita toda a sua complexidade, o que também não se resumiria na simples construção de propostas interdisciplinares, mas sim em uma ruptura epistemológica com as ciências tal qual as conhecemos, rumo à criação de um saber ambiental que possa dar conta das múltiplas determinações que têm emergido como consequências das transformações modernas, isto configuraria o saber ambiental. Este saber ambiental incorpora novas práticas sociais e produtivas orientadas pela sustentabilidade e pela racionalidade ambiental, por meio da reconfiguração de identidades e de sujeitos culturais que se revelam em novas práticas culturais e em novos territórios de vida.

COMPLEXIDADE

Estamos em um planeta minúsculo, satélite de um Sol de subúrbio, astro pigmeu perdido entre milhares de estrelas da Via-Láctea, ela mesma galáxia periférica em um cosmo em expansão, privado de centro. Somos filhos marginais do cosmo, formados de partículas, átomos, moléculas do mundo físico. E estamos não apenas marginalizados, como também perdidos no cosmo, quase estrangeiros, justamente porque nosso pensamento e nossa consciência permitem que consideremos isso [...]. (MORIN, Edgar. A cabeça bem feita, 2012, p.35).

A complexidade das questões ambientais está expressa no diálogo de saberes que se faz necessário para tratar dessas questões, pois os conflitos ambientais do mundo contemporâneo não se resolverão apenas pela ciência, técnica ou economia, mas sim por valores culturais e tipos alternativos de “desenvolvimentos”, em que o uso dos recursos naturais esteja associado a significados sociais atribuídos a natureza, como demonstra Leff (2011). Tal compreensão coaduna com o sentido original do termo complexo, “o que é tecido junto” (MORIN, 2012, p.14).

A complexidade ambiental reivindica a participação de especialistas que trazem pontos de vistas distintos, porém complementares, sobre um problema, como, por exemplo: ecólogos, geógrafos, agrônomos, engenheiros, geólogos, químicos, economistas, antropólogos, sociólogos, historiadores, entre outros (LEFF, 2011; LIU et al, 2007).

Algumas das questões que devem ser superadas para trabalhar a questão da complexidade são os dualismos entre sociedade/cultura e natureza (DIEGUES, 2019; LIU et al, 2007; MORAN, 2011; MORIN, 2012). Para romper com esses dualismos, podemos começar interpretando os conhecimentos e, em específico, os conhecimentos tradicionais, como manifestações da cultura de um período e de uma sociedade, associadas com o ecossistema local e com a manutenção da biodiversidade, por meio da Etnoconservação, que enxerga os conhecimentos tradicionais e populares como mantenedores de uma biodiversidade por meio do manejo do ambiente, ou seja, de um etnomanejo e uma

etnobioidiversidade, “[...] isto é, a riqueza da natureza da qual participam os seres humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a [...]” (DIEGUES, 2019, p.120).

Uma das recomendações de Morin (2012) para a questão da complexidade é a consideração acerca do problema do método, entendido como uma disciplina do pensamento, um exercício para a elaboração da estratégia cognitiva, situando e contextualizando as informações e o conhecimento, e, além disso, tornando-os aptos a enfrentar os desafios da complexidade e do pensamento complexo. Para Morin (2012), a complexidade é um desafio posto frente a realidade ou problemas cada vez mais multidimensionais, globais e transdisciplinares, mas que devemos buscar superá-lo colocando os saberes em diálogo, transitando e atravessando as fronteiras das disciplinas, e nunca devemos abandonar essa busca, por mais difícil que ela seja, em especial nos estudos ambientais em que a cada dia novos conhecimentos são construídos e as transformações ocorrem em uma velocidade imensa.

A complexidade ambiental acende novas luzes para o futuro, por meio dos interstícios abertos pelo rompimento de uma racionalidade dualista e do pensamento totalitário, pois alguns significantes de práticas discursivas estabelecidos pela ordem mundial já perderam a sua capacidade de explicar o mundo, se fazendo necessária uma emancipação desses paradigmas dominantes e colonizadores (LEFF, 2015).

Leff (2009a, 2011) chama a atenção para o fato da complexidade ambiental não se realizar somente com a análise sistêmica das relações entre processos, não se tratando apenas de “unir” os conhecimentos, que foram separados por séculos, mas deve-se também questionar a racionalidade geradora da problemática ambiental global em busca de uma nova racionalidade (não eurocêntrica e híbrida), capaz de transformar os paradigmas atuais do conhecimento, de abrir as ciências, as tecnologias e os saberes tradicionais e populares a uma hibridização.

Porto Gonçalves e Leff (2015) afirmam que o conhecimento tradicional, historicamente dominado e oprimido pela racionalidade moderna e ocidental, está sendo reconfigurado em configurações locais emergentes (como os seringueiros no Brasil e os afrocolombianos), que hibridizam formas tradicionais com a ciência e a com a tecnologia.

Traditional societies and local economies do not only produce use and exchange values; they generate also “meaningful use values” which reflects the complex relation of the natural and the symbolic order in socio-economic and political relations of production. Under this rationality, nature is not submitted to the strategies of sustainable development and guided by the dominant economic rationality. Environmental rationality deconstructs economic rationality by constructing an eco-technological-cultural paradigm of production founded on the principle of negentropic productivity. (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015, p.85).

Essa nova racionalidade ambiental¹² está no que Leff denomina de saber ambiental (LEFF, 2009a, 2011, 2015), sendo que reconhecer esse saber ambiental, como um encontro de saberes codificados pelas ciências com os saberes codificados pelos modos de vidas e culturas, é ter como pressuposto de que não é possível sair da crise ambiental mediante uma administração científica e

12 Para Leff (2009a, 2009b), são múltiplas as racionalidades ambientais, as quais dependem do contexto, de identidades culturais específicas e de processos concretos de apropriação da natureza.

mercadológica da natureza, mas sim com uma valorização das culturas, modos de vida, e dos saberes tradicionais. Dessa maneira, Enrique Leff (2011, p.331) afirma que o saber ambiental:

[...] implica um rompimento com o conhecimento universal e disciplinar que implanta o regime de dominação da natureza através da ciência e que se situa acima dos saberes e identidades culturais. [...] é um saber identificável, conformado por e arraigado em identidades coletivas que dão sentido a racionalidades e práticas culturais diferenciadas. [...] O saber ambiental se forja no encontro (enfrentamento, entrecruzamento, hibridização, antagonismo) de saberes diferenciados por matrizes de racionalidade-identidade-sentido que respondem a estratégias de poder pela apropriação do mundo e da natureza.

Arturo Escobar (2015) afirma que o saber ambiental de Leff inclui o real (constituído por ordens ontológicas hibridizadas de natureza, cultura e tecnologia) e os efeitos nesse real da mercantilização do mundo, da crescente influência da tecnologia nas vidas e nas ciências, que se rearticulam em novas formas de conhecimento para além das disciplinas.

Portanto, é nessa ruptura e desconstrução de poder imposto pelo conhecimento eurocêntrico e pela ciência moderna que a complexidade e a interdisciplinaridade se abrem para a reconstrução do saber, um saber ambiental, fundado na reconstituição das identidades e no diálogo entre saberes.

Essas novas realidades são construídas a partir de uma desconstrução dos conhecimentos simplificadores, unitários e globalizantes, em que a complexidade ambiental tenha significado plural e possa emergir a partir da relação entre o real e o simbólico, como um processo de hibridização da natureza, da ciência, da tecnologia, das culturas e dos saberes tradicionais e populares. Com isso, a complexidade ambiental rompe o campo da interdisciplinaridade entre paradigmas científicos e avança para um diálogo de saberes, como propõe a Ecologia Política.

CONSTRUINDO UMA ECOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA

A Ecologia Política, como se referindo as relações de poder, hierárquicas e de classe em torno da produção social e apropriações da natureza, tem os seus precursores em Karl Marx, Friederich Engels e Priot Kropotkin, e surge como disciplina, práxis política e campo teórico na encruzilhada entre diversas disciplinas, campos do saber e teorias, como a Geografia Humana, Antropologia Ambiental, Etnobiologia, Ecologia Humana, Racionalismo Crítico, Sociologia Ambiental, Economia Ecológica, Estudos Pós-desenvolvimentistas, Pós-coloniais, Ecomarxismo, Ecofeminismo, teorias da Complexidade, Pós-estruturalismo e Pós-construtivismo. O campo surge como uma resposta à crise ambiental e do saber, que aflora nas décadas de 1960 e 1970, dentro e fora do campo científico, emanando a necessidade de uma responsabilidade social pela natureza deixada de lado pela Economia Política (LEFF, 2015; LITTLE, 2006; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

A Ecologia Política vem sendo construída nos últimos 40 anos na colaboração de muitas teorias, sobretudo aquelas latino-americanas que buscaram questionar e articular a racionalidade ambiental e econômica. Os fundamentos da Ecologia Política, elaborados no Norte nas últimas décadas, se concentram no desenvolvimento do setor agrário nos países subdesenvolvidos (Sul Global), incluindo camponeses e indígenas e suas práticas tradicionais (LEFF, 2015). No Sul Global, a Ecologia Política emerge de uma política de diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus

povos (ESCOBAR, 2015), de suas estratégias de emancipação para descolonização do conhecimento, reinvenção de territórios e reapropriação social da natureza. Esse movimento teórico vem acompanhado das práxis, como o processo de construção e politização das identidades como maneira de buscar uma reapropriação social da natureza (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Entre as principais teorias e autores que deram aportes para a construção de uma Ecologia Política latino-americana, podemos citar: José Carlos Mariátegui (para a descolonização dos povos originários), a Teoria Marxista da Dependência (Rui Mauro Marini, André Gunder Frank, Vânia Bambilra, Theotônio dos Santos e Pablo Gonzáles Casanova), a Teologia da Liberação (que teve um papel fundamental na emancipação e na organização dos movimentos camponeses e rurais a partir da década de 1960 e 1970, com o aporte intelectual de Leonardo Boff, Frei Betto, Frei Tito, Camilo Torres, entre outros), a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (o papel da educação na politização das massas) e mais recentemente as abordagens descoloniais (Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Catherine Walsh, Edgardo Lander e Silvia Cusicanqui) (PORTO GONÇALVES, 2012).

Nesse sentido, Ecologia Política é o campo teórico e político em que diferentes estratégias para o uso e apropriação da natureza se conflitam, tratando-se do estudo dos conflitos de distribuição ecológica, ou seja, conflitos que envolvem o acesso e o controle dos recursos naturais, particularmente como fonte de subsistência (ESCOBAR, 2015). A ênfase da Ecologia Política é nas relações de poder que tencionam todas as relações sociais, como as relações sociedade e natureza, relações de poder embutidas no conhecimento, na produção e apropriação da natureza, tratando-se do campo em que discursos, comportamentos e ações incorporados no conceito de natureza são contestados (LEFF, 2015).

Dentro do campo da Ecologia Política muitos conceitos redefinem o seu significado e diferentes estratégias para a reprodução da natureza são confrontadas. Little (2006) afirma que a Ecologia Política cria um espaço transdisciplinar em que cada matriz disciplinar emprega seus conceitos e técnicas próprios, por exemplo, a etnografia. São exemplos desses conceitos que são apropriados dentro do campo da Ecologia Política: natureza, biodiversidade, território, autonomia, identidade, desenvolvimento e sustentabilidade (LEFF, 2015). Esse conflito pode ser visto, por exemplo, nas abordagens de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: a primeira é marcada pela geopolítica dominante, pelo neoliberalismo e pela globalização econômica, já a segunda é marcada pela emancipação popular (LEFF, 2015; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

The strategies for the construction of sustainable societies are configured by theoretical struggles and the politicization of concepts. Concepts such as nature, biodiversity, territory, autonomy, identity, self-management, development and sustainability are redefining their meaning in the conflictive field of political ecology, where different strategies for the appropriation of nature are confronted. Thus, the concept of territory in the field of political ecology differentiates from anthropological concepts related to the cultural construction of space. Territoriality or territorialization are processes arising from the encounter of conflictive rationalities in the social construction of space; likewise, the discourse and the geopolitics of sustainable development is confronted by the concept of sustainability drawn from environmental rationality. (LEFF, 2015, p.41).

Acreditamos que o pensamento social ambiental latino-americano possa se encaixar nessa perspectiva de sustentabilidade pautada na reapropriação da natureza, na construção de novas racionalidades ambientais e na (re)existência de identidades, em oposição às estratégias capitalistas de apropriação da natureza. As estratégias da geopolítica do desenvolvimento sustentável está inserida em um projeto de colonização do conhecimento para dominação e submissão da natureza, como demonstra Leff (2015).

Porto Gonçalves (2012, p.25-26) vai ao encontro da compreensão de Leff (2015) ao afirmar que:

A ironia da história, e aqui mais ainda da geografia, é que as regiões que são visadas para serem demarcadas como unidades de conservação de uso restrito, definidas quase sempre pela ciência convencional, são exatamente aquelas que, por terem ficado à margem do mercado e ocupadas por populações tradicionais com outras matrizes de conhecimento, são as regiões que abrigam a maior riqueza em água e em biodiversidade do planeta. [...] Temos assim uma nova geopolítica com a globalização e o desenvolvimento sustentável como nova forma de colonização/exploração, a que criativamente corresponde uma série de respostas críticas dos povos da América Latina.

Na América Latina, a luta dos povos por territórios configurou um novo desenho geopolítico contra o neoliberalismo, sobretudo após os anos 1990. Isso desencadeou processos de emancipação de povos tradicionais para a reapropriação de seus territórios ancestrais, muitas vezes por meio da legitimação (por parte do Estado) dos territórios ocupados por esses grupos. Dessa maneira, as lutas territoriais se tornaram uma questão marcante na Ecologia Política latino-americana, revelando os conflitos e colocando a questão dos direitos a diferença e refletindo em algumas políticas identitárias não essencialistas, que retomaram os debates de classe e etnia que se iniciaram na década de 1920 com Mariátegui (2007 [1928]) e mais recentemente os debates de raça e classe feitos por Quijano (2000, 2005).

O foco nos grupos sociais e em suas relações com a natureza emana o tema das práticas ambientais em conflito, tornando os conflitos socioambientais um elemento central da Ecologia Política (LITTLE, 2006). Os conflitos socioambientais que estão no cerne da Ecologia Política, bem como a politização de conceitos como cultura e natureza, têm produzido um debate teórico e político acerca do conceito de território, que passa a ser reinventado como um lugar e um espaço de reapropriação social da natureza.

Esses debates e conflitos envolvem a defesa das condições ambientais, dos valores culturais, da identidade e das práticas sociais, por isso, a tríade território-territorialidade-territorialização emerge no núcleo da Ecologia Política (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015). Esse processo foi observado na emergência de novas identidades em toda a América Latina, que devido a conflitos socioambientais e/ou territoriais se reinventam com base em suas diferenças, entre as quais podemos citar: os seringueiros, caiçaras, quebradoras de coco babaçu (Brasil), os afrocolombianos (Colômbia), os Zapatistas (México) e os Sandinistas (Nicarágua).

These social actors emerge from their resistance to being absorbed (de-territorialized) by globalization and their claims to redefine their environments and their cultural identities in order to build their sustainable worlds. In this perspective, these resistance processes turn to be movements of r-existence. These populations do not only resist against dispossession and de-territorialization: they redefine their forms of existence through emancipation movements, by reinventing their identities, their ways of thinking, their modes of production and their livelihoods. (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015, p.74).

Essas lutas e reivindicações tem ocupado um relevante papel para a libertação de uma longa história de colonização, exploração, subjugação cultural, espoliação dos meios de vida, desterritorialização e destruição dos patrimônios bioculturais. Essa emancipação envolve a politização dos territórios ancestrais e tradicionais em processos que incorporam os direitos de reapropriação desses patrimônios e na reconstrução dos territórios em uma perspectiva da sustentabilidade diante da crise ambiental.

Esse debate em torno do território é resultado de um processo expropriador¹³ e desterritorializador em que por meio da crise ambiental abre um questionamento sobre a relação sociedade-natureza, que, na América Latina, ganhou outros protagonistas, politizando os conceitos de natureza e cultura e deslocando a luta pela terra para a luta por território (PORTO GONÇALVES, 2012), em que este passa a ser visto como resultado da cultura mais biodiversidade (ESCOBAR, 2015).

Nesse sentido, a natureza e a cultura são politizadas. Enfim, território é igual à natureza mais cultura através das relações de poder, e essa é uma das principais contribuições da América Latina para a ecologia política. A partir dessa perspectiva, o debate ambiental requer a explicitação das relações sociais e de poder que lhes são constitutivas. (PORTO GONÇALVES, 2012, p.34).

Esse movimento de emancipação passa pela descolonização do conhecimento que deve implicar o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos tradicionais, bem como a reapropriação social da natureza, elementos que estão enraizados na reinvenção de identidades culturais, o que implica uma politização de conceitos como identidade e diferença.

Dessa forma, o que está em jogo nos conflitos socioambientais e territoriais são os caminhos alternativos para a sustentabilidade, baseados na reapropriação social da natureza e dos territórios e na (re)existência das populações tradicionais. Para Leff (2015), os conflitos socioambientais derivam da distribuição ecológica desigual e das distintas estratégias de apropriação dos recursos ecológicos, dos bens naturais e serviços ambientais, são conflitos que expressam as controvérsias derivadas de diversas ou opostas visões e significados de natureza. Esses conflitos são o foco da Ecologia Política:

Political ecology informs environmental policies but focuses on social conflict regarding the distribution of environmental potentials and ecological costs, rather than in policy-making for ecological planning. The politicization of ecology is the expression of power struggles and strategies for the reappropriation of nature. (LEFF, 2015, p.39).

13 Porto Gonçalves (2012) define duas ondas expropriatórias que constituíram o Mundo Moderno Colonial: a primeira foi a invasão às Américas, desde 1492, que expropriou os indígenas e desterritorializou os africanos; a segunda foi a que se deu nos séculos XVII e XVIII na Europa contra os camponeses através do processo dos cercamentos (enclosures), minando o uso comum e a propriedade familiar.

Observa-se então que uma diversidade de novos sujeitos políticos tem emergido como uma resposta à crise ambiental e civilizatória e a expansão do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal (LITTLE, 2006). A disputa dá-se em torno da reapropriação social e cultural da natureza e a construção de sociedades e identidades fundadas nas condições ecológicas e culturais dos povos, a construção dos chamados Territórios de Diferença (ESCOBAR, 2015).

Portanto, esses conflitos socioambientais estão redefinindo as relações de poder no campo da Ecologia Política para uma reapropriação social da natureza em relação à (re)existência de identidades culturais. Esse movimento dá-se por meio da construção de uma nova racionalidade ambiental que está pautada em uma desconstrução de algumas teorias eurocêntricas e na descolonização do conhecimento, que implica uma hibridização nas formas de conhecimento e uma politização do território, da identidade, da alteridade para a construção de uma sustentabilidade que seja enraizada em territórios culturais (LEFF, 2015).

Esse processo demanda a desconstrução de conhecimentos provenientes do Norte, a emancipação dos conhecimentos subjugados e incorporados nos seres culturais e nos territórios de vida, abrindo perspectivas para construir um mundo fundado nos potenciais ecológicos e culturais dos povos.

A Ecologia Política não é só para entender a natureza ontológica e política dos conflitos socioambientais e as estratégias de poder envolvida nas lutas sociais pela distribuição e acesso aos recursos ecológicos, mas para prever novos potenciais de outros conhecimentos provenientes da renovação de sistemas tradicionais de manejos e da reinvenção de identidades. Dessa forma, por meio dos direitos de ser da diversidade cultural, de uma política da diferença e de um diálogo de conhecimentos, serão abertos novos caminhos em direção à sustentabilidade para a reapropriação social da natureza, a organização de movimentos sociais, e a construção de uma política ética e de procedimentos jurídicos para que a solução dos conflitos socioambientais seja pacífica e com justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental, tanto em níveis globais, quanto em níveis locais, era interpretada pelas ciências de uma maneira em que o saber era tratado como disperso e fragmentado (CASTRO, 2007; LEFF, 2011; MORAN, 2011; MORIN, 2012), unidimensionalizando o multidimensional (MORIN, 2012). A partir dos anos 1960, frente à crise ambiental e do saber que se instala (DIEGUES, 2001; PORTO GONÇALVES, 2012; LEFF, 2011; MORIN, 2012), ocorre um movimento global de repensar e reformular o saber por meio da interdisciplinaridade, o que ecoa na emergência de novas disciplinas, como a Ecologia.

Esse momento marca uma mudança de paradigma dentro das ciências e de uma maneira mais específica das Ciências Sociais e Ambientais em que, para dar conta das questões postas, não era mais possível continuar com uma forma de saber e de interpretações fragmentado e dividido (CASTRO, 2007). Nesse sentido, inicia-se um maior diálogo entre as Ciências Humanas e Naturais. Segundo Morin (2012), esse movimento (de emergência de novas ciências inter e transdisciplinares, como a Ecologia) permitiu situar a dupla condição humana, natural e metanatural, bem como a condição de totalidade

complexa físico-biológica-antropológica da Terra.

Para Leff (2009b), a natureza, que é um domínio ontológico real, está cada vez mais hibridizada com a cultura e com a tecnologia, o que traz uma necessidade de uma hibridação entre as diversas áreas das Ciências Naturais e Humanas, como defendem Castro (2007), Diegues (2001, 2019), Morin (2012), Porto Gonçalves e Leff (2015), mas também entre as formas de conhecimento tradicionais e populares, como os saberes dos povos originários e das comunidades tradicionais, que, por muitos anos (desde a expansão marítima e o encontro de diversos povos), foram subjugadas, como o são até hoje. Essa subversão aos saberes ocidentais capitalistas (neoliberais e dominantes) deve ocorrer por meio do estabelecimento de uma nova racionalidade ambiental, fundada no Saber Ambiental (LEFF, 2009a, 2009b, 2011) e nos saberes tradicionais (DIEGUES, 2019).

Nessa perspectiva, defendemos uma concepção anticolonial da natureza e do ambiente que enfatize a relação entre os processos ecológicos, econômicos e culturais que produzem o que nós ocidentais chamamos de natureza. Isto implica na construção da diferença como base para uma crítica às concepções dominantes de natureza e cultura, bem como na construção de ferramentas para a reconstrução de abordagens socioecológicas, baseadas em saberes hibridizados entre os populares, científicos e tecnológicos.

Cabe a nós, pesquisadores, analisar os processos de mudança social por que passam essas sociedades tradicionais, para evitar que a expansão de atividades baseadas no mercado e na reprodução do capital devastem os ecossistemas provocando empobrecimento social e degradação ambiental, e, além disso, que os sistemas tradicionais de manejo caiam em desusos e sejam substituídos por sistemas chamados modernos. Nesse sentido, a criação de áreas protegidas pode vir a proporcionar relações menos conflituosas das comunidades com seus ambientes, podendo assim, adaptar os sistemas tradicionais de manejos a situações emergentes contemporâneas.

Dessa forma, acreditamos que a melhor maneira de descolonizar a América Latina, por meio dos saberes, seria a de constituição de saberes e conhecimentos híbridos, em que os conhecimentos científicos e os populares e tradicionais (dos indígenas, dos camponeses, das populações negras), juntamente com suas experiências históricas, sejam socialmente e cientificamente valorizados. Enfim, devemos colocar em questão a versão europeia da modernidade e da racionalidade, propondo a nossa própria racionalidade como alternativa ao estágio predatório do capitalismo global.

REFERÊNCIAS

- BORON, Atílio. Notas sobre a atualidade do imperialismo e a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos. In: LÓPEZ, Emiliano (org.). As veias do Sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo em nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 95-140.
- BRASIL. Decreto nº 6040 de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: . Acesso em: 15 nov. 2022.
- CASTRO-GOMÉZ. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro. In.: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.
- CASTRO, Josué de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (orgs.). Josué de Castro: vida e obra. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 165-173.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Anna. Conhecimento, práticas tradicionais e a etnoconservação da

- natureza. Desenvolvimento e meio ambiente, v.50, p.116-126, 2019. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2022.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. Ecologia humana e planejamento costeiro. 2. ed. São Paulo: NUPAUP/USP, 2001.
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de la diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes. 2. ed. Popayan: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2015.
- ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 113-144.
- GOMÉZ POMPA, Arturo. KAUS, Andrea. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A. C. S. (org.) Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub/USP, 2000. p. 125-148.
- LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 11-40.
- LEFF, Enrique. Political Ecology: a Latin American Perspective. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 29-64, 2015. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2022.
- LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. Olhar do professor, v. 14, n.2, p. 309-335, 2011. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2022.
- LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. Educação e Realidade, v.34, n.3, p.17-24, 2009a. Disponível em: . Acesso em: 24 nov. 2022.
- LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009b.
- LITTLE, Paul Elliott. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico metodológico. Horizontes Antropológicos, a. 12, n. 25, p. 85-103, 2006. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2022.
- LIU, Jianguo; DIETZ, Thomas; CARPENTER, Stephen; ALBERTI, Marina; FOLKE, Carl; MORAN, Emilio; PELL, Alice; DEADMAN, Peter; KRATZ, Timothy; LUBCHENCO, Jane; OSTROM, Elinor; OUYANG, Shiyun; PROVENCHER, Willian; REDMAN, Charles; SCHNEIDER, Stephen; TAYLOR, Willian. Complexity of Human and Natural Systems. Science Magazine, v. 317, n. 14, p. 1513-1516, 2007. Disponível em: . Acesso em: 28 nov. 2022.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana. 3. ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayauchó, 2007.
- MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 55-86.
- MORAN, Emilio. Meio Ambiente e Ciências Sociais: interações homem - ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Senac, 2011.
- MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Revista INTERthesis, v.9, n.1, p. 16-50, 2012. Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2022.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. Political Ecology in Latin America: the Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 65-88, 2015. Disponível em: . Acesso em: 03 dez. 2022.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. Polis: revista latinoamericana, v.11, n.31, p. 295-332, 2012. Disponível em: . Acesso em: 23 nov. 2022.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Revista de estudos avançados, v.19, n.55, p. 9-31, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgar (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 201-246.

QUAL(IS) O(S) SENTIDO(S) DO(S) RURAL(IS) CONTEMPORÂNEO(S)?

WHAT IS/ARE THE MEANINGS OF CONTEMPORARY(IES) RURAL(S)?

¿CUÁL ES EL(LOS) SIGNIFICADO(S) DE LO(S) RURALES CONTEMPORÂNEOS?

Tiago Rodrigues MOREIRA¹
Eduardo MARANDOLA JR.²

Resumo: Pensar o rural contemporâneo nos coloca diante de muitos debates e realidades com clivagens, permanências e transformações. Diante de tantas discussões, que perpassam da negação do rural até sua presença no espaço urbano (via ruralidades), este artigo se propõe traçar um itinerário guiado pela pergunta: qual(is) o(s) sentido(s) do(s) rural(is) contemporâneo(s)? A grafia entre singular e plural das palavras na pergunta já denota a natureza das dificuldades de tal reflexão, o que não deve ser impeditivo para sua realização. Selecionamos alguns eixos dessa discussão, visando refletir a partir da experiência e como ela, de maneira situada nos modos de vida (como modos de ser) pode oferecer um caminho necessário para esta importante temática, via a consideração da(s) ruralidade(s).

Palavras-chave: Ruralidade; Modos de Vida; Situacionalidade.

Abstract: To think about the contemporary rural places rises us many debates and realities with cleavages, permanencies and transformations. Facing many discussions, which go beyond the denial of the rural and its presence even in the urban space (as ruralities), this article proposes to outline a script guided by the question: what is/are the meaning(s) of the rural(s) contemporary(ies)? The grammar between singular and plural of the words in the question already denotes the nature of the difficulties of such reflection, which should not be an impediment to its realization. We selected some axes of this discussion, seeking to reflect from the experience and how it, in a way situated in the ways of life (as ways of being) can offer a necessary path for this important theme via consideration of rurality(ies).

Keywords: Rurality. Ways of life. Situationality.

Resumén: Pensar lo rural contemporáneo nos sitúa ante a muchos debates y realidades con escisiones, permanencias y transformaciones. Ante tantas discusiones, que van desde la negación de lo rural hasta su presencia en el espacio urbano (a través de las ruralidades), este artículo se propone trazar un itinerario guiado por la pregunta: ¿cuál(es) es(los) sentido(s) de lo rural (es) contemporáneo(s)? La ortografía entre singular y plural de las palabras de la pregunta ya denota la naturaleza de las dificultades de tal reflexión, lo que no debe ser impedimento para su realización. Seleccionamos algunos ejes de esta discusión, con el objetivo de reflexionar a partir de la experiencia y cómo ella, de manera situada en los modos de vida (como modos de ser) puede ofrecer un camino necesario para este importante tema, a través de la consideración de la ruralidad(es).

Palabras-clave: Ruralidad; modos de vida; situacionalidad.

¹Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp). Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR) da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/Unicamp)

²Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

INTRODUÇÃO

É comum encontrarmos argumentos que apontam para o fim do rural. Nas últimas décadas, não tem faltado defensores que anunciam uma sociedade urbana (na esteira do pensamento de Henry Lefebvre) ou de uma modernização que teria feito os modos de vida rurais sucumbirem à lógica de organização produtiva, cultural e econômica dos espaços urbanos.

No Brasil, isso tomou a forma de diferentes pontos de vista que defendem três posições básicas: a urbanização do campo (também identificada como metropolização do espaço), uma problematização da própria urbanização, defendendo que seríamos menos urbanos do que se pensa (na esteira do questionamento dos critérios de delimitação urbano-rural) e a discussão das medidas de urbanidade e de ruralidade, que constituiriam os espaços para além das separações rígidas entre campo e cidade (MARANDOLA JR.; ARRUDA, 2005).

O próprio conceito de rural é múltiplo e objeto de disputa, variando não apenas entre perspectivas epistemológicas, mas entre disciplinas e contextos geográficos. Nos últimos 30 anos, intensificaram-se estas discussões, no esforço de buscar compreender as transformações no mundo contemporâneo que desestabilizaram os sentidos de urbano e de rural constituídos desde a industrialização, os quais estavam perfeitamente alinhados com, respectivamente, a cidade e o campo. No caso das preocupações com os espaços rurais, os debates em torno da nova ruralidade e do novo rural (também chamado de neo-rural) ganharam força na tentativa de reconhecer não apenas as transformações, mas as permanências da ruralidade em um mundo cada vez mais modernizado e globalizado – ou seja, atravessado pela urbanização.

Duas discussões parecem se atravessar, sem que haja uma evidente distinção entre elas: o futuro do “mundo rural”, que diz respeito diretamente às discussões na esteira do processo de ocupação territorial (no contexto da colonização, da modernização e da fronteira agrícola) e a preocupação com as novas formas de sociabilidade no rural que, enquanto ruralidades, estariam também manifestas e presentes nos espaços urbanos.

Entendemos que, para enfrentar o desafio de compreender o rural e as ruralidades contemporâneas no Brasil, precisamos trilhar as duas sendas e seus entrelaçamentos, o que este texto buscará realizar de maneira preliminar, a partir das seguintes questões diretrizes:

Como o fenômeno da modernização contribui para determinados atravessamentos e mudanças de paradigmas referentes ao rural?

Nesse contexto, apresentam outros modos de ruralidades, sendo assim, cabe aqui, mesmo que previamente, a possibilidade de deslindar seus sentidos.

Como compreender a complexidade do rural contemporâneo?

Estas perguntas orientarão nossa discussão, buscando colher da bibliografia elementos para pensar o(s) sentido(s) do rural (e dos rurais) no Brasil contemporâneo, entendendo que este é um dos desafios não apenas para os estudos rurais, como também dos debates que envolvem as relações campo-cidade e a própria urbanização.

Partimos da pergunta pelo(s) sentido(s) do rural(is), repisando momentos recentes do debate, descrevendo alguns sentidos de rural existentes e como eles se relacionam com as relações urbano-rural para, a seguir, problematizar o papel da técnica na modernização do campo e sua influência na composição de uma nova ruralidade, ou de uma outra prática dos modos de vida.

QUE PODE SER O RURAL?

Wanderley (2011), em “Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil”, apresenta a dimensão estrutural de como o rural fora discutido no Brasil e de como se deu sua permanência frente aos modos de produção baseados no capital e de um mundo mercantilizado. A eminente procura da modernização do rural para atender às demandas do agronegócio cresceram exponencialmente frente à expansão das fronteiras agrícolas.

Caio Prado Júnior (1961), em seu clássico “Formação do Brasil Contemporâneo”, sintetiza o que do modelo de colonização ainda persiste na estrutura da modernização, ou seja, há uma grande procura de olhar para a Europa e de um possível esquecimento de interiorização no Brasil. A partir dessa estrutura da modernização, a visão eurocentrada ainda permanece e corresponde ao movimento de busca por novas áreas de cultivo por Brasil a dentro.

Moraes (2011), em sua análise histórica da Geografia, assume que a procura por recurso mais distante do litoral se deu ainda no período da colonização europeia, como a busca pelas pedras preciosas nas minas, pode ser entendida como uma terceira centúria do processo colonial, que nos ajuda a entender o processo de formação territorial. Pois, nas palavras de Moraes (2001, p.114) “as minas encontravam-se no hinterland, tendo por isso direcionado o fluxo colonizador para áreas mais distantes do litoral”.

A interlândia, nesse sentido, trata de balizar as movimentações de fronteiras internas, fazendo com que o rural fosse visto como possibilidade de recurso e grande liame de retirada de suas permanências (MORAES, 2011).

O historiador Pedro Putoni (2002) também descreveu que o caminho pelos sertões sempre se deu a partir da colonização dos povos e da terra, consolidando um modo de expansão baseado nas colônias.

Sendo assim, há nesse contexto da colonização/modernização uma ideologia geográfica (MORAES, 2002) a partir da colonização. Essa ideologia fica mais evidente quando passamos a registrar os modelos de expansão dos modos de agricultura e agropecuária pelos interiores do Brasil em resposta ao modelo capitalista, criando, desse modo, as frentes de expansão e as frentes agrícolas, como muito bem colocado por Martins (1996).

Martins (1996) salienta a importância da fronteira como possibilidade de manifestação de conflitos, pois:

Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções

de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro. (MARTINS, 1996, p. 27).

A fronteira, então, estabelece e estrutura os modos de se relacionar com os outros. É justamente nessa senda da relação que busco neste texto colocar o rural como ponta de lança. Pois, a partir da relação de alteridade, podemos verificar a posicionalidade do rural frente às mudanças contemporâneas.

Nessa seara das mudanças contemporâneas, uma das características desse momento é o aumento da urbanização e o recuo das populações em áreas rurais. A tabela abaixo extraída do trabalho de Alves, Silva e Marra (2011), a partir dos dados do IBGE, nos mostra os Censos demográficos de 1950-2010, seguindo a lógica do aumento da urbanização e o esvaziamento do rural como uma exponencial busca de uma possível ideologia urbana fundamentada pelo êxodo populacional, ainda mantendo o discurso de que o urbano se caracteriza na fissura do aumento de trabalho e melhores condições de existência.

Os autores destacam que:

Dos 191 milhões de brasileiros, apenas 29,8 milhões estão no meio rural, ou seja, apenas 15,6% da população brasileira. Grande parte dos rurícolas se concentra no Nordeste, 14,3 milhões, 47,8% de todos eles. A segunda região de meio rural mais populoso é o Sudeste, com 5,7 milhões de habitantes, 19,1% do total. O Centro-Oeste é um grande vazio, com 1,6 milhão. O Norte e o Sul – com 4,2 e 4,1 milhões de habitantes respectivamente – praticamente se equivalem, sendo primeiro um grande vazio demográfico, com a população se urbanizando rapidamente, embora tenha se retardado nesse aspecto (ALVES, SILVA; MARRA, 2011, p. 82).

Tabela 1: Número de migrantes de seis períodos, Brasil e regiões, e relação (em %) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Item ⁽¹⁾	Período					
	1950–1960	1960–1970	1970–1980	1980–1991	1991–2000	2000–2010
Brasil						
Migrantes	5.419.055	8.908.981	12.489.278	10.340.087	9.070.981	5.604.627
Migr./pr. base %	16,34	22,85	30,02	26,42	25,17	17,61
Norte						
Migrantes	69.791	95.878	(254.205)	(219.343)	1.024.137	163.278
Migr./pr. base %	4,84	5,08	(10,57)	(6,51)	23,68	4,20
Nordeste						
Migrantes	2.846.062	2.546.393	3.474.871	4.037.359	4.209.048	2.207.535
Migr./pr. base %	21,51	17,27	20,81	23,12	25,18	14,95
Centro-Oeste						
Migrantes	(112.763)	(26.663)	754.664	657.128	458.758	153.867
Migr./pr. base %	(21,51)	(1,58)	33,22	32,00	26,01	9,98

Sudeste						
Migrantes	2.495.498	5.715.661	4.432.268	3.108.978	1.685.673	1.898.952
Migr./pr. base %	21,10	43,16	40,35	34,43	22,44	27,78
Sul						
Migrantes	113.276	549.214	4.058.668	2.744.885	1.693.061	1.178.764
Migr./pr. base %	18,97	7,40	43,88	37,99	29,58	24,64

⁽¹⁾ Migr./pr. base % = relação (%) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Fonte: IBGE (2010)

Essa crescente e remota busca pela homogeneização urbana reflete intimamente nos modos de existir nas relações entre o rural e o urbano. Os costumes se misturam e acarretam séries de mudanças no próprio cotidiano. Há, nesse contexto, os momentos de transição, pois não podemos nos esquecer que o avanço do meio técnico possibilitou uma maior circulação de redes de contatos propiciando, assim, um dinamismo territorial.

Estas e outras preocupações têm alimentado a permanência das inquietações com o rural, como Wanderley (2011) salienta em seu importante estudo avaliativo das tendências mais recentes quanto a este “saber necessário”. Sem percorrer os passos da autora, vamos selecionar alguns momentos que nos permitam refletir a pergunta do subtítulo: que pode ser o rural? Ela nos permite pensar o fenômeno como possibilidade, em direção a suas variações de sentido.

Várias podem ser as respostas para esta questão. A que mais chama atenção é a que o IBGE tenta responder, dizendo que: “rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural e outros aglomerados, rural exclusive aglomerados” (IBGE, 2002. p. 66).

Nesta definição operacional, cujos fins estão ligados a levantamentos realizados pelo órgão, o rural se assemelha com aquilo que “sobra” das cidades (entendidas como sinônimo de urbano), quase como que seu negativo, como uma extensão que não cabe para a urbanização, Seguindo esse modelo proposto pelo IBGE, tal resposta ao que pode ser o rural não comporta todas as especificidades dele, pois, para além de aglomerados, o rural hoje representa grande parte das relações econômicas e sociais que são retratados no urbano (MEDEIROS et al., 2014).

Doravante, como salienta Wanderley e Favaretto (2013), o rural pode ser a expressão da heterogeneidade, pois,

O rural brasileiro conserva uma expressiva heterogeneidade, a qual se manifesta em escalas diferentes dos grandes subespaços nacionais até à heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade de terra e de organização econômica e social. [...] o vazio institucional que se observa nas formas de regulação territorial do rural brasileiro [...] se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços na trajetória do desenvolvimento do Brasil (WANDERLEY; FAVARETO, 2013. p, 413).

Wanderley (2000), salienta a importância do vivido para a compreensão dos modos de vida de cada indivíduo que ali reside.

Dessa forma, pressupõe a compreensão dos espaços rurais em suas múltiplas dimensões: física (ocupação do território e os seus símbolos), do vivido (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000, p.70).

Outro elemento que acarreta a diversificação do uso das terras do rural é a pluriatividade que pode ser feita a partir do seu uso. Hoje em dia cresce a prática e a política da conservação da paisagem local, conforme nos mostra Delgado et al (2013, p. 153)

A crescente diversificação das formas de uso da terra nos espaços identificados como rurais passam a concentrar diferentes funções e atividades, incluindo: turismo, serviços diversos, conservação da natureza e das paisagens, produção de energia, exploração mineral, local de moradia para pessoas não vinculadas a atividades agrícolas, entre outras.

Abramovay (2000, p. 3), preocupado com o esvaziamento populacional do rural, formula uma questão que acreditamos ser basilar para este texto: “como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)?”.

Nessa esteira, Abramovay defende a dissociação da ideia de urbanização com a de desenvolvimento, o que implicaria um sentido único do campo para a cidade em um projeto de desenvolvimento. O autor aposta nas especificidades de cada região.

Uma relação em que a biodiversidade e a paisagem material aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento; uma certa relação com as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e a relação dos habitantes entre si (que pode ser definida pela economia de proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam as relações diretas de interconhecimento): essas características oferecem perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2003, p. 13).

Outro ponto a ser detalhado remete ao vazio institucional do rural: poucos são os rurais que conseguem ter algum partido em suas políticas. Com o avanço dos grandes latifundiários, os pequenos produtores locais perderam força e acabaram tendo que se submeter ao convívio com as grandes máquinas. Conforme já sinalizaram Wanderley e Favareto (2013, p. 416), “as formas de regulação territorial do rural brasileiro caracterizam-se pelo vazio institucional, fator que se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na ideologia do desenvolvimento”. Desse modo, Favareto e Abramovay (2009) levantaram algumas questões importantes possibilitar a maior inserção de algumas regiões rurais mais pobres, a saber:

- a) transferências privadas decorrentes do trabalho tanto na venda de mercadorias como no assalariamento agrícola sazonal sendo nítida a tendência de que os 18 Revista Rural & Urbano, Recife. v. 02, n. 02, p. 02-25, 2017 indivíduos migrem de maneira provisória, gastando o dinheiro que ganharam em suas regiões de origem;
- b) incentivos ao aumento da produção vinculados às compras públicas;
- c) diversificação das economias rurais e o trabalho industrial em pequenos municípios parece acentuarem-se com a transferência (localizada, é verdade) de indústrias antes concentradas no Sudeste ou com o fortalecimento de indústrias tradicionais locais na área de têxteis e de calçados;
- d) a ampliação do público do Pronaf;
- e) as infraestruturas e a prestação de serviços públicos no Brasil interiorano ainda se encontram em situação precária, mas é inegável o avanço, sobretudo em educação, saúde e

telecomunicações, com a ampliação do acesso à energia elétrica, à generalização do uso da internet e do celular; é importante mencionar também o aumento da mobilidade espacial (FAVARETO; ABRAMOVAY, 2009, p. 25).

A partir dessa abertura do rural, propiciada pelos estudiosos da área, na Geografia também houve alguns movimentos de reordenação do rural a partir da relação campo-cidade e urbano-rural. Como foi o caso do estudo levantado por Marandola Jr. e Arruda (2005), referente aos sentidos da ruralidade e urbanidade na relação campo-cidade. Também, Albarello (2017) estabeleceu diálogos sobre a dicotomização do rural e o urbano a partir das urbanidades, desse modo,

Convencionou-se na Geografia, durante muito tempo, definir o rural como campo e o urbano como cidade. Essa forma de pensar está associada a dicotomia que durante muito tempo serviu de parâmetro para a explicação da realidade concreta. A concepção dicotômica entre campo e cidade está vinculada ao pressuposto teórico que considera a produção do espaço urbano, ou seja, da cidade, e a produção do espaço rural, como processos distintos, que de fato não são (ALBARELLO, 2017, p. 04).

Sendo assim, notamos que este repertório de sentidos atribuídos ao rural podem se manifestar enquanto uma pluralidade de sentidos. Como afirma Veiga (2005), todo o debate em voga sobre o rural seguiu um itinerário baseado na evolução da realidade social e econômica dos países de centrais. Todavia, o rural pode ser “definido pelas suas características próprias, como o oposto do urbano, numa visão dualista de tipos ideais, cedo viu, porém, o seu valor explicativo posto em causa na análise da mudança social” (VEIGA, 2005, p. 9).

Essa mudança social levantada por Veiga (2005), abre margens para pensarmos que o rural possa ser instaurado a partir da evolução no sistema capitalista da modernização, como salienta Kageyama (2008, p. 24), “a evolução do conceito de rural reflete a própria evolução do rural, de espaço quase exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado”. Porém, ao levantarmos essa questão, temos que tomar cuidado para que o mesmo não recaia na ingenuidade do conceito. Construindo, assim, suas bases a partir da economia e da modernização, o rural como o pensamos pode ser isso, mas não apenas. Ou seja, o rural aqui deslindado remete à possibilidade de modos de ser.

Como veremos adiante, por mais que o rural seja considerado esse espaço diverso e heterogêneo, como fazer para que ele não permaneça na dependência do Estado e refém da economia regente? Como que, por meio da técnica e da informação, conseguimos manter a diversidade do rural sem deixá-lo cair em uma homogeneização urbana?

A TÉCNICA E SUAS VISCOSIDADES RURAL BRASILEIRO

Ao dedicarmos nossa atenção sobre o rural, é possível notar que os modos de uso da modernização, foram fundamentais para o que temos hoje de sentidos do rural. O aporte tecnológico arquitetado para o rural desembocou numa vertente do rural industrial e competitivo, fazendo com que a mão de obra humana entrasse em desuso.

As novas tecnologias propiciaram o que Gilberto Freyre (1982) chamou de rururbano, ou seja, o que ainda não deixou de ser rural e que ainda não é urbano. A partir dessa virada, tal modos de usos da modernização foram difundidas e alaistradas por pesquisadores, quem mais se dedicou a alertarmos sobre essa onda foi o geógrafo Milton Santos, principalmente a partir da publicação em 1980 de sua obra “Espaço e método”. Desde então, tal conceito, arquitetado pelos modos de produção, vislumbra demonstrar como o meio natural se modernizou dando lugar para o meio técnico-científico-informacional.

Santos e Silveira (2001), na obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”, afirmam que, devido ao compasso avançado da modernização, houve uma evolução do meio natural para o meio técnico e depois para o meio técnico-científico-informacional, o que demarca transformações pautadas na modernização técnica, que nos deixa à mercê dos equipamentos técnicos. Estes modificam de tal forma os territórios que permeiam os seus usos e significados.

Trata-se de um movimento explicitamente vinculado ao sistema capitalista e à sua lógica de produção e de acumulação, pautado no desenvolvimento técnico e científico que visa a constituição de um sistema global respondendo sempre a um mercado, pois,

o mercado: graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens, dos homens. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 52-53).

Com esses novos conteúdos técnicos e científicos advindos da mundialização, o campo e o rural passam por determinadas mudanças, fazendo com que as rugosidades vão deixando de ter força e dando espaço para a linearidade, pois, a respeito disso, Santos (1994) afirma que:

Campo e cidade se subordinam de modo diverso às novas exigências. O campo pode adaptar-se mais rapidamente às mudanças de uso, segundo os produtos, desde que haja recursos de capital e inteligência (SANTOS, 1994, p.78).

[...]

Durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, que aí rapidamente se instalam (SANTOS, 1994, p. 142).

Desse modo, muitas das atividades que eram desenvolvidas no rural foram tomando outros rumos devido à naturalização do urbano no rural. Ou seja, uma aproximação ocorre entre o urbano e o rural, como coloca Wanderley (2001). A autora insiste que

as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Por outro lado, Veiga (2004) assume a característica de que o urbano não deva se amalgamar com o rural, pois cada um possui uma especificidade. O que acontece é que, devido aos diferentes nuances do rural, ele tende a querer acompanhar o ritmo urbano, embora, como levantado por Veiga (2004, p. 26) a temporalidade seja outra,

são bem diversas as combinações entre os vários tipos de atividade econômica que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde de muitas populações rurais. As novas fontes de crescimento das áreas rurais são principalmente ligadas a peculiaridades dos patrimônios natural e cultural, o que só reafirma o contraste entre os contextos ambientais dos espaços urbanos e rurais. Enfim, a divisão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. Não faz sentido, portanto, amalgamar desenvolvimento e urbanização.

Henry Mendras, sociólogo francês, tende a assumir que não existe oposição entre o rural e urbano, ou seja, o rururbano levantado por Freyre (1982) reverbera essa ideia de que tanto rural quanto o urbano estabelecem os modos de partilhamento de cultura, economia, crenças e tradições. Mendras (1969, p. 36) assume que

os citadinos e os rurais foram, em certos aspectos, uma única sociedade. Têm em comum uma mesma cultura, pois partilham das mesmas crenças e das mesmas contradições. Participam de um mesmo mercado econômico, no qual trocam os produtos de suas atividades complementares. Por outro lado, não estão as cidades povoadas com gente proveniente do meio rural? [...] o problema pode ser encarado sob um mesmo aspecto diverso: o de existir em toda a sociedade nacional, do ponto de vista estrutural, uma divisão em dois ambientes culturais distintos – o ambiente urbano e o rural.

Williams (1989), em sua clássica obra “O Campo e a Cidade na História e na Literatura”, já remonta a certa sistematização do rural e do urbano, com suas determinadas funções. Para o autor,

a imagem comum do campo é agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. A ideia do campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais. A ideia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos. (WILLIAMS, 1989, p. 397).

Eis o desafio contemporâneo: circunscrever a ruralidade a partir dos dinamismos e dos movimentos em que estamos situados, não reverberando hipóteses que correspondem ao modelo hegemônico da mundialização, em que o rural concentra a porta para o desenvolvimento e o urbano está pronto para recebê-lo. Que o rural está lá distante do urbano, e que, com as novas tecnologias, o rural se urbaniza.

Tal prerrogativa abre caminhos para os modos de vida rural nos espaços urbanos, aqueles que fogem dos limites e fronteiras esboçados e determinados pela legislação vigente. A ruralidade em espaços não rurais carrega consigo a temporalidade, a história e o cotidiano de quem ali vive.

O cultivo dos quintais nas residências urbanas corrobora para pensarmos nessa proximidade com o rural. A ruralidade exercida pelo cultivo vai desde o regar a horta comunitária até o colher a hortaliça. O uso dos fundos de vales são lugares de excelência para o cultivo, muitos deles

estão concentrados nas redondezas do urbano. Ou seja, os modos de vida de cultivo de planta, colheita e cuidado estão nítidos nos ambientes urbanos.

Outro exemplo de ruralidade, é o uso comum dessas áreas de sombras para comemorações de churrasco no final de semana e encontro com amigos, tudo isso, reverbera o limiar do rural por via da ruralidade e dos modos de vida. Chamamos atenção para estes fenômenos que estão ao nosso alcance. Sendo assim, temos que nos ater a essas dimensões que são geradas a partir do saber situado, a partir das experiências das ruralidades em relação com a urbanidade.

Rua (2020, p. 213) esboça a importância de pensar as urbanidades e as ruralidades, “considerando-as em uma abordagem que recompõe a totalidade do espaço (urbano + rural)”. Desse modo, similarmente, colocamos em debate as ruralidades no escopo das urbanidades. Como tais modos de vida se relacionam nos interstícios da vida cotidiana urbana.

A partir dessas transformações e movimentos relacionados às ruralidades e urbanidades, Martins e Souza (2010, p. 37) apontam que a partir das “construções espaciais, nas grafias socioespaciais, existem determinados modos de produzir, consumir e pensar os espaços de vivência”.

Desse modo, Rua (2005; 2006; 2020) promove a clivagem dos pressupostos teóricos para fundamentar a existência da não representação do rural enquanto um fenômeno a ser rotulado. Além disso, o autor pretende “reforçar a idéia de diversidade territorial, nas áreas rurais, fruto de desigualdades e diferenciações que não cessam de se manifestar” (RUA, 2005, p. 61).

Repensar as ruralidades (e urbanidades) enquanto modos de ser é o que nos convoca a demorar. Todo esse arranjo que elencamos nos mostra a complexidade que temos em trabalhar com um fenômeno tão efervescente e pulsante que é o rural. Mesmo com todas essas informações de que o rural esteja se urbanizando, fugimos de tais premissas, mesmo porque a nossa leitura é de que o rural se manifeste em relação com a situação, e que o que virá é a situacionalidade de rural a partir da ruralidade e dos modos de vida.

O RURAL NO LIMIAR DA RURALIDADE E DOS MODOS DE VIDA

A discussão da ruralidade parece importante para que o debate acerca do futuro do rural e do(s) sentido(s) do rural contemporâneo não se limitem à substancialização oferecida por quadros macroestruturais que o circunscrevem a partir do desenvolvimento que possui uma direção clara: em direção ao urbano e ao global. Ruralidades (e urbanidades) adicionam o modo de vida como modos de existência, ou seja, expressão de uma geograficidade que se territorializa e se lugariza em diferentes contextos espaciais. Assim, pensar o rural atualmente, para além de sua relação direta com o campo, parece demandar uma “leitura geográfica da espacialidade e da geograficidade humana” (MARANDOLA JR.; ARRUDA, 2005, p. 36), o que implica compreender que os sentidos do rural se manifestam a partir das suas situacionalidades.

Esta perspectiva nos provoca a pensar as emergências, ou seja, as manifestações de ruralidades em seus múltiplos sentidos. Trata-se de partir da proximidade, de uma relação de horizontalidade, ou seja, colocar o problema na fissura da emergência, buscando enfrentar o desterramento promovido pelas instituições da Modernidade que lançam nossa existência em réplicas representacionais de uma existência banal (MARANDOLA JR., 2020).

Daí nosso interesse pelos modos de vida e pela ruralidade, pois ambos fenômenos se relacionam a partir do cotidiano expresso nas situações. Mesmo com o avanço da modernização no rural, a ruralidade conduzida pelos modos de vida não deixou de existir. A permanência e insistência da temporalidade, da historicidade e da geograficidade se manifestam nele.

Já há algum tempo, desde que Antônio Candido (2017), em sua clássica obra “Os parceiros do Rio Bonito”, sinalizou para uma postura de resposta às necessidades do povo campestre pela via da socialização da natureza, ou seja, o processo de “transformação da natureza em cultura” (PINTO, 2019, p. 78), uma reação advinda da modernização do rural, também colocado por Ferreira (2002) e Alentejano (2000), nos leva a pensar que a adoção pelos modos de vida é a possibilidade de refletir como que a modernização se insere no cotidiano rural.

Wanderley (2000) sinaliza a escolha por um modo de vida que é apresentado enquanto forma de existir.

O processo de “modernização rural”, como foi visto, é extremamente complexo e não pode ser entendido simplesmente como o “fim da agricultura” ou o “fim do rural”. A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente “paridade social”, isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão de “conforto urbano”. O meio rural espelha hoje o perfil social de cada uma das sociedades modernas avançadas, nele predominando, conforme o caso, a classe média, os operários, ou ainda certas categorias especiais, tais como os aposentados. Se as relações com a vida urbana não permitem que se fale mais em situações de isolamento e oposição, parece evidente que a residência no meio rural expressa cada vez mais uma escolha que não é outra senão, como afirma Mendras, uma escolha por um certo modo de vida (WANDERLEY, 2000, p. 142).

Estamos longe de colocar o rural próximo da agropecuária moderna, haja vista que, como vimos, existem certas prioridades no seio desse rural. Como salientam Companhia e Silva (2000), a procura por um “novo espaço rural brasileiro”. Essa criação determina quem irá poder morar no rural e desempenhar um papel de habitante. Será que a fetichização do rural gourmet, aquele que é feito apenas para férias, turismo e lazer, corrobora para fortalecer novos horizontes dos modos de vida da ruralidade?

Manoel Correia de Andrade aponta que o avanço das novas tecnologias, o desenvolvimento do capitalismo e a facilidade de transporte, fez com que “as pessoas de nível de renda mais elevado que vivem na cidade, passaram a adquirir terras nas proximidades da mesma, fazendo o que se chama no Nordeste de granjas e no Sudeste de sítios e de chácaras” (ANDRADE, 2010, p. 12).

Essas novas ruralidades propõem outras experiências que não carece de fita métrica para julgamento de quem é mais rural, ou quem possui uma ruralidade maior que outra. O que estamos colocando em xeque é justamente até que ponto o rural ou essa nova ruralidade vai aguentar e sustentar esse rótulo? Francois Ascher (1998) em “Metápolis” constrói uma narrativa por meio da emergência de uma outra forma urbana, ou seja, uma urbanidade que esteja ligada às novas dinâmicas territoriais. Que o urbano não se define pela urbanidade e sim pelos modos de ser, a partir do próprio tecido vivido pelos modos de vida, para além das antigas separações entre campo e cidade. O urbano e rural estariam amalgamados nesta nova forma metapolitana.

A temporalidade da ruralidade é outra, se baseia em um conteúdo utilitário, uma modernização de cunho homogeneizante, o perfil etário que quem reside nos rurais são outros, pequena parcela da juventude se aventura a permanecer no rural, ou quando permanece logo se sente atraído pela cidade.

Damos credibilidade para a potência da experiência, a nervura da existência que corrobora para com as nossas inquietações, pois, são a partir delas que damos sentido aos nossos atos e ações. Por isso, pensando nas questões que nos mobilizaram até aqui, acreditamos que as três se intercalam e se respondem por meio da experiência que é promovida a partir de situações. Tanto no sentido da modernização que corresponde ao próprio modo de vida, por ser vivido e correspondente a historicidade, quanto na constituição de outros modos de ruralidades que são experienciados a partir dos modos de vida, e no aspecto da complexidade, pois o rural enquanto um fenômeno se relaciona de modo complexo por entre as viscosidades do cotidiano.

Correspondente a essa postura de encontro e escuta com as fenomenalidades do rural, Carlos Rodrigues Brandão, em seus contundentes escritos, relaciona o rural mediante a experiência vivida, principalmente em “A partilha da vida”. O autor nos orienta a pensar mediante a sensibilidade da experiência, pois para ele “não me interessa, por exemplo, a lógica formal das relações produtivas do grupo doméstico camponês, mas, antes, os feixes de sentidos e sensibilidades que, a meu ver, realizam o lado de alma das vidas e trocas entre as pessoas, entre elas e seus mundos, entre eles e os seus símbolos” (BRANDÃO, 1995, p. 28).

Desse modo, somos levados a refletir nos sentidos do rural permeados pelos modos de vida e pelas ruralidades que fogem dos limites fronteiros daquilo que se diz ser rural. Pois o que mais corrobora com o nosso intuito é situar o rural na fissura da abertura e da proximidade com a Terra, dessa relação orgânica e visceral da qual somos constituídos (DARDEL, 2011). Estabelecer laços horizontais e íntimos com a Terra é partir da própria geograficidade ou da manifestação do geográfico em modos de vida. Com isso, encaminhamos para que essa pergunta dos sentidos do rural nunca se esgote, pois ela, fundamentada pela experiência, não poderá se fechar.

Ainda com Brandão, fechamos esse texto, pois, como ele, acreditamos nessa viscosidade do rural e de suas manifestações plurais e diversas, correspondendo sempre a

teias, tramas, redes e mapas dos mais diversos cenários e contextos culturais, com que atribuímos um ou vários sentidos aos espaços de vidas que geramos. E também aos mundos sociais que criamos, destruimos e recriamos, socializando porções de uma natureza intensionada transformada em fragmentos e sistemas de cultura. A mesma cultura que nos toma como indivíduos biológicos (seres da natureza) e nos transforma em pessoas sociais (sujeitos de uma cultura). (BRANDÃO, 2009, p. 17).

[...]

Encarregado o mundo ruim é o mundo que se descampesina, que perde esse ethos, essa identidade, essa ética.” (BRANDÃO, 2004, p. 127)

Diante do feixe de sentidos em que o rural se circunscreve, não cabe a nós definirmos um apenas e, sim, deixar que o mesmo se manifeste em suas singularidades. Encaminhando, assim, sobre o prisma da ruralidade e dos modos de vida, no refletir sobre o rural contemporâneo é basilar que partamos das situações, e assim sendo, descrevendo as relações a partir da existência. Desse modo, atentos às particularidades do rural contemporâneo, assuntos como sexualidade, raça, gênero, diversidade cultural estão no cerne dessa discussão, pois são nada mais que modos de vida encarnados no rural e promovidos pela ruralidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro, janeiro de 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ALBARELLO, Ezequiel Plinio. A dicotomia entre o rural e o urbano a urbanização do território. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2017.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. O que há de novo no rural brasileiro? Terra Livre, n. 15, São Paulo, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 5-17, fev., 2010.
- ASCHER, François. Metápolis: acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A partilha da vida. São Paulo: Geic; Cabral, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Editora da UFGO, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. No rancho fundo: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009.
- COMPANHOLA, Cleyton; SILVA, José Graziano. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000.
- DARDEL, Éric. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- DELGADO, Nelson. Concepções de Ruralidade e Políticas Públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras / (Organizadores da Série) -- Brasília: IICA, 2013.
- FAVARETO, Arilson; ABRAMOVAY, Ricardo. O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990. Rimisp, Programa Dinámicas Territoriales Rurales. 2009.
- FREYRE, Gilberto. – Rurbanização: O que é?. Recife, Editora Massangana, 1982.
- IBGE. Censo demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002. CD-ROM.
- IBGE. Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. 2010.
- KAGEYAMA, Angela A. (Org.). Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- MARANDOLA JR., Eduardo. “O erro de Heidegger”: do Estado-nação ao lugar como habitar poético GeoTextos, vol. 16, n. 2, 2020.
- MARANDOLA JR., Eduardo; ARRUDA, Zuleika A. Urbanidade e ruralidade no Brasil e as redefinições entre campo e cidade. Boletim de Geografia, v. 23, n. 1, p. 24-38, 2005.
- MARTINS, Geraldo Inácio; SOUZA, Angela Fagna Gomes de. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re) definições. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 11, n. 36, 2010.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 8(1): 25-70, 1996.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ZIMMERMANN, Sílvia Aparecida. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 1, 2014.

- MENDRAS, Henry. A cidade e o campo, em QUEIROZ, M.I. P (Org.). Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- MENDRAS, Henry. A cidade e o campo, In: em QUEIROZ, M.I. P (Org.), Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- MESQUITA, A.P; MENDES, E.P.P. Valores rurais em vidas urbanas: a relação com o lugar no Distrito de Pires Belo, Município de Catalão (GO). Centro de Estudo de Geografia do Trabalho - XII JORNADA DO TRABALHO 2011.
- MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília, IICA, 2013, pp. 413-472.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia, São Paulo: Ed. Annablume, 2011.
- PRADO JR., Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 6ª. Edição, 1961.
- PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo, HUCITEC, Edusp, Fapesp, 2002.
- RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. Revista da ANPEGE, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 45-66, 2005.
- RUA, João. Relações cidade-campo e urbano-rurais: rerepresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.
- RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. Campo e Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, fev. 2006.
- SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1980.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.
- SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. Campinas, SP: UNICAMP - IE, 1999.
- VEIGA, J. E. et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, Nead/MDA, 2001.
- VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 22. Rio de Janeiro. 2004.
- VEIGA, José Eli da. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. 304p.
- VEIGA, José Eli. Nem tudo é urbano. Cienc, Cult, vol.56, n.2, 2004.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 15, CPDA/ UFRRJ, 2000.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, 2009.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2011
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Parte 3, Pag. 413 a 473. In: 25 Revista Rural & Urbano, Recife. v. 02, n. 02, p. 02-25, 2017.
- WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade na História e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

EXPERIÊNCIAS AUTOETNOGRÁFICAS COM O TRABALHO: a estética da feira

AUTOETHNOGRAPHIC EXPERIENCES WITH WORK: the aesthetics of the fair

EXPERIENCIAS AUTOETNOGRAFICAS CON TRABAJO: la estética de la feria

Equimar Felício CHAVEIRO¹

Resumo: Ao recorrer ao expediente metodológico da autoetnografia, o qual valida as experiências dos sujeitos em situações de pesquisa, apresentar-se-á uma interpretação de um texto literário que enfoca a minha experiência de trabalhador na Feira de Trindade-Go. O texto - “A estética da feira”, uma crônica-ensaio, foi feito mediante a aglutinação entre uma crítica à estética performática e o relato da significação da feira que, durante alguns anos, foi o alicerce econômico da minha família. Para a sua consecução, desenvolveu-se uma reflexão do trabalho como operador de vida e como instância que se concretiza espacialmente. A interpretação da experiência de trabalhador informal se concretizou num enlace de escalas, dimensões e atividades de sujeitos. Foram observadas a dimensão econômica da feira, a dimensão espacial, temporal, afetiva e simbólica e os sujeitos diversos. A leitura das dimensões e dos sujeitos permitiram enxergar que a relação entre trabalho, memória e narrativa, estabelecida entre o específico e o universal, revela as condições e as contradições espaço/temporais de Trindade e também da sociedade brasileira. Ao proceder assim a autobiografia, sob a lupa da interpretação teórica, torna-se um aporte de uma etnografia do país, pois a minha experiência pessoal revela-se na experiência da minha família, e de todos os trabalhadores.

Palavras-chaves: Autoetnografia; trabalho; estética da feira; estética substantiva.

Abstract: By resorting to the methodological expedient of autoethnography, which validates the experiences of subjects in research situations, an interpretation of a literary text will be presented that focuses on my experience as a worker at Feira de Trindade, Goiás. The text - “The aesthetics of the fair”, an chronicle essay, was made through the agglutination between a critique of performative aesthetics and the report of the significance of the fair which, for some years, was the economic foundation of my family. For its elaboration, a reflection was developed on work as a life operator and as an instance that materializes spatially. The interpretation of the informal worker's experience materialized in a link of scales, dimensions and activities of subjects. The economic dimension of the fair, the spatial, temporal, affective and symbolic dimension and the different subjects were observed. The reading of the dimensions and subjects allowed us to see that the relationship between work, memory and narrative, established between the specific and the universal, reveals the space/time conditions and contradictions of Trindade and also of Brazilian society. By proceeding in this way, the autobiography, under the magnifying glass of theoretical interpretation, becomes a contribution of an ethnography of the country, as my personal experience reveals itself in the experience of my family, and of all workers.

Keywords: Autoethnography; work; fair aesthetics; substantive aesthetics.

Resumen: Utilizando el expediente metodológico de la autoetnografía, que valida las experiencias de los sujetos en situaciones de investigación, se presentará una interpretación de un texto literario sobre mi experiencia como trabajador en Feira de Trindade, Goiás. El texto - “La estética de la feria”, un ensayo-crónica, fue realizado a través de la aglutinación entre una crítica a la estética performativa y el relato de los significados de la feria que, durante algunos años, fue el sustento económico de mi familia. Para su elaboración se desarrolló una reflexión sobre el trabajo como operador de vida y como instancia que se materializa espacialmente. La interpretación de la experiencia del trabajador informal materializada en un vínculo de escalas, dimensiones y actividades de los sujetos. Se observó la dimensión económica de la feria, la dimensión espacial, temporal, afectiva y simbólica y los diferentes temas. La lectura de las dimensiones y sujetos permitió ver que la relación entre obra, memoria y narrativa, establecida entre lo específico y lo universal, revela las condiciones espacio/temporales y las contradicciones de Trindade y también de la sociedad brasileña. Procediendo así, la autobiografía, bajo la lupa de la interpretación teórica, se convierte en un aporte de una etnografía del país, pues mi experiencia personal se revela en la experiencia de mi familia, y de todos los trabajadores.

Palabras clave: Autoetnografía; Trabajo; estética de la feria; estética sustantiva.

¹ Professor titular em Geografia da Universidade Federal de Goiás-UFG/IESA; e-mail: equimar@ufg.br

INTRODUÇÃO

Fui, na adolescência, um feirante. Todos os membros do núcleo familiar participavam decisivamente da atividade que nutriu a família durante 6 (seis) anos. O meu pai gestava tudo, as compras dos produtos que iam ser revendidos; o frete; a organização das bancas. A minha mãe ajeitava as toalhas, o troco, fazia o café da madrugada. Eu e o meu irmão ajudávamos em quase tudo: descascávamos as espigas de milho, enfileirávamos os cachos de banana; vendíamos e limpávamos a banca.

Sem nenhuma aula ou palestra antecipada ao exercício do trabalho de feirante, aprendíamos o ritmo (tínhamos que ser ágeis); a atenção com o comprador ou compradora; a higiene dos produtos, da banca e do próprio corpo e do lugar em que depositávamos as sobras. O espaço/tempo da feira encarnava em nossos corpos. Havia, sem que soubéssemos, uma pedagogia de efetivas relações a partir do jogo de cintura com os compradores; a cooperação entre nós; o sentido do trabalho em família e a delicadeza no manuseio dos produtos. Dali nascia o amor pela voz popular. Efetivava-se também a dimensão ontológica, operacional, cultural e econômica do trabalho. Vida e trabalho em nupcia total.

Aliás, os estudos clássicos do trabalho apontaram, desde o século XIX, o que parece ser permanente e essencial: o trabalho é, nas sociedades modernas e contemporâneas, um operador de vida. Isso quer dizer que os trabalhadores medeiam, articulam e promovem a sua sociabilidade tendo como base o lugar em que ocupam na divisão social do trabalho. Desses estudos – e de outros de suas órbitas – aprendeu-se que o trabalho é definidor da classe social, marcador essencial de um sujeito no mundo concreto, assim como são o gênero, a etnia-raça, a corporeidade.

As formulações de Marx, especificamente as sintetizadas no capítulo V., de *O Capital*, publicado inicialmente em 1867, além de considerarem o trabalho no centro da vida humana, iniciam-se com um aporte de método: o trabalho em si não existe. O que existe é o processo de trabalho. Este se insere numa gramática social na qual situam o modo de produção, as relações de produção, os meios de produção e as forças produtivas. E se estende ao corpo, à consciência e à significação da vida. Mas a “sociedade do trabalho” não é, nem será, a sociedade do trabalhador.

Redunda dessa compreensão duas vertentes teóricas: primeiramente, há de considerar que o trabalho move e movimentava grande parte da vida do trabalhador, assim como a sua subjetividade, os seus órgãos, a sua corporeidade, a sua relação com a alimentação, com a moradia, com o transporte e, inclusive, com o status social num mundo concreto. Em segundo plano, concebe-se que ele é uma categoria histórica, como histórica é a sua significação e o seu alcance social. Ao mesmo tempo é universal, pois está ligado à condição humana; e é específico conforme os modelos de acumulação e, inclusive, singulares, de acordo com os sujeitos que o fecundam.

Não há, pois, nenhuma maneira de um sujeito humano isentar-se da relação direta com o trabalho irradiado num processo social contraditório, como é o caso das sociedades capitalistas. Além de o sujeito identificar-se no mundo social por intermédio da classe social, pelo trabalho constitui-se grande parte de sua história de vida. A reverberação do trabalho como veia da história de vida inclui a saúde-doença, como ensina o campo-questão Saúde do trabalhador; o sofrimento ou prazer, o delírio, a

neurose, a satisfação, como esclarece a Psicodinâmica do Trabalho; e a organização política, como são situados os Movimentos Sociais.

Com base nesses princípios, apresentaremos, ao modo da autoetnografia, campo metodológico que valida as experiências dos sujeitos em situações de pesquisa, a interpretação de um texto literário que enfoca a minha experiência de trabalhador na Feira de Trindade-Go.

O texto – “A estética da Feira” – ao modo de uma crônica-ensaio, contorna o sentido ontológico do trabalho, implicando em vários aspectos da minha vida e da vida de minha família.

A ESTÉTICA DA FEIRA

Quando fui convidado a ingressar na ATLECA – Academia trindadense de Letras, Ciência e Arte - tinha como obrigação fazer um discurso que representasse a minha inserção naquela instituição de arte. Na época, por coincidência, estava lendo textos de autores que refletiam a arte na sociedade capitalista, tais como Frederic Jamenson (1996), Theodor W. Adorno (1984), Anita Cristina Azevedo Resende (1997), Alfredo Bosi (1991), Roland Barthes (1984), Nildo Viana (2007), Umberto Eco (1984) e outros.

Esses autores e autoras, além de darem suporte às minhas aulas e pesquisas, seriam congruentes com a reflexão de cultura, arte, estética e a sua relação com sociedade e com a história no ambiente de uma academia de Letras. Todavia, eu pretendia incluir, no discurso, algo valioso da minha experiência de sujeito trindadense. Ao invés de fazer um discurso ao modo do protocolo formal, bastante comum aos pleitos acadêmicos, preferi fazer uma crônica.

A ESTÉTICA DA FEIRA

A minha mãe cumpre um rito dominical: deve ter mais de 30 anos que caminha de nossa antiga casa, em Trindade, à Feira. Ela acorda cedo e pega a sacola. Se o meu irmão estiver em casa, ela o chama, ou vai só se ele estiver ausente. Com ela, são várias tias, comadres, compadres que frequentam essa feira - dos quiabos.

Trindade cresceu a reboque do envolvimento com Goiânia. Mas o sentido original da feira - como palco ritualístico de velhas boas comadres, de antigas devotas mães - continua significando o tempo na trança de leiras de frutas, verduras, carne de porco, churrasquinhos de gato, cachaça, pasteis. Seu João Gordo e dona Maria Padilha; dona Conceição do Abacaxi e seu neto Danielzinho; Zeca da Rapadura, sem dentes e Alfredinho do Pai Eterno, outros e outros e outras, transformam o real em arte, desenvolvem acrobacias a partir de cenas de sujeitos reais desse mundo. Na feira tomate é gente; gente é guariroba, dois litros de Pequi por cinco. Pequi é suor. É amor.

Hoje acordei cedo e fui peça da procissão dominical de minha mãe em seu milagre de feira. Cheguei lá com a sacola aberta e me agraciei com as bancas dispostas numa profusão de cores, faces de vendedores simpáticos, de compradores apressados, de meninos-que-carregam-sacolinhas, carroceiros, vendedores de picolé, engraxates, pedintes, faroleiros e abusados. E como se fosse uma ciranda de movimentos barrocos e cadenciados, a mistura de tomate, alface, pinha, guariroba, galinha caipira, tambaqui, CDs piratas, feijão, caqui em promoção, calcinhas caseiras, rapaduras "da pura", brinquedinhos de madeira, currupios, jiló africano, moringa, cabaça, molho de arnica, garapa-de-cana, me fez viajar em mim, revigorar uma memória e reinstalar outra significação para o evento. Aquela feira sou eu no passado - e no que sempre serei.

Na adolescência fui, junto ao meu pai e ao meu irmão, um feirante. Para a minha dor de dorminhoco tinha que acordar às três da madrugada. Entrava numa camionete velha e ia vender milho verde descascado. Lá para as duas horas da tarde, cansados e alegres, almoçávamos juntos, bebíamos refrigerantes para comemorar. Aquela feira nutriu a minha família durante vários anos. Percebi então: a representação positiva que hoje faço da feira é acordada com o princípio de Jameson ao analisar a Dialética Negativa de Adorno. A arte não pode mentir. A arte precisa ser testemunha de um tempo. É missão do senso estético ver o som das cores como a música de vendedores, a poética de pedintes; observar as cores do silêncio, arrancar música e melodia dos verbos que costuram a densa realidade de quem, por acaso vive e, por viver instala um sentido de irmandade com tudo que existe; passear na pintura e na escultura das imagens verbais e metafóricas, afortunar o real de sentido e significado, entrar nele com a sensibilidade comprometida...Não há escapatória: a pele guarda a nossa caminhada no trabalho. Não há escapatória: assumir-se é ter coragem para pôr a pele na cara do mundo.

Enquanto a estética performática ocorre na transformação da Arte em entretenimento para facilitar a sua mercantilização, uma estética substancial – como a da feira – deve-se no ato simples da pessoa comprando frango, comendo pastel, trabalhando para gerar o difícil sustento, negar a performance para afirmar a função original da arte: compor novas sensibilidades, despertar a percepção, gerar vontade de transformação, incluir o suor do trabalhador nas referências de beleza.

Por esse motivo, na perspectiva da dialética negativa, a feira é testemunho do que sou. Sou esse feirante passeando entre quiabos, rapadura e ioiô. E talvez seja hoje um professor – das abóboras simbólicas e do açúcar mascavo semântico. Frutas, galinha caipira, voz de vendedor, as mãos tocadas nas mãos do compadre frente a banca de Seu Zé, são símbolos que residem em mim além da minha consciência. Está no corpo. É só ver e constatar.

Pode ser que, tal como pondera Jameson lendo Adorno, não há em mim, por consagrar a feira como um esplendor estético, nenhuma glorificação cultural. Talvez haja uma emoção que não lhes possa dizer porque ao passear na feira eu encontro com o meu fundamento e com a beleza do ser. E me sinto vivo, irmão das coisas deste tempo. Saio aí declarando, “sou semente de amora, ingá do galho, pimenta-do-reino, duas dúzias de banana por quatro...”

A VIDA E O TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE FEIRANTE

O texto, como pode ser lido, fez a memória pousar numa fase importante da minha vida. Para a sua consecução, na condição de professor universitário, de ativista cultural e de membro da AGB-GYN – Associação dos Geógrafos do Brasil, esbocei um olhar respeitoso à vida simples que eu e a minha família tivemos.

A moral subjacente situa-se assim: a vida simples e custosa patenteou o que fui, serei e sou: um feirante. O tom metafórico enraizado no tempo indicando que serei sempre um feirante, transforma a memória num ato político. E a dimensão ontológica do trabalho, como referência da minha formação como sujeito, integrou-se nas linhas e nos argumentos do texto, desembocando-se numa leitura teórica de estética. O passeio por entre bancas expostas na feira, e a percepção das cores dos produtos, dos cheiros, dos gestos e das diferentes situações, se tornaram sedimentos para a crítica à estética performática que é hegemônica na sociedade capitalista.

Ao correr os olhos na estrutura do texto - e em suas cenas -, percebe-se que nele são montadas várias dimensões atreladas ao trabalho de feirante. Convém explicitá-las:

Dimensão econômica

Durante a semana o meu pai se movia na zona rural do município de Trindade para adquirir, dos próprios produtores, os bens que, aos domingos, venderíamos na feira. Contactar os pequenos produtores, organizar a colheita, efetivar o transporte, demarcar o tempo, eram ações que dependiam de um enlace econômico feito com vários esforços.

Eliminar o atravessador, o que nem sempre era possível, concursava para obter maior lucro nas vendas, especialmente de banana e milho verde descascado. Não dispor de terra para produzir os bens de venda, ou seja, não ter a propriedade desse importante meio de produção, interferia nos lucros. Mas isso era compensado com a atividade da descasca das espigas e da venda ao modo do varejo.

A instabilidade dos ganhos começava no ato de comprar e também no transporte. Embora, não fosse possível eliminar a instabilidade, condição própria do trabalho no setor terciário, a experiência do pai, a importância da feira para os moradores de Trindade e a concentração no ato da venda, garantiram, durante vários anos, a reprodução da vida de nossa família.

Mesmo o trabalho informal, designado de autônomo, como é o dos feirantes, se instala numa estrutura social marcada pela divisão social do trabalho e pela macroeconomia. Era comum, por exemplo, perceber que nos finais de cada mês as vendas diminuía, assim como diminuía nos períodos de crises. Sobre esse processo, Marcário (2017, pag 11), diz que:

Desta forma, a totalidade de riquezas postas pelo trabalho social total, bem como a totalidade de forças sociais que se fundam na cooperação trançada pelos indivíduos na produção material da vida, tornam-se autônomas perante estes e se lhes confrontam como um poder externo. O homem encontra-se, no gradiente da divisão do trabalho, alienado de sua generidade na medida em que se confronta com sua atividade vital, com os frutos dessa atividade, com os outros homens e com as energias sociais originadas na forma histórica de cooperação, como antagonista. Donde a apropriação do gênero pelo indivíduo singular pressupõe a superação dessas contradições e isto quer dizer a superação daquele elemento que fornece a base para estes desdobramentos, a divisão do trabalho. É precisamente a formação econômica e social capitalista que, a despeito de engendrar uma forma específica de divisão do trabalho e de alienação, coloca as condições materiais para tal superação. (MARCÁRIO, 2017, pag. 11)

Nota-se que na virada dos 1970 para 1980, o território goiano, bem como o município de Trindade, tinha uma economia frágil. A oferta de empregos formais era muito pequena, quase não havia carteira assinada. O mercado interno era frouxo e os salários eram deficientes.

Nesta situação, destinar a mão de obra no denominado mercado informal era quase uma imposição. Quando se conseguia reproduzir a força de trabalho, ou seja, custear as despesas oriundas das necessidades primárias, como comer, pagar o aluguel, a água, a energia, o pleito existencial no presente estava resolvido. Por isso, naquele período, o que menos importava era pagar a previdência social.

Entretanto, o fato de, numa semana ou em outra, ter uma abundância mesmo que no horizonte imprevisível, causava uma alegria de trocas efusivas e silenciosas. O pai e a mãe se entusiasmavam por verem os filhos se alimentando e os filhos se alegravam por verem os pais felizes. De modo que a ligação da dimensão econômica com o humor, com a emoção e com o bem-estar da família inteira, demonstrava o vínculo entre família e o mundo do trabalho.

A dimensão espacial

O texto faz uma identificação espacial ao tomar como referência à feira. Mesmo Trindade tendo a sua dinâmica ligada ao crescimento de Goiânia, portanto, sendo implicada pelo que, posteriormente, veio consagrar como região metropolitana de Goiânia, a feira, no seu curso ritualístico e também em razão de sua importância à sociabilidade de trindadenses, se apresentou como um componente cultural.

A sociabilidade simples de sujeitos das cidades do interior de Goiás, as trocas e os gestos acordados em diagramas afetivos fora dos negócios e das estratégias mercantis das grandes metrópoles capitalistas, deram à feira um lugar de permanência e de resistência. Mesmo adolescente, lembro-me do esforço de outros feirantes efetivarem um exercício solidário com o meu pai e de todos com todos. De maneira espontânea, havia uma comunidade solidária que empreendia colaborações a partir da ajuda em montar as bancas; empréstimo de troco; informação sobre oportunidades de compra de produtos etc.

Ademais, a feira tinha uma espacialidade viva e vibrante, que começava com a localização. Naquele período, ainda sem existir uma frota de veículos tão grande como a de agora, era estratégico que a feira se localizasse no centro da cidade. Posteriormente, foi mudando até ir para a periferia em função do estacionamento de veículos.

A disposição das bancas, a organização espontânea dos gêneros dos produtos, a divisão do tamanho dos espaços para disporem as bancas, as colunas de livre trânsito, se somavam ao burburinho de vendedores, compradores, gente que fazia diferentes apropriações do espaço. A vivacidade do espaço continha, portanto, uma dimensão relacional efetivada pelo regime de sua apropriação mediante gritos, ofertas, prosas e colaborações.

Dimensão Temporal

A premissa assertiva e primaz do paradigma socioespacial desenvolvida por Milton Santos (1982), sublinha que não há indissociabilidade entre espaço e tempo. A partir dessa premissa, o geógrafo estabelece que o modo de produção inscreve a dinâmica social na escala do tempo e a formação socioespacial a inscreve na escala espacial. Diante disso, a síntese é enxuta: a feira de Trindade é um fenômeno temporal.

A leitura temporal da feira de Trindade pode ser dividida em dois pleitos: o trabalho que a antecede durante a semana juntando-se ao preparo no dia de seu acontecimento; e o momento em que ocorre o encontro entre os vendedores e os compradores, ou seja, o ato corrente e vivo de sua dinâmica. Contudo, há, conforme assinala o texto, outra ordem temporal: o do momento posterior.

Se há um tipo de trabalho no tempo antecedente, outro na efetivação, o trabalho posterior situa-se em fazer as contas; ver o que ganhou; organizar o pagamento das despesas; fazer um balanço das conquistas econômicas ou do prejuízo, avaliar todo o processo. Entretanto, a relação trabalho/tempo recai no corpo.

Acordávamos às 3h da madrugada para ajeitar as coisas que no dia anterior já havia se começado. Teríamos que chegar bem cedo no local para que o carro com os produtos tivesse condições de se mover entre as primeiras bancas sem nenhum empecilho. Quando o dia raiasse seria oportuno e necessário que a banca tivesse arrumada e os produtos organizados para que os compradores pudessem “chegar”.

Acordar as 3h da madrugada era um sacrifício para todos, especialmente para mim e para meu irmão, que éramos adolescentes. O expediente do sacrifício era reconhecido pelo pai e pela mãe. O almoço saía, aos domingos, o dia da feira, bem mais tarde. Em torno das 14h, geralmente alegres e unidos, com uma garrafa de refrigerante entre as panelas para premiar os trabalhadores, a vontade de comer e o júbilo de comemoração faziam eclodir um tom festivo, proclamava-se, no fim do turno, uma vitória afetiva.

Os sujeitos diversos

Toda feira popular tem como característica a mistura de rostos, gestos, intenções. A sua origem distante historicamente, atualizada no tempo e no espaço, não faz evaporar significações de ser um espaço público. Mascarenhas (2008, pag. 3), revela que,

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes (excetuando-se obviamente o Plano Piloto da capital federal, Brasília, pautado em princípios urbanísticos singulares). Desempenham ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar nos últimos 30 anos. (MASCARENHAS, 2008, pag. 3)

A feira é um espaço público, lugar de reunião de pessoas livres, identidades, gestos e movimentos, os mais diversos que, “numa cadência barroca”, surgem espontaneamente efetivando trocas simbólicas, gestos de gentilezas, pequenas disputas espaciais, atos de compra e de brincadeiras. Bêbados que atravessam a noite, pedintes mal vestidos, promotores culturais, trabalhadores diversos, cantores, poetas, gente desempregada, ajudantes, compradores, seguranças e tantos outros, promovem a efervescente arte coletiva, pública e aberta à comunicação, aos jogos, ao lazer, à sedução e à luta pela vida.

No caso da feira de Trindade, “as velhas boas comadres”, senhoras e donas de casa que marcham ritualisticamente aos domingos em direção às compras marcam a paisagem movente da feira. Mas a feira é marcada também por gente da classe média urbana, fazendeiros que aproveitam o local para vender e comprar bois; pedintes, alcoólatras; crianças e adolescentes que exercem vários tipos de trabalho. Embora, na profusão de movimentos tudo se mistura, as diferenças não deixam de

enunciar-se.

Pressa, exposição, gritaria, charadas, gozações, insinuações, encontros festivos, sociabilidades diversas, negócios, pechinchas e tantas outras ações, demonstram que a feira é um desaguadouro de sujeitos que, ali, em regime de trocas, de compensações, de festividade ou de linhas de fuga, disseminam a cultura no espaço. A síntese pode ser elaborada: a feira se constitui mediante várias práticas espaciais. Mais que vender e comprar, os sujeitos desenvolvem artimanhas e jogos que bordam o desenho da potência humana, especialmente de trabalhadores sedentos pelos encontros e pela comunicação.

Dimensão afetiva e simbólica

No caso de nossa família, e também de outras de feirantes, o trabalho de todos os entes, da mãe em casa, do pai em todo o circuito, do irmão em forma de cooperação, fez gerar uma aproximação corporal e afetiva. A distribuição das tarefas, com o tempo, foi sendo entalhada pelas habilidades pessoais. E alguns saberes se nutriram do êxito da operação, como ser ágil no atendimento do freguês, ser simpático, prestar atenção, “estar de olho” no que acontece, saber dar uma resposta aos pechinchadores com educação e simpatia.

Atrair gente para a banca, exercer um estilo de comunicação na proporção da pressa e do ambiente que se instaurava nos horários de pico, defender-se de quem provoca, enxergar o que o Outro está precisando, tomar iniciativa para embalar as vendas, são ações espontâneas que unem trabalho e ação afetiva e simbólica. Silva Neto (2010, pag. 3), explica que “Desde há muito que se discute nas ciências humanas e sociais que o comportamento humano se distingue do das demais espécies por ser um agir simbólico ou embebido em uma ordem cultural”.

A ideia chave se situa assim: não há ação humana desprovida da cultura e do agenciamento simbólico porque o ser humano se constitui, de maneira complexa, no tecido de produção, trocas e disseminações simbólicas. Essa ideia instrui para se pensar, pelo menos, dois aspectos centrais: há sempre em qualquer trabalho uma dimensão teleológica, ou seja, a busca de uma finalidade; e há sempre o exercício de um saber que, por mais simples que seja, como é o caso de quem vende milho verde descascado na feira, ajuda a empreender o trabalho.

A ação de trabalho, no caso da feira e de outras atividades, é movida de expectativa e, por isso, está sujeito à frustração. Pode haver, pela dureza, pelas condições e pela estrutura do trabalho, prazer ou sofrimento. Os estudos e a vasta produção de Christophe Dejours (1994), no campo da Psicodinâmica do Trabalho, mostraram que o trabalho faz a dimensão afetiva e emocional do sujeito ser exercida. Amor, ódio, desânimo, desprezo, medo, tristeza, ou vontade, prazer, alegria, são correntemente constituídos no ato de trabalhar.

Aspectos como a hierarquia, a repetição, a vigilância, a normalização, a exploração e a ausência de reconhecimento, causam sofrimento e humilhação, repercutindo na esfera psicológica do sujeito com o mundo e consigo mesmo. O reconhecimento de meu pai se apresentava de duas formas: o almoço festivo com refrigerante e uma pequena ajuda financeira outorgada aos trabalhadores adolescentes. Ambos serviam de estímulo, de prazer e de sentimento afetivo.

O TRABALHO E A ESTÉTICA SUBSTANTIVA

Cabe explicar conforme Santos (2017, pag. 215), o procedimento de autoetnografia. O autor diz que,

“Autoetnografia” vem do grego: auto (self = “em si mesmo”), ethnos (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e grapho (escrever = “a forma de construção da escrita”). Assim, já na mera pesquisa da sua origem, a palavra nos remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato (“escrever”), sobre um grupo de pertença (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da ótica daquele que escreve). (SANTOS, 2017, pag. 215)

O texto – A estética da Feira – foi feito com um propósito específico: simbolizar o meu pertencimento à Academia Trindadense de Letras, Ciências e Artes. A posse na instituição em minha cidade de vida me encheu de responsabilidade ética e estética. Eu queria, no discurso de entrada, enfatizar o que pensava em comum acordo com Jamenson (1996): “a arte não pode mentir”. Queria dispor o que compreendia de cultura, esfera simbólica, linguagem e estética. Para o qual teria que, na entrada na Academia, mostrar a fragilidade da estética performática.

Resolvi, com esses propósitos, narrar um momento crasso e reluzente da minha vida. Por meio da feira, além da família comer, beber, pagar o aluguel, a luz e a energia, havia um sopro de vitória sobre o alcoolismo do pai e da insegurança financeira que assombrava a nossa família. De maneira que todo o texto, feito em forma de crônica-ensaio, diferente das modalidades de discursos idílicos, apologéticos e meramente confessionais, comum aos discursos de postulantes de academias de letras, pretendia narrar a vida comum, real, significativa, sem, contudo, abandonar o meu lugar de trabalho na universidade.

O formato do texto, por isso, já era autoetnográfico. A minha ótica, mediante o discurso formalizado na crônica-ensaio, era o ponta pé para o que viria depois: “a feira de Trindade sou eu, o que fui e serei”. Posto assim, o trabalho, operador de vida, assinalava o seu tom ontológico. A senda autoetnográfica eclode em emoção na narrativa:

Na adolescência fui, junto ao meu pai e ao meu irmão, um feirante. Para a minha dor de dorminhoco tinha que acordar às três da madrugada. Entrava numa camionete velha e ia vender milho verde descascado. Lá para as duas horas da tarde, cansados e alegres, almoçávamos juntos, bebíamos refrigerantes para comemorar. Aquela feira nutriu a minha família durante vários anos.

O texto descamba em defesa de uma estética substantiva opondo-se à estética performática, esta que é serva do mercantilismo, das trocas financeiras, de uma significação superficial. A representação positiva que fazia, e ainda faço da feira, o passeio na memória de vida de minha família naquele período, veio sacramentar um esteio da proposta estética: a arte é testemunha de um tempo.

A feira é uma obra de arte. Por isso, perceber o som das cores, a música da fala de vendedores, a melodia da voz de pedintes, a pintura das frutas, verduras; a escultura formada no movimento frenético, enfim, a cadência de um fato de densa significação de vida, apresentariam o desfecho de sentido da estética substantiva: despertar uma sensibilidade comprometida. Ora, assim

colocado, deveria incluir o suor do trabalhador como referência de beleza.

Contra a “glorificação cultural”, solicitando de mim mesmo para não esqueça o que sou, embora sedimentando a minha vida como professor universitário, unindo estética e ética, o texto me chama para uma consciência que de mim se estende à condição de classe dos trabalhadores brasileiros. Por conseguinte, “a feira é testemunho do que sou”. A dimensão ontológica do trabalho em núpcia com o vislumbre estético assegura que “Sou esse feirante passeando entre quiabos, rapadura e ioiô. E talvez seja hoje um professor - das abóboras simbólicas e do açúcar mascavo semântico”.

Mimetizando situações de feira, a declaração ontológica me coloca misturado aos produtos da feira: “E me sinto vivo, irmão das coisas deste tempo. Saio aí declarando, sou semente de amora, ingá do galho, pimenta-do-reino, duas dúzias de banana por quatro”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O expediente metodológico assentado na autoetnografia, tal como efetivado neste trabalho, se expressou em duas vertentes: primeiramente valeu-se da narrativa da própria experiência do autor; posteriormente, em conduta de reflexão, sob a mediação teórica, esboçou-se uma leitura universalizante do tema em questão.

Quando fiz a crônica-ensaio – A Estética da Feira – para promover o discurso de entrada na Academia de Letras de Trindade – ATLECA, a minha intenção era contrapor à estética performática e ao lance simples de apologia à cultura e à arte. Eu queria legitimar a cultura e arte, assim como a estética, contudo, sem externalizá-los ao trabalho duro que tive junto à minha família.

A vontade de propor uma crítica à estética performática me incitou a assimilar os pontos culminantes da estética substantiva, essa que envolve as dimensões concretas da vida. Para isso juntei a leitura de teóricos da cultura e da estética à intérpretes do trabalho observando a minha condição de feirante quando era adolescente.

O suor – metáfora do trabalho – e a significação de nutrir a vida num regime de trocas efusivas, como ocorreu na minha experiência de feirante em Trindade, juntos e irmanados, me possibilitaram enxergar que, de fato, “a arte não pode mentir”. Mas pode – e deve – fantasiar, transgredir, transpor, desviar dos regimes monolíticos da vida social. A vida humana, em todos os lugares, em qualquer situação, provê-se também de símbolos.

A feira, como espaço público, viva e dinâmica, reúne cores, saberes, gestos, usos, apropriações, trocas simbólicas, as mais diversas, assim como sujeitos de estirpes diferenciados. Entretanto, há um grau de ordenamento que a delinea a partir de uma relação espaço/temporal. Esse ordenamento revela a relação de seu episódio quente e vivo com dimensões estruturais da macroeconomia, como, por exemplo, o trabalho informal, o preço das mercadorias e a força do dinheiro. Embora, a macroeconomia se insinua e se expressa concretamente, há pleitos de significações singulares, como os ritualizados pelas “boas comadres trindadenses” e por mim mesmo. Ainda vou à feira de Trindade também cumprindo um rito cultural: ver-me no passado, ver-me no presente. E sempre.

Observou-se que a narração da experiência de trabalho, conforme foi apresentado, configura-se como uma dimensão política. O ato de detalhar a condição de trabalhador informal na feira de Trindade é, ao mesmo tempo, um ato de construção da memória. Ao ser construída ilustrando um evento comum aos trindadenses num período histórico, o que é memória individual torna-se memória coletiva.

A relação entre trabalho, memória e narrativa, entre o tom específico e universal, revela as condições e as contradições espaço/temporais de Trindade e também da sociedade brasileira. Ao proceder assim a autobiografia, sob a lupa da interpretação teórica, torna-se uma etnografia do país. A minha experiência pessoal revela-se na experiência da minha família, e de todos os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Madrid: Taurus: 1984
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a Arte*. São Paulo: Ática, 1991
- ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade do cotidiano*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*” São Paulo: Atlas,1994.
- JAMENSON. Frederic. *O Marxismo Tardio. Adorno ou a persistência da dialética*. São Paulo: UNESP: 1996
- MARCÁRIO, Eptácio. *Divisão do Trabalho e Alienação – uma leitura marxista*. Fortaleza (Ce): 2017, acessado em 20.11/2022 -
- MASCARENHAS, Gilmar. *Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea*. In: *Revista Ateliê Geográfico – Vol. 2, N.2 – Goiânia:UFG, 2008*
- MARX, Karl. *O capital – O processo de Trabalho*. Livro 1, CAP V. Tradução de Reginaldo Sant Anna. 15a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do Homem*: São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Silvio Matheus Alves. *O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios*. In: *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017*
- SILVA NETO, Nirson Medeiros da. *TRABALHO COMO SÍMBOLO: ENSAIO SOBRE A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO TRABALHO NO COCO NO BICO DO PAPAGAIO*. In: *Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010*. Acessado em 20/11/2022-
- RESENDE, Anita Cristina Azevedo. *O tempo do tempo – objetividade e subjetividade sob o tempo quantificado*. São Paulo, PUC, 1997. Dissertação de mestrado
- VIANA, Nildo. *A esfera artística*. Goiânia: Editora Zouk, 2007.



A DOCÊNCIA E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR LICENCIANDO CADEIRANTE NO EXERCÍCIO DO ESTÁGIO DE REGÊNCIA

TEACHING AND THE DIFFICULTIES FACED BY LICENTIATE IN A WHEELCHAIR IN THE EXERCISE OF THE CONDUCTING INTERNSHIP

LA DOCENCIA Y LAS DIFICULTADES A LAS QUE SE ENFRENTAN LOS ESTUDIANTES DE LICENCIATURA EN SILLA DE RUEDAS DURANTE LAS PRÁCTICAS DE DIRECCION

Alzevane Santos MAICÁ¹

Simão ALBERTO²

Überson B. ROSSA³

Resumo: Este estudo trata de um esboço oriundo de pesquisas bibliográficas inerentes às dificuldades enfrentadas por cadeirantes na realização do Estágio de docência no IFC, campus Araquari/SC. A proposta, deste, consiste em identificar particularidades de docentes com deficiências no exercício de suas atividades profissionais. Razão pela qual, toma por base o ambiente da base web of Science, em especial, analisar os artigos classificados por ano e idioma, com preferência do nato. A discussão se inicia pelas categorias que visam problematizar a temática, perpassa na análise das ideias centrais provenientes das leituras de autores pesquisados. Os resultados destacam a ocorrência deste no âmbito a que se destina, e sua objetividade em torno das descobertas trazidas pelos resultados. A técnica de revisão da literatura permitiu uma releitura de suas ideias e a organização de um material capaz de mostrar como se desenvolve tais resultados e sua utilização em meio aos agentes envolvidos. Ao final, as considerações/conclusões indicam sobre o alcance das objetividades da pesquisa, indicando soluções e aprimoramentos necessários.

Palavras-chave: Ensino Superior; Estágio; Acessibilidades;

Abstract: This study deals with an outline derived from bibliographical research inherent to the difficulties faced by wheelchair users in carrying out the Teaching Internship at IFC, campus Araquari/SC. Its proposal consists of identifying particularities of teachers with disabilities in the exercise of their professional activities. For this reason, it is based on the environment of the Web of Science base, in particular, analyzing articles classified by year and language, with preference for native language. The discussion begins with the categories that aim to problematize the theme, permeates the analysis of the central ideas from the readings of the researched authors. The results highlight the occurrence of this in the scope for which it is intended, and its objectivity around the discoveries brought by the results. The literature review technique allowed a rereading of their ideas and the organization of material capable of showing how such results are developed and their use among the agents involved. At the end, the considerations/conclusions indicate the reach of the research objectivities, indicating necessary solutions and improvements.

Keywords: Higher Education; Internship; Accessibilities;

Resumen: Este estudio trata de un esquema derivado de la investigación bibliográfica inherente a las dificultades enfrentadas por los usuarios de silla de ruedas en la realización de la Práctica Docente en el IFC, campus Araquari/SC. Su propuesta consiste en identificar particularidades de los docentes con discapacidad en el ejercicio de sus actividades profesionales. Por ello, se basa en el entorno de base Web of Science, en concreto, analizando artículos clasificados por año e idioma, con preferencia por el idioma nativo. La discusión comienza con las categorías que pretenden problematizar el tema, permea el análisis de las ideas centrales a partir de las lecturas de los autores investigados. Los resultados destacan la ocurrencia de este en el ámbito para el que está destinado, y su objetividad en torno a los descubrimientos traídos por los resultados. La técnica de revisión bibliográfica permitió una releitura de sus ideas y la organización de material capaz de mostrar cómo se desarrollan tales resultados y su uso entre los agentes involucrados. Al final, las consideraciones/conclusiones indican el alcance de las objetividades de la investigación, indicando soluciones y mejoras necesarias.

Palabras clave: Educación Superior; Prácticas; Accesibilidades;

1 Licenciando em Ciências Agrícolas/Agrárias no Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari/SC

2 Licenciado em Pedagogia, Doutor em Educação, Orientador do Programa de Estágios no Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas no Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari/SC

3 Licenciado em Ciências Agrícolas, Doutor em Engenharia Florestal, Orientador do Programa de Estágios no Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas no Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari/SC

INTRODUÇÃO

Dentro das perspectivas teóricas e científicas, a escolha do tema é resultado do interesse do autor que enfrentou inúmeras dificuldades por ser, também, um cadeirante. Ademais, as dificuldades dos cadeirantes no Estágio em docência, instigam-nos a repensar em uma melhor alternativa que permita a tais cidadãos realizarem sua prática docente de maneira adequada e sem nenhum constrangimento. Desta feita, faz-se necessário o resgate e análise dos conceitos identificados inicialmente no âmbito teórico, não deixando de perceber suas faculdades práticas. Em síntese, justifica-se na pauta de assuntos que tratam dos aspectos técnicos e profissionais tomados no ambiente acadêmico de pesquisas e estudos de aprimoramento que o estudam e tomam desse fenômeno as paridades com a realidade observada no mundo contemporâneo.

Sendo assim, cabe entender sobre cadeirantes, em especial, suas dificuldades na realização do estágio de docência, adentrando suas categorias, dilemas, elementos e dificuldades com as quais concorre em sua extinção prática e teórica. Entretanto, conceitos iniciais são percebidos e elencados em suas respostas ao atendimento da sede de novos conhecimentos.

O problema da pesquisa consiste na pergunta a seguir: Quais dificuldades de cadeirantes no Estágio em docência? Após a problematização da temática, estabeleceu-se o objetivo principal, cuja prioridade foi investigar e perceber novos entendimentos sobre as dificuldades dos cadeirantes no Estágio em docência.

E, para entender as devidas dificuldades referente a estágio, docência, e acessibilidades de cadeirantes, adentrou-se a uma investigação em livros e revistas, PDFs, artigos online, periódicos e outras fontes confiáveis, tanto físicas quanto online, cuja base Web Of Science foi a principal consultada, sem prejuízo de buscas nas fontes Scielo.Br e Portal Capes Mec, cujo representa importante papel estratégico no contexto de produção de informação científica e tecnológica para as instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

Adiante, destaca-se que este trabalho observou o modelo ABNT, cujos resultados foram organizados em introdução, que indica as principais partes do trabalho, mostrando a temática, os objetos de estudo, problematizações e demais aspectos trabalhados na pesquisa.

Em seguida, destaca-se o desenvolvimento, ou seja, o referencial obtido na busca realizada na base de pesquisa indicada e em seguida a conclusão ou considerações finais que remontam às principais partes do trabalho, indicando a conquista de seus objetivos.

As experiências vivenciadas no exercício da docência, proporcionam a cada docente ter suas próprias formas de apreender e sentir a docência e, concebê-la a partir de suas vivências pessoais, familiares e profissionais, o que por sua vez, promove a individualidade específica do docente vislumbrar o cenário educacional inclusivo e,

[...] conhecer as emoções do professor frente à inclusão é conhecer a realidade da educação inclusiva por dentro, por detrás dos discursos treinados e estereotipados. A emoção é expressão impactante e autêntica e revela como o professor verdadeiramente se relaciona com a inclusão. (FARIA; CAMARGO, 2018, p. 224).

Debruçar-se diante das condições e necessidades da prática docente e identificar as realidades e as dificuldades enfrentadas por cadeirantes na realização de Estágio de docência é tarefa árdua. Pois segundo o Censo Superior da Educação 2018 (BRASIL 2022i), os estudantes com deficiência representam apenas 0,52% do total de matriculados em cursos de graduação, enquanto o número de docentes com deficiência corresponde apenas a 0,44% do total de professores do Ensino Superior, em cursos de graduação. Ou seja, dos quase 400 mil docentes, somente 1.731 são PcD, de acordo com o Censo.

Diante das condições adequadas para que um cadeirante consiga ministrar suas práticas docentes, temos ao encontro de mesmas leis para empunhar o direito de cidadão pensante, para isso as vem ao encontro a relação professor, aluno e sociedade, desmembradas ainda no cotidiano, por saber as dificuldades e para trata-las existe a necessidade urgente de conhecimento das leis que abrange a todos os seres que por esse elo se distinguem.

ACESSIBILIDADE, UMA NECESSIDADE URGENTE E NECESSÁRIA

Importante conquista para a alteridade da sociedade brasileira é o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Federal Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que vem “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” Esta por sua vez distingue os conceitos de deficiente e incapaz, esclarece que a deficiência não retira a plena capacidade dos indivíduos e determina que todas as pessoas maiores de 18 anos, por via de regra, são plenamente capazes e, dá as pessoas com deficiência tratamento igualitário em relação aos demais indivíduos.

Assuntos relacionados à acessibilidade são frequentes nas questões que conduzem a estruturação da inclusão escolar, evidenciando o dever de adaptação do espaço que compõe a instituição de ensino em ambientes acessíveis, que assegurem os direitos dos educandos de acesso à aprendizagem e que amparem a heterogeneidade humana.

Outro documento que legisla os direitos à acessibilidade é a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em 13 de dezembro de 2006 pela Organização das Nações Unidas – ONU, reconhece “a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.” (BRASIL, 2022h)

No que se refere a educação, a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas – ONU estabelece

[...] o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b. O máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. (BRASIL, 2022h)

O incentivo à promoção da acessibilidade está estendido à sociedade e a esfera educacional integralmente. A fim de que se processe sua realização, são necessárias conjunturas em que não haja preconceito, requerendo transformação de comportamento no tocante às diferenças.

A inclusão apresenta-se como uma perspectiva de desdobramento da educação escolar na direção de beneficiar todos os educandos, com e sem deficiência.

Neste sentido cabe antecipadamente contemplar a importância da educação no processo inclusivo, na formação do indivíduo. O quanto necessário se faz a interação social e cognitiva para educando cadeirante, desde a educação básica fundamental até o ensino superior.

O papel do ensino superior diante da inclusão e acessibilidade

O ensino superior é um nível de ensino que contribui para o desenvolvimento de cada ser humano, pois, além de facilitar a aprendizagem dos processos de leitura e escrita necessários à aquisição de conhecimento específico, favorece também o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e comunicativo da pessoa, uma vez que potencializa a participação social, a interação e a comunicação com outros interlocutores, que alimentam constantemente o conhecimento e o desenvolvimento pessoal.

Evidentemente que o ensino superior enfrenta inúmeras dificuldades e desafios para fornecer uma educação de qualidade para todos, aliás, cada estudante que ingressa em uma instituição de ensino superior, precisa ser atendido dentro da sua individualidade, independente das necessidades apresentadas pelo mesmo, visto que o discente é um ser único e que tem direito à educação de qualidade. O espaço escolar deve ser inclusivo de maneira a favorecer a educação a todos os estudantes.

Segundo Fávero et al, (2009) para que o sistema educacional seja efetivo, é necessário responder às necessidades de todos os estudantes, incluindo estudantes com necessidades especiais, tratando a diversidade como uma cultura formada em respeito, igualdade e acessibilidade. O ensino superior é um agente socializador por excelência, onde a aprendizagem mais complexa ocorre não só através da transmissão do conhecimento, mas também, por meio da interação social de seus estudantes, abrindo as diretrizes para a aprendizagem colaborativa e incentivando as crianças incluídas em suas salas de aula a ter a oportunidade de fazer parte desse ambiente sociocultural em todos os espaços e atividades propostas (GOMES, 1999).

Portanto, ainda conforme a análise de Fávero et al, (2009) cabe ao ensino superior favorecer a inclusão, facilitando as relações de seus estudantes dentro de um clima fundamentalmente lúdico e que destaque valores como tolerância, solidariedade, amizade e, sobretudo, respeito pela diversidade.

Uma educação não pode ser de qualidade se não conseguir que todos os estudantes, sejam inclusos, e não apenas parte deles, adquiram as habilidades necessárias para serem inseridos ativamente na sociedade e desenvolvam seu projeto de vida em relação aos outros. Menezes, (2006) afirma que o ensino superior inclusivo enfatiza o senso de comunidade, de modo que todos tenham o sentimento de pertencer, apoiar e serem apoiados por seus pares e outros membros da comunidade escolar, ao encontrar respostas adequadas às suas necessidades especiais. A inclusão não é apagar as diferenças, mas para permitir que todos os estudantes pertençam a uma comunidade educacional que valorize sua individualidade.

Conforme menciona Baptista (2015), o ensino superior inclusivo deve responder às necessidades educacionais de cada assunto; os ajustes curriculares, a revisão do conceito de avaliação e do direito de ir e vir em todos os espaços da instituição, a acessibilidade, promoção e acreditação são os pilares fundamentais da inclusão. Desta maneira, é o ensino superior que deve estar preparado para incluir todos os educandos, considerando a acessibilidade e favorecendo a conscientização de todos os envolvidos que a diversidade é uma condição básica do ser humano.

O processo de inclusão, de fato, é contínuo e deve ir preparando o caminho progressivamente e derrubar as várias barreiras que são apresentados em qualquer instituição e que podem ser do tipo sistema educacional convencional tradicional, socioeconômico, arquitetônico, humano e administrativo. Isto quer dizer que a inclusão escolar implica a participação ativa de todos os atores da comunidade educacional: estudantes, pais, educadores de licenciatura e profissionais especializados, diretores, técnicos administrativos e profissionais de apoio com objetivo comum. Desta feita, cabe ao ensino superior proporcionar a seus estudantes uma posição de aproveitar oportunidades educacionais oferecidas para atender às suas necessidades básicas de aprendizado (GOMES, 1999). Essas necessidades abrangem tanto as ferramentas essenciais para aprendizagem (como ler e escrever, falar, calcular, resolver problemas e elaborar atividades) como os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimento teórico e práticas, valores, atitudes e ressignificações) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas habilidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar sua qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.

ACESSIBILIDADE, ESTÁGIO E CADEIRANTES

Diante do exposto podemos compreender que o conceito de uma sociedade inclusiva se justifica sob a ótica que admite e considera a diversidade, enquanto aspecto que estabelece a organização social. Segundo Mantoan, (2003) a diversidade promove a chance de consolidar a inclusão na instituição escolar. Gomes (1999) também evidencia que a escola é intermediária na socialização, visto que a aprendizagem ocorre não apenas por meio da transmissão do conhecimento, mas principalmente mediante a interação entre os educandos e os educadores. Desse modo, verifica-se a necessidade de assegurar o alcance e o envolvimento de todos integralmente às oportunidades educacionais, apesar das diferenças de cada indivíduo como está estabelecido no artigo 205 da Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo III, Seção I – da Educação e consoante a análise na literatura de Aranha (2004), que transcorre a respeito da indispensabilidade de se garantir a igualdade de oportunidades e participação de todos no ambiente educacional.

Constatou-se a importância da escola em se posicionar diante da educação inclusiva ao percorrer uma trajetória importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma educação heterogênea ao ponderar os estudos de Baptista, (2015) e Menezes, (2006) que evidenciam o dever de valorização da individualidade do estudante, bem como a adaptação dos ambientes e conteúdos curriculares.

Inicialmente, cabe argumentar que assuntos relacionados à acessibilidade são frequentes nas questões que conduzem a estruturação da inclusão universidade pública, evidenciando o dever de adaptação do espaço que compõe a instituição de ensino em ambientes acessíveis, que assegurem os direitos dos educandos de acesso à aprendizagem e que amparem a heterogeneidade humana.

Neste contexto a literatura evidencia a importância da função do educador preparado para atender as demandas dos estudantes deficientes cadeirantes e, o real papel da escola no processo inclusivo, Nunes contribui ao salientar que

[...] em última análise, uma escola e uma pedagogia centrada no aluno, tornando-se assim imprescindível a implementação de processos de formação inicial e contínua de professores que assegurem o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas. Nesta ordem de ideias, uma vez que se pretende garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade e assegurar a plena participação e integração na sociedade considera-se que, a escola em geral e a sala de aula em particular constituem ambientes prioritários para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva. (NUNES, 2015, p.3)

No entender de Oliveira (2013), esta inclusão se apresenta como uma perspectiva de desdobramento da educação da universidade na direção de beneficiar todos os educandos gerais, como os com necessidades especiais, qualquer que seja o tamanho de suas populações.

Outro dado importante a ser salientado que é de grande relevância é a Lei de Cotas para pessoas com deficiência Nº. 8.213 de 24 de julho de 1991, que define vagas para pessoas com deficiência conforme a quantidade de colaboradores, “de 100 a 200 empregados, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1.000, de 4%. As empresas com mais de 1.001 empregados devem reservar 5% das vagas para esse grupo” (BRASIL, 2022f). Os mesmos percentuais são válidos para órgãos e entidades do setor público.

As pessoas com deficiência têm direito ao trabalho, sem discriminação, de livre escolha e igualdade de oportunidades, estes preceitos e princípios fundamentais de condições de acessibilidade assegura a proibição de discriminação e a restrição ao trabalho das pessoas com deficiência, a fim de oportunizar o desenvolvimento de profissionais.

Levando em consideração que a universidade tem como missão “proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional”. (BRASIL, 2022g, p.34).

No intuito de atender as expectativas da sociedade e ao se preocupar com a formação e o acompanhamento dos egressos, o Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari, considera fundamental que “avaliar as ações educacionais direcionadas aos seus alunos, acompanhe, mensure os resultados de suas atividades, a fim de verificar fragilidades e potencialidades que ajudem a redimensionar seu planejamento” (BRASIL, 2022), afim de

[...]

IX – Promover e divulgar parcerias com empresas e instituições, para a inclusão social e profissional dos egressos que foram atendidos pelas ações afirmativas do IFC e das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas; X - Promover o acompanhamento dos egressos que ingressaram por meio das Ações Afirmativas, visando identificar as múltiplas necessidades relativas à permanência no ambiente escolar e no mundo do trabalho; (BRASIL, 2022g, p. 79)

Contudo o Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari promove acessibilidade arquitetônica e busca reduzir as barreiras atitudinais como intuito de

[...] garantir condições especiais de prova para os candidatos de concursos e processos seletivos; a realização de avaliação de equipe multiprofissional no ingresso de servidores com deficiência, buscando conhecer as necessidades destes, para posterior orientação às unidades de lotação, quanto às adaptações necessárias para garantir a acessibilidade; (BRASIL, 2022g, p. 161)

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de JULHO de 2015), o objetivo mais importante é autenticar e atuar na promoção de cláusulas de equiparação de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades indispensáveis através da individualidade humana com necessidade especiais, desejando ardentemente para a sua inclusão social, todo ser humano que têm alguma necessidade especial tem direito para a equiparação de igualdade de chances

No Art. 3º, para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

[...]

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2022e)

Além das imposições normativas gerais previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), existe a NBR 9050, editada através da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que desfruta especialmente a respeito dos jeitos ou métodos de acessibilidade em construções mobiliários, espaços e materiais técnicos urbanos.

Essa imposição normativa busca trazer todas e quaisquer recomendações e cuidados precisos na hora de projetar uma construção ao que seja acessível, tais como: medidas, distâncias necessárias, guarda corpo, altura correta de contato de alcance (lateral e frontal) do usuário de cadeira de rodas, entre outros.

Além disso a NBR 9050 da mesma forma, demonstra recomendações quanto para a sinalização e símbolos que possam e devem ser usados e as respectivas formas de circulação dos espaços: rampas, escadas com plataforma móvel, elevador, esteira rolante, escada rolante com degrau da cadeira de rodas etc.

A falta de sinalização passa muitas vezes despercebida até mesmo pela própria Instituição a quem caberia o cuidado de implantar e renová-la a fim de que se haja uma maior visualização da mesma entre os corredores, indicando-lhes o acesso.

Diante do exposto podemos compreender que o conceito de uma sociedade inclusiva se justifica sob a ótica que admite e considera a diversidade, enquanto aspecto que estabelece a organização social.

De acordo com a Lei 13.146/2015 que apresenta como base para garantir a Inclusão da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade se constitui enquanto:

[...] oportunidade e possibilidade de execução e utilização, com autonomia e segurança, de locais, instrumentos urbanos, materiais, instituições, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, como também de outras instalações abertas aos público e serviços de uso público ou privados de uso coletivo, tanto no espaço urbano como no rural, por cidadãos que apresentem deficiência ou com movimentos reduzidos (BRASIL, 2022e).

Dessa forma, a lei estabelece, contudo, no sentido de instruir o ensino superior para que esta seja capaz de acolher os estudantes com algum tipo de deficiência, objetivando o acesso à educação e reduzindo os impactos gerados por condições diferentes.

Neste sentido a Lei 10.098/2002, também estabelece preceitos públicos e princípios fundamentais de condições de acessibilidade, delibera esta enquanto estado de alcance adequado e possibilidade de utilização, com independência e segurança, das áreas, mobílias e serviços urbanos, dos

estabelecimentos, das locomobilidades e das estruturas e meios de comunicação, por indivíduos com deficiência ou com mobilidade limitada (BRASIL, 2022d).

Diante disso a instituição escolar exerce uma ação imprescindível, de seu propósito habitual de oportunizar a aprendizagem e o desenvolvimento dos discentes, docentes e servidores, formando-os para viver em sociedade e dispõe também do dever de elaborar práticas com a intenção de buscar reverter casos de exclusão ao possibilitar a compreensão da comunidade escolar como um todo.

A inclusão apresenta-se como uma perspectiva de desdobramento da educação escolar na direção de beneficiar todos os educandos, com e sem deficiência. Ao considerar de maneira singular a escola, as demandas relativas à acessibilidade assumem grande importância em viabilizar o desenvolvimento social, afetivo, motor e cognitivo dos educandos com deficiência, em razão de que esta prática pode ser analisada como um dos fundamentais e indispensáveis aspectos em que os propósitos apontam para a inclusão (FIEGEMBAUM, 2009).

Torna-se válido salientar que não se apresenta até agora, uma lei própria disponível para as instituições de ensino. Compreende-se, que a disposição dos espaços é de maneira igual para crianças e adultos com deficiência, tal qual a necessidade de equipamentos eletromecânicos e rampas de acordo com a NBR 9050/045 que estabelece critérios e parâmetros técnicos na construção, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e ainda na instalação e adaptação de edificações.

Muitos outros decretos e medidas são estabelecidos no sentido de amparar as diferentes peculiaridades dos indivíduos com necessidades especiais, entre estas é possível destacar o decreto 5.296/2004 que regulamenta a lei Nº.10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e a lei Nº.10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou que apresentem sua mobilidade limitada.

METODOLOGIA

Levando em consideração de que este artigo se trata de um trabalho breve de pesquisa bibliográfica, a busca pelos seus resultados ocorreu de modo online, adentrando as bases em procura de autores e de trabalhos com os quais se pudesse realizar uma releitura do fenômeno temático escolhido.

Conforme indica Lakatos; Marconi (2003) a sumarização dos resultados teóricos pode ser aferida pela técnica de revisão da literatura, que faz parte do método bibliográfico. Revisar significa ler, entender, analisar e emitir considerações em cada parágrafo, citação, tabela, ou imagens, informando ao leitor um novo entendimento, sem ultrapassar o seu conceito.

Os termos das palavras-chave do resumo foram utilizados para se linkar com os resultados dentro da base web of Science, para a livre escolha dos que mais poderiam identificar formas de resposta ao problema inicial da pesquisa.

Em análise, tomando por base o que presume o materialismo dialético, interpela-se no crivo social a que este tema se remete, incorporando a dinâmica de sociedade em seu entendimento primário. Sendo assim, destacam-se considerações bastante oportunas dentro das realidades

apresentadas ao longo da discussão.

Na inclusão, o recorte temporal filtrou artigos de revisão entre os anos de 2017 a 2021, pelos idiomas português, inglês e espanhol analisados pelos títulos. Neles, estudos de caso, artigos de revisão, meta análises, integrativas e sistemáticas.

Na exclusão, optou-se por artigos completos, excluindo citações nas bases de pesquisa e capítulos soltos, além destes, papers, resenhas e títulos que não se configurasse de pertencimento a questão norteadora do estudo.

A população foi contabilizada pelos resultados entregues após a linkagem de busca e as amostras ocorreram pelos critérios de ano (preferencialmente os últimos cinco anos), mas podendo tomar por base clássicos devido o assunto ser bastante amplo. Além destes, o idioma preferencialmente nato, podendo ainda extrair arquivos do inglês, ou espanhol caso haja necessidade. O filtro foi complementado pela leitura dos títulos mais pertinentes ao referido objetivo que cerca essa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a acessibilidade é um direito que parece estar ainda somente no papel. Contudo, é uma ocorrência bastante discutida em nosso meio teórico, cujos conceitos são trabalhados e discutidos ao longo dessa pesquisa. Neles, identificaram-se as suas categorias mais pertinentes, entre elas a sua gênese, históricos e entendimentos técnicos.

No que tange aos objetos de pesquisa, ou seja, os anseios que nortearam tal estudo, entende-se pelo atendimento, uma vez que foram pesquisados, lidos, analisados e reescritos de forma assertiva, sem rodeios e sofismas para demonstrar o atendimento dos objetivos específicos do trabalho, cujos tópicos informaram sobre as suas devidas leituras. Desta feita, sugere-se que haja uma melhoria nos entendimentos de como se destaca tal ocorrência, descortinando novos entendimentos que possam colaborar com o crescimento e desenvolvimento da ciência e da educação no Brasil, e suas inovações teóricas, profissionais e técnicas.

Portanto, ao final desse intento, o que se espera é que todos possam entender como tal fenômeno se dispõe à utilização de seu público, e seu entendimento seja livre para todos os que desejam estudá-lo. Espera-se que novas pesquisas possam estudar mais profundamente suas categorias e perceber novas descobertas em nome da ciência.

Estabelece-se a necessidade de cultivar a fertilidade do espaço educacional para a atuação de deficientes físicos cadeirantes na Educação, visto que, todo e qualquer indivíduo é capaz de estar preparado e estimulado a vivenciar a prática docente. Inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir é um dever de todos, portanto a interação ao meio se torna obrigatória.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NORMA BRASILEIRA. Terceira edição 11.09.2015. Válida a partir de 11.09.2015. Disponível em: <http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf> - Acesso em: 03 out. 2022.

ARANHA, M. S. F. (Org.). Educação inclusiva: a fundamentação filosófica. SEESP/MEC; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 1, 28p., 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>> - Acesso em: 02 out. 2022.

BAPTISTA, C.R. (Org.). Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos; Marquezine & Manzini; ABPEE, 2015, 304p. ISBN 978-85-67256-17-7. Disponível em: <<https://www.abpee.net/pdf/livros/escolarizacao.pdf>> - Acesso em: 20 out. 2022

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> - Acesso em: 1 out. 2022a.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192> - Acesso em: 24 nov. 2022h.

BRASIL. Decreto Nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2004. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> - Acesso em: 30 ago. 2022b.

BRASIL, IFC. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021. Disponível em: <<https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/44/2021/08/pdi-diagramado.pdf>> - Acesso em: 22 out. 2022g.

BRASIL. Inclusão no mercado de trabalho: Lei de cotas para pessoas com deficiência completa 29 anos. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/inclusao-no-mercado-de-trabalho-lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-completa-29-anos>> - Acesso em: 04 nov. 2022f.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/centro_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf> - Acesso em: 20 set. 2022i.

BRASIL. Lei de Cotas para pessoas com deficiência Nº. 8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm> - Acesso em: 15 set. 2022c.

BRASIL. Lei Nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos Para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm> - Acesso em: 29 set. 2022d.

BRASIL. Lei Nº.13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> - Acesso em: 15 set. de 2022e.

FARIA, P. M. F. de; CAMARGO, D. de. As emoções do professor frente ao processo de inclusão escolar: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 24, n. 2, p. 217-228, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/R3g5pR59J34RWyL9yDZ5qsc/?format=pdf&lang=pt>> - Acesso em: 19 nov. de 2022.

FÁVERO, O. et al., organizadores. Tornar a educação inclusiva. Representação da Unesco no Brasil; Brasília, ANPED, 2009, 220 p. Disponível em: <<https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/>>

educacao_inclusiva/educacao_inclusiva_unesco_2009.pdf> - Acesso em: 15 set. 2022.

FIGEMBAUM, J. A acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível. Monografia (Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/acessibilidade-no-contexto-escolar-tornando-a-inclusao-possivel,d405cce4-e625-4285-ada1-b24234438d37>> - Acesso em: 10 set. 2022.

GOMES, M.T.U. Direito humano à educação e políticas públicas. Curitiba: Juruá, 2009.

LAKATOS, E.M., MARCONI M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed, Atlas, 2003. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291350/mod_resource/content/1/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf> - Acesso em: 27 set. 2022.

MACIEL, M.R.C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo em Perspectiva. vol.14, p. 51-56, 200. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/?format=pdf&lang=pt>> - Acesso em: 27 set. 2022.

MENEZES, E. C. P. Informática e educação inclusiva: discutindo limites e possibilidades. Santa Maria: Editora UFSM, 2006. 132 p. ISBN 8573910690.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão universidade: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna. 2003. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>> - Acesso em: 01 out. 2022.

NUNES, C., MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas, Da Investigação às Práticas. 2015 - 5(2), 126 - 143. Disponível em: <<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf>> - Acesso em: 09 out. 2022.

OLIVEIRA, C. B. de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 55 out-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/09.pdf>> - Acesso em 13/08/2022.

SAMPAIO, N. F. C.; DE OLIVEIRA MENDES, R.. Acessibilidade e Matemática: A Resolução de Problemas em Sala de Aula. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA13_ID14017_26092019211855.pdf> - Acesso em: 09 out. 2022.

A LUZ QUE NÃO SE VÊ: O ÂMAGO DA POLARIZAÇÃO

THE UNSEEN LIGHT: THE HEART OF POLARIZATION

LA LUZ OCULTA: EL CORAZÓN DE LA POLARIZACIÓN

Antonio ROCHA¹

Resumo: O estudo que você vai ler neste artigo é o retrato da realidade em muitos espaços no Brasil. Oriundo da conjuntura histórica de domínio e imposição por um lado, da humilhação e obediência por outro, a sociedade brasileira chega ao drama de vivenciar a polarização ideológica que presenciamos. No intuito de complementar os argumentos apresentados em um artigo publicado no ano de 2020, com o título: "O cenário político brasileiro e a polarização dos últimos tempos, o qual, justifica a importância desse estudo, temos como objetivo, falar nas contradições, ações e reações da sociedade, onde entram em jogo pensamentos opostos e uma sociedade que tem a sua maioria fadada ao anonimato, porque, culturalmente, sempre sofreu imposição e distorção de valores desde as origens coloniais. O estudo bibliográfico conta com referências que refletem sobre a realidade social brasileira, complementado por outros teóricos. Concluímos este artigo mostrando que a conduta oscilante no comando da sociedade é fruto da pressão imposta pelas forças dominantes que, na verdade, criam a polarização que condenam e, por essa razão, a resistência e o sonho de novas perspectivas. Esforçamos para ser objetivo e didático na proposta do novo estudo que merece ser ampliado, debatido nas bases da sociedade e esta é a razão de palavras-chave, como: contradição, ideologia, polarização e didática.

Palavras-chave: Contradição, Ideologia, Polarização, Didática.

Abstract: The study you will read in this article is the picture of reality in many spaces in Brazil. Derived from the historical conjuncture of dominance and imposition on the one hand, from humiliation and obedience on the other, Brazilian society comes to the drama of experiencing the ideological polarization we witness. In order to complement the arguments presented in an article published in 2020, with the title: "The Brazilian political scenario and the polarization of recent times, which justifies the importance of this study, we aim to speak in the contradictions, actions and reactions of society, where opposite thoughts come into play and a society that has its majority doomed to anonymity, because, culturally, it has always suffered imposition and distortion of values since colonial origins. The bibliographic study has references that reflect on the Brazilian social reality, complemented by other theorists. We conclude this article by showing that the oscillating conduct in the command of society is the result of the pressure imposed by the dominant forces that, in fact, create the polarization that condemn and, for this reason, the resistance and the dream of new perspectives. We strive to be objective and didactic in the proposal of the new study that deserves to be expanded, debated in the bases of society and this is the reason for keywords such as: contradiction, ideology, polarization and didactics.

Keywords: Contradiction, Ideology, Polarization, Didactics.

Resumen: El estudio que leerá en este artículo es la imagen de la realidad en muchos espacios de Brasil. Derivada de la coyuntura histórica de dominación e imposición por un lado, de humillación y obediencia por el otro, la sociedad brasileña llega al drama de experimentar la polarización ideológica que presenciamos. Para complementar los argumentos presentados en un artículo publicado en 2020, con el título: "El escenario político brasileño y la polarización de los últimos tiempos, que justifica la importancia de este estudio, pretendemos hablar en las contradicciones, acciones y reacciones de la sociedad, donde entran en juego pensamientos opuestos y una sociedad que tiene su mayoría condenada al anonimato, Porque, culturalmente, siempre ha sufrido imposición y distorsión de valores desde orígenes coloniales. El estudio bibliográfico tiene referencias que reflexionan sobre la realidad social brasileña, complementadas por otros teóricos. Concluimos este artículo mostrando que la conducta oscilante en el mando de la sociedad es el resultado de la presión impuesta por las fuerzas dominantes que, de hecho, crean la polarización que condena y, por esta razón, la resistencia y el sueño de nuevas perspectivas. Esforçamos para ser objetivo e didático na proposta do novo estudo que merece ser ampliado, debatido nas bases da sociedade e esta é a razão de palavras-chave, como: contradição, ideologia, polarização e didática.

Palabras-clave: Contradicción, ideología, polarización, didáctica.

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol - UNADES, PY. Possui especialização lato sensu em Ciências da Educação pela Faculdade de Pinheiros - FAP, ES. Especialização lato sensu em Filosofia da Educação pela FAP. Especialização lato sensu em Didática e Metodologia do Ensino Superior - Uneouro, RO. Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia -UNIR, RO. Técnico em Agropecuária pela Escola Família Agrícola (CEFFA, RO).

INTRODUÇÃO

Sugiro que o leitor inicie a leitura deste artigo com bastante atenção para entender a proposta que estamos pleiteando aqui. Trata-se de algo sutil que às vezes nem damos conta do tamanho das consequências geradoras da polêmica situação, que na verdade, tem sua legítima necessidade, prova que a polarização ideológica é justa e necessária. O tema é pertinente e deveria ser discutido em todas as instâncias da sociedade, de instituições públicas às instituições privadas, pois estamos falando num problema que a sociedade vem enfrentando a anos e tem nas vertentes, razões em jogo. Não se trata, simplesmente, da radicalização de ideias, o que seria um fracasso, trata-se da legítima defesa de interesses, seja do sistema, seja da maioria explorada da sociedade. É a democracia em jogo!

O que justifica esse estudo é a necessidade de complementar outro, feito e publicado em 2020. Com o objetivo de falar na polêmica situação no cenário político brasileiro e a polarização, ambos, trazem um diálogo curioso, crítico e aberto a novas perspectivas, pois a tendência da polarização continua em jogo. Lembremos que a criatividade humana o induz a tomar decisões e as vezes elas ocorrem em defesa de inconvenientes, isso é perceptível até numa criança. Pressiona-se a criança e ela encontra alternativas para sua defesa, exceto se carrega consigo uma disfunção orgânica ou um problema emocional e neste último caso, também é defesa, é ação do inconsciente.

Percebendo o que descrevemos até aqui, entenderá que o objetivo dessa proposta é falar nas contradições ideológicas, ações e reações da sociedade, onde está em jogo pensamentos opostos e uma sociedade, em sua maioria, fadada ao anonimato, devido as imposições e distorções de valores. Esse pensamento conflitante será apresentado no decorrer dos argumentos no artigo. Não se pode deixar ser seduzido por iniciativas que menosprezam humanos ou os utilizem como massa de manobra para interesses restritos. Uma sociedade precisa de justiça social, um Estado forte em defesa dos seus, evidentemente, respeitando fronteiras e relacionando bem com vizinhos. É esse jogo ideológico que será exposto no decorrer dos argumentos no artigo.

No intuito de ampliar bagagens e oferecer credibilidade ao leitor recorreremos a bibliografias pertinentes ao tema, inclusive, valendo-se do artigo que mencionamos acima e serviu de base para esse novo degrau do estudo teórico. As bibliografias são exemplos de que a proposta em evidência é pertinente e ao contrastar essa iniciativa aos argumentos dos teóricos, o leitor verá a sintonia entre uma necessidade teórica e a outra, inclusive, sua necessidade de compreensão também. A polarização continua e neste ano de 2022, o embate não estará resolvido, pois a ideia da redemocratização continua viva, tanto quanto, o projeto de dominação sustentado pela elite que detém o controle social.

Num esforço de ser objetivo e didático na proposta desse novo estudo, buscamos mostrar a conduta oscilante na sociedade onde se vê que é a pressão sobre as classes menos favorecidas a causa da resistência e da polarização. Esse é o teor do assunto que você irá apreciar neste trabalho. Espera-se que o leitor usufrua desse estudo e ajude, na tendência criativa que a humanidade possui, a oferecer um pouco de si em torno do debate sobre o tema. O Brasil é um país rico, alegre, cheio de grandes festividades e deve cultivar essa premissa, mas é necessário, também, que os cidadãos tenham consciência de que o potencial criativo é seu e não deve ser manipulado por interesses restritos. Chega

de uns iluminados e outros condenados à servidão, são mais de cinco séculos de história, exploração da maioria, precisamos chegar num equilíbrio ideológico.

UM BRASIL EM CONSTRUÇÃO

Partimos do princípio de que entender a realidade e projetar o futuro sem olhar o passado pode ser bem mais difícil que perceber experiências vividas, trazê-las para a realidade e assim projetar o futuro. Elaboramos o passo a passo dessa proposta, na perspectiva de um diálogo crítico, sensato e também criativo. Crítico, por analisar a situação social desproporcional nesse país onde uns tem muito, outros pouco e a maioria quase nada, além dos que estão abaixo da linha de pobreza, numa situação mais desastrosa ainda. É preciso ser sensato, porque não é justo saber que um ser humano vive sentado ou dormindo em “berço de ouro” e outro sentado ou dormindo numa calçada de rua. É criativo, por usar uma linguagem simples e didática, acessível a leitores distintos.

Quando estudamos as origens históricas desse país e voltamos na colonização, imaginamos o drama vivido por aqueles primeiros indivíduos, lembrando que imaginar é bem diferente de sentir o drama em sua magnitude. Se imaginarmos o espaço brasileiro antes da colonização, é possível acreditar, seriamente, que a configuração social era outra, mas não vamos retroagir, focaremos nas análises a partir da chegada dos portugueses. Pense no início da colonização e sem muitas dúvidas você deduzirá que alguém sobrepôs a alguém, ou pelo menos teve uma intenção de ocupar um espaço que não era seu. Os europeus, não somente os portugueses, vieram para as Américas no intuito de dominar, era a expansão comercial, obviamente, o mercantilismo estava em ascensão.

E, como a preocupação é estudar a polêmica situação no Brasil e sua formação inicial, deixamos o mercantilismo para direcionar o raciocínio a Gilberto Freyre em “Sobrados e Mucambos (2004)” falando dos primeiros passos, ou modelo de educação no país: “...Os pais autorizavam mestres e padres a exercerem sobre os meninos o poder patriarcal de castigá-los a vara de marmelo e à palmatória. Freyre (2004, p 180). Assim começou a educação no país que naquele momento estava ocupado pelos portugueses e já dividiam o espaço com nativos. A informação sobre a forma de educação é tão real que nos pouco anos de vida que temos, vimos reprodução de atitudes aproximadas, a exemplo, muitos castigos radicais, inclusive à palmatória.

É possível dizer que não estamos distantes da barbárie, sabemos, evidentemente, que evoluímos muitos nesse quesito. No entanto, somos uma sociedade em construção e a educação é um dos temas que deve estar em pauta, partindo do espaço familiar, a própria escola e todos os espaços sociais. Mudanças ocorreram e as transformações sociais foram surgindo, mas ainda é preciso perceber que há sutilezas que merecem atenção, uma delas é a justiça social, preocupação no artigo. Houve a transferência de poder do campo para a cidade, a libertação dos escravos e a conquista de gênero, mas paralelo a transição ainda prevalece o domínio e a exploração humana invisibilizada, conforme defende Jessé Souza em várias das suas reflexões orais e escritas. A descoberta do autor é um marco na sociologia atual, pois muitos intelectuais não perceberam essa obviedade.

Antecedendo Souza, Freyre mostrou que saímos do sistema rudimentar e entramos na fase burocrática, criamos uma relativa independência dos senhores, mas ao mesmo tempo, entramos nos ajustes burocráticos. Esse foi o marco de uma das mudanças, onde o país saiu de um sistema rudimentar autoritário, para um sistema burocrático e sedutor, mas tão impositivo ou até mais cruel que o primeiro, segundo Souza, pois agora ele implícito, manipula ideias. Quando alguém descobre a manobra e reage à injustiça, essa reação é inibida por quem manobra, as vezes se valendo da própria burocracia, como ocorreu em casos recentes. Essa é uma das causas da polarização recente e justifica certas resistências.

O problema recente deve ser percebido da seguinte forma: não se trata da radicalização de ideias, se trata da defesa de interesses sociais de lados opostos. O preocupante é saber que um dos interesses está restrito a um grupo limitado ávido a controlar as riquezas do país, um reflexo da estrutura global de dominação neoliberal. Se alguém, ou um grupo reduzido que dominar, é legítimo alguém, ou algum grupo lutar pela defesa da maioria explorada e esse é o drama da polarização. Portanto, observemos a citação abaixo que confirma as análises iniciais e dão evidências de que esse estudo merece atenção.

O que se verificou com a transferência do poder patriarcal das casas-grandes do interior para os sobrados das cidades foi, evidentemente, uma diminuição de distância não só física como social entre a gente senhoril e atividades mecânicas, comerciais, industriais que começaram a desenvolver-se, nas mesmas cidades, em relativa independência dos senhores de sobrado, embora, principalmente, para seu uso e conveniência. Inclusive o uso e conveniência das senhoras. (FREYRE, 2004, p. 251).

Considerando a opinião inicial, é possível afirmar que, do ponto de vista da justiça social o país não evoluiu muito, apenas driblou iniciativas de resistências iniciais e isso é perceptível nos referenciais apresentados, justificam as contradições ideológicas, as ações e reações da sociedade. Freyre mostrou que “...A ascensão política dos bacharéis dentro das famílias não foi só de genros: foi principalmente de filhos...”, sequenciada por outros fatores: “...com maior nitidez o fenômeno da transferência de poder, ou de parte considerável do poder, da nobreza rural para a aristocracia ou burguesia intelectual. Das casas-grandes dos engenhos para os sobrados das cidades”. (FREYRE, 2004, p. 724).

As informações deixam claro que as mudanças ocorreram na transição de uma iniciativa rudimentar em busca da modernização, mas o fator instigante aqui são as imposições e distorções de valores, na estratégia da exploração invisibilizada. Este é o desafio que revela a situação atual e não vejo melhor produção para instigar a reflexão do que as opiniões de Jessé Souza, ele foi útil na composição da maior parte do embasamento teórico. A elite do atraso parece ser o carro-chefe das opiniões do sociólogo e dela nascem outras reflexões na mesma pertinência, ampliando o debate. Que me perdoe o autor se esta opinião estiver equivocada.

Passemos a refletir com o referido autor para elucidar o que estamos propondo nesta obra. Considerando o exposto, perpassamos pelo que mostra Souza em “A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato, 2017”. Os dramas apontados por ele dão evidências do tamanho do problema que estamos enfrentando e certamente são estes problemas que impulsionam a luta na defesa das mudanças de

pensamento na sociedade, onde, de um lado, temos os que querem manter o sistema em vigor e do outro, os que lutam por mudanças substanciais, daí a verdadeira causa polarização. Na verdade, a pressão sobre as classes menos favorecidas, é a causa da resistência e da polarização, uma legítima defesa.

Fruto das primeiras resistências, tivemos conquistas mostradas por Freyre em Sobrados e Mucambos, mas não vamos discuti-las aqui e atualmente enfrentamos uma nova fase de dominação estruturada pelo convencimento ideológico, inclusive, se valendo das inovações tecnológicas. Portanto, é preciso encontrar uma estratégia para esclarecer as mazelas recentes, fazer o desnudamento da camuflagem ideológica discursada por muitos políticos na hora de conquistar o voto. O discurso do conceito democrático, que na verdade atende interesses restritos, deve ser percebido: “Das lutas de classe, nasceram algumas conquistas democráticas no país, o cidadão brasileiro ganhou diversos direitos que antes não existiam, um deles é a “oportunidade de expressão...”. (ROCHA, 2020, p. 168).

Esse foi um dos argumentos apresentados no artigo que publicamos em 2020. A oportunidade de expressar deve ser defendida, é preciso pensar na vida em seu sentido amplo, inclusive pensar na natureza que é indispensável na pauta desse debate. O artigo é limitado para envolvendo reflexões sobre a natureza, mas precisamos preocupar com ações ilimitadas de interesses gananciosos que não pensam o humano, muito menos a natureza como princípio básico para a vida. Esse tema é, também, uma das pautas no embate nas forças conflitantes, pois pensar a vida é pôr em xeque a natureza. O tema é primordial e deve estar presente no cenário político brasileiro exposto aqui.

O BRASIL QUE NÃO QUERIA

A ironia no título vem mostrar o drama que a sociedade está vivendo onde, muitas vezes, as pessoas tentam encontrar soluções e na maior das intenções acabam aumentando o drama, não surgem respostas adequadas. Se o problema no Brasil é um vício estrutural e ideológico como mostram os teóricos, não há solução mágica para resolver a situação se a sociedade não mudar a postura crítica e o Estado não assumir a responsabilidade em defesa da nação. A ausência de um projeto que englobe a todos, que dê a todos os mesmos direitos e as mesmas oportunidades pode o problema, tanto quanto, pode ser o responsável pelos embates na sociedade.

Se o pai, no exemplo (Estado), não olhar para todos os filhos com o mesmo carinho e os ajudarem a caminhar, principalmente os mais frágeis, os filhos (cidadão), ou fracassarão, ou explorarão os que não possuem as mesmas potencialidades, daí o caos social. Ao ler o Poder do Hábito (2012), fiquei pensando: será que a sociedade brasileira não precisaria mudar sua rotina para encontrar uma nova recompensa? Onde está a deixa que vai indicar saída? Imagino que um Estado forte deveria pensar e defender os seus com o mesmo carinho que um pai deve pensar e defender seus filhos, do contrário muitos estarão condenados a sofrerem situações evitáveis, eis a necessidade da mudança.

É a família, portanto, o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo a imagem dos filhos, e havendo nascido todos livres e iguais, não alienam a liberdade a não ser em troca da sua utilidade. Toda a diferença consiste em que, na família, o amor do pai pelos filhos o compensa dos cuidados que estes lhe dão, ao passo que, no Estado, o prazer de comandar

substituí o amor que o chefe não sente por seus povos. (ROUSSEAU, 2022, p. 11).

Achei a citação oportuna, uma explicação curiosa na competência que o filósofo teve, quando percebeu a óbvia necessidade de cuidado com os membros, sejam eles, na família, ou na sociedade. Ao apresentar o Contrato Social, naquela ocasião, o filósofo continua ensinando a sociedade moderna uma alternativa para administrar a sociedade. Apesar de percebemos que nem toda sua convicção dele se concretizou, é possível dizer que as suas sugestões são pertinentes e como qualquer mortal que um dia se vai, ele se foi, mas seus escritos estão vivos e as deixas podem mudar a rotina atual direcionando a sociedade para novas perspectivas.

Rousseau afirmava que “O homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros” e complementa mostrando o teor do orgulho humano: “...De tal modo acredita-se, o senhor dos outros, que não deixa de ser mais escravos do que eles”. (ROUSSEAU, 2002, p. 11). Essa curiosidade veio fortificar o que estamos discutindo e não poderia passar despercebida, pois ela mostra como age um ser humano em seu extremo orgulho e esclarece a necessidade gritante de defender que é preciso pensar o humano como gente, como pessoas iguais, mortais, um ser que sente, que sofre e quer ser feliz, daí a soberania.

Como a Natureza dá a cada homem um poder absoluto sobre todos os seus membros, dá o pacto social ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, recebe, como eu disse, o nome de soberania. (ROUSSEAU, 2002, p. 24).

Segundo Duhigg, em *O Poder do Hábito* (2012), conforme dizia Travis e outros personagens sobre a empresa Starbucks: “...a força de vontade é o hábito angular mais importante de todos para o sucesso individual...” (DUHIGG, 2012, p. 145) e a afirmação é bastante óbvia, no entanto, as evidências sugerem uma força de vontade destrozada por um poder que impõe, que distorce e pune quem busca se libertar, daí o grande drama da sociedade moderna. Perceba que estamos na era da modernidade onde um se dá ao lucho de patrocinar interesses milionários até para a distorcer uma ideia e outros nem sequer tem estímulo para criar a força de vontade sugerida na citação, esse é o drama atual.

Se considerarmos o que diz Dweck em *Mindset* (2017), quando, ao fazer a relação entre a mindset fixo (mentalidade fixa) e a mindset de crescimento (mentalidade de crescimento), podemos imaginar que uma sociedade com a formação de base racista como a sociedade brasileira, segundo as teorias estudadas, onde predominou o autoritarismo, a imposição, atitude que prevaleceu durante séculos e ainda tem resquícios, pode ser um motivo indutor de cidadãos com a mentalidade fixa. Trata-se de pessoas com inteligência capaz de levá-lo a novos horizontes, mas carregam consigo uma herança egoísta, esmo que inconsciente. Ao reprimir-se cobrando demais de si, esse indivíduo passaria a si sentir fracassado, exceto os de mindset de crescimento que por outras razões evoluíram.

Quando observamos o oposto do mindset fixo, veremos que “No mindset de crescimento, as pessoas não apenas buscam o desafio, mas prosperam com eles. Quanto maior o desafio, mais elas se desenvolvem. E em nenhum lugar isso pode ser visto com mais clareza do que no mundo dos esportes.”. (DWECK, 2017, p. 29). Conforme mostra a autora, a força de vontade individual é perceptível, mas ela vem de algum estímulo e uma geração que vive distorções da realidade, pressão,

desestímulo, frustrações pode ter aqueles que tem uma inteligência aguçada se sentindo ameaçados e por uma tendência racista, mesmo inconsciente, se sentem falhados, achando que o esforço é para os fracassados.

Para a autora, “...O mindset fixo cria um monólogo interno focalizando no julgamento...”, em contrapartida, pessoas de mindset de crescimento observam mais e “...seu monólogo interno não trata de julgar a si mesmas e aos demais dessa maneira...”. (DWECK, 2017, p. 236). São pessoas sensíveis a informações positivas ou negativas e essa ação produz uma visão construtiva. Esse diferencial leva os últimos a maiores patamares quando são desafiados, enquanto os primeiros, tem reação oposta, a tendência em se tornarem fracassados. Se, de um lado, é perceptível a acomodação, do outro lado, há os que lutam e apostam na conquista, numa vida melhor, numa sociedade melhor, é o que vamos ver a seguir.

A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO

Conforme delineamos no raciocínio até aqui, a partir de um esforço contínuo, pontuaremos o que parece a mola propulsora para os dramas que o país vem enfrentando nos últimos anos. Lembrando que os dramas atuais não são diferentes de outras lutas que foram travadas em contextos diferentes da história brasileira, a perspectiva é a mesma, o que distingue uma luta da outra é a forma das ações em tempo e espaço, antes com os nativos e negros escravos, hoje com os assalariados, muda-se a forma da intimidação na luta pela emancipação popular. Espera-se que o artigo seja complementado por outras ideias na mesma perspectiva e seja promissor para ajudar na emancipação futura.

Em “O cenário político brasileiro e a polarização dos últimos tempos, 2020”, deixamos claro que “...o Brasil é um país de interesses em jogo...” e quanto aos dramas, no Brasil atual, temos a “liberdade de expressão”, de um lado e do outro, a distorção ideológica que confunde uma maioria da população leiga. Se observamos a curiosa informação, percebemos que Souza se vale de Bourdieu e fala na teoria da “igualdade de oportunidade”. Segundo ele “... precisamos mudar a percepção que temos de nós mesmos e da nossa sociedade. Dependendo da forma como nós percebemos é que podemos mudar as prioridades e ter clareza dos desafios reais de nossa sociedade. (SOUZA, 2018, p. 272).

Se não mudarmos a convicção ideológica instaurada na mentalidade da maioria das pessoas, muitos continuarão acreditando na igualdade de oportunidade, uma falácia. Como realmente temos a liberdade de expressão, mas uma visão equivocada da realidade causada pelas distorções ideológicas que são planejadas, a sociedade vira um caos e não se sabe de quem é a culpa, apenas acusações e deduções infundadas, muitas vezes estimuladas por interesses restritos. A moda atual é acusar o Estado e a política pelos desastres sociais, essa acusação não é tão verdadeira assim, segundo Souza (2017).

Em “A herança do golpe (2022), Jessé Souza aponta dois inimigos atuais para a compreender a sociedade brasileira: a escravidão e o racismo. De um lado, a escravidão que minimizou gerações ao ponto de justificar a ação impositiva e condenar a sociedade e do outro, a herança do passado ibérico de forma que as classes sociais no Brasil contemporâneo se fundamentam na competição de todos contra todos por “reconhecimento social (p. 69)”, essa luta “...possibilita que tenhamos autoestima e autoconfiança (p. 70)”. No entanto, informa que é uma luta relacionada à posse de bens materiais e

imateriais, o sonho do prestígio, reconhecimento e respeito social.

Uma sociedade oferece espaço para todos assim como um coração de mãe tem lugar para os filhos, mesmo os mais rebeldes. Precisaríamos saber que um homem não substitui a mulher em sua função e a mulher não o substitui, mas ambos são necessários na sociedade, a fé não substitui as ciências em sua função, assim como a ciência jamais substitui a fé, o Estado não substitui o setor privado em sua função, muito menos, o setor privado substitui o Estado. Trata-se de interesses distintos e funções distintas que são necessárias na sociedade, mas o que está em jogo é a desproporção nos valores e isso precisa ser ajustado numa sociedade moderna.

Considerando esta premissa, o contraste vem acentuando em função dos excessos do mundo moderno e são esses excessos que instigam as lutas por liberdade, pois indivíduos estão sendo destruídos, ideologicamente falando. O mercado de trabalho, que agora passou a explorar o trabalho feminino em maior escala para atender as legítimas reivindicações das lutas femininas faz com que uma boa parcela das mães ocupe seu tempo no trabalho e muitas delas estão perdendo o privilégio de criar o filho e educá-lo nos primeiros anos de vida. Parte dessas mães, não podem pagar uma empregada, os filhos ficam à disposição da sociedade, aos cuidados dos avós, ou a disposição das inovações tecnológicas e são bombardeadas por veículos de comunicação que possuem pouca regulação e oferece informações com intencionalidades distintas.

Parte do tempo, as crianças passam na escola, pois ela nasceu para complementar a educação familiar e mesmo com limitações financeiras e estruturais, sujeitando a muitas críticas é uma das instituições que ainda supre muitas necessidades dessas crianças, contribui na regulação de princípios, com a alimentação e o afeto. A função da escola, na verdade, é complementar a educação iniciada na família e oferecer subsídio para o aluno ao futuro ingresso ao mercado de trabalho. No entanto, deixo uma observação: os professores estão passando maior parte do tempo atendendo situações básicas que são responsabilidade da família, dentre elas, o limite na obediência, mas também o controle emocional sofrido pelos dramas atuais ligados aos excessos nas informações, a ausência do afeto familiar e por mais que esforcem, eles não substituem pais.

Muitos casais dedicam mais tempo ao mundo do trabalho e não sobra tempo para a família e é comum, as crianças manifestarem insatisfações na escola como reflexo dessa situação. Queremos lembrar que a escola não substitui a família. Inconsciente das causas dos dramas dos filhos com indisciplina escola, ao serem cobrados, muitos pais tentam se vitimizar às vezes responsabilizar professores ou a escola. Aqui aparece o novo drama, um professor que não tem filhos, muitas vezes precisa ajudar os pais a educar os filhos que não é tarefa de um professor. O pai ou a mãe, sugere ao professor como se deve trabalhar na sala de aula mesmo não tendo a mínima ideia do que seja uma sala cheia de alunos e devemos lembrar que os pais não substituem o professor. Temos religiosos querendo fazer política e político dando dicas à religião, ambos são necessários, mas um não substitui o outro e tudo isso faz parte do drama atual.

O Estado que deve se atentar ao serviço público muitas vezes se envolve no mundo privado e o privado interfere no público, na mesma perspectiva, um não substitui o outro. De forma esmiuçada podemos entrar na estrutura interna das instituições e percebermos que a educação, por exemplo, tem um corpo e cada membro tem a sua função, muitas vezes, na educação, ocorre a mesma onda e um

funcionário quer sugerir como se deve trabalhar naquilo que não sua função. É muito comum, funcionários nomeados para gerenciar outras funções que não estão preparados para ela, atitude comum no serviço público, como nomeação de gestores na saúde ou na educação não sempre bem sucedidos.

Pontuamos alguns contrastes para direcionar o leitor à reflexão, certamente novas percepções virão. Dentre eles: o drama nas famílias, a ausência de consciência da realidade e o embate entre opositores que geram os dramas, a polarização. No impulso de solucionar dramas sociais, muitos acreditam que o problema está na ausência de responsabilidade do outro. Passamos a ter escola militar e sabemos que o militar não foi preparado para a função civil, assim como, o civil não está apto para exercer a função militar, ambos são úteis, mas um não substitui o outro. Mesmo trabalhando a educação, na maior parte das funções com civis, a presença de militares descaracteriza o caráter real da escola.

Entendemos que O Estado deve investir na formação militar, indispensável na proteção da pátria, em defesa dos cidadãos, mas se formos falar nesse assunto no meio civil, certamente, encontraremos civis querendo dizer como deve agir um militar na função. Na verdade, há a ausência da consciência dos reais responsáveis pelo caos social e o cidadão, nas suas distintas frustrações, busca solução para o problema interferindo na função do outro, apostando que o erro está na forma de conduzir àquele o setor e na verdade, a verdadeira responsabilidade parece estar na distorção ideológica arquitetada para dominação, segundo alguns teóricos, influenciadas por intelectuais.

O BRASIL QUE MUITOS QUEREM

No intuito de interpretar o desajuste social descrito aqui e apresentar alternativa mais justa e contundente para a maioria da população, inclusive para quem explora a maioria, esta parte da reflexão visa descrever situações do cotidiano que revelam o país que muitos querem, um Brasil para todos, um Brasil que distribui riquezas e mesmo que tenha a distinção de classe entre humanos, que não é justa, espera-se um país mais equilibrado na distribuição das oportunidades. O que indigna qualquer ser que tem um pouco de senso de humanidade é a desproporção descomunal na distribuição de riqueza e dos valores sociais.

...para criticar o Brasil de hoje e compreender o que está em jogo na política e na manipulação da política como forma de dominação econômica e simbólica, é necessário reconstruir uma totalidade alternativa que desconstrua o culturalismo racista conservador e reconstrua a sociedade brasileira em um sentido novo e crítico. (SOUZA, 2017, p. 37)

A primeira observação instigante que buscamos fazer está na citação acima, pois as formas sutis e estratégicas põem em jogo a nação e a ausência de formação transforma a sociedade no caos. Há duas reações em jogo: ou a sociedade parte para o conflito, nem sempre é promissor, as vezes desordenado e inconsciente, ou obedece, por alguma razão. Conforme mostra Souza “Ninguém obedece sem razão. No mundo moderno, quem cria a legitimação do poder social que será a chave de acesso a todos os privilégios são os intelectuais. (SOUZA, 2017, p. 11). Portanto, ou se reage em função do problema social de forma consciente, ou não, ou obedece ao jogo, muitas vezes criado por quem

deveria sugerir soluções plausíveis, dentre eles, os intelectuais.

E, ainda: “Os seres humanos são construídos por influências e instituições. (SOUZA, 2017, p, 39). Ou somos conscientes para entendermos nossa condição social e defendermos a sociedade naquilo que é justo, ou somos imbecilizados ao ponto de entrarmos em conflito e não chegar a lugar algum, criando dramas e aumentando os problemas que existem, como temos visto recentemente. E, Souza acrescenta: “Sem a ideia de classe e o desvelamento das injustiças que ela produz desde o berço, temos a legitimação perfeita para o engodo da meritocracia individual do indivíduo competitivo. (SOUZA, 2017, p. 85).

A ideia da meritocracia é bastante polêmica e não parece justa defender o tema numa sociedade de classe como a brasileira, pois você recriminará uns e privilegiará outros dando a oportunidade que os primeiros não possuem, como o acesso à cultura, ao conhecimento que vem do berço. É preciso perceber os argumentos do autor Souza, quando ele diz que “... O Brasil passou de um mercado de trabalho escravocrata para formalmente livre, mas manteve todas as virtualidades do escravismo na nova situação. (SOUZA, 2017, p. 102). A curiosidade aqui apresentada merece muitas reflexões e ajudará o leitor a entender a polêmica situação de muitos debates calorosos.

Se atentarmos para embates recentes, estamos desconsiderando outros de igual importância, veremos que o sociólogo tem razão, pois ele disse que “O maior perigo representado pelos pobres foi quando eles começaram a poder entrar numa universidade pública, reduto dos privilegiados da classe média. (SOUZA, 2017, p. 185). Veja o drama causador dos embates entre as forças conflitantes. Percebendo que é possível a mudança, uma parcela da sociedade explorada se viu na oportunidade de libertar e libertar os seus. Conforme os argumentos defendidos em “Subcidadania brasileira”, o autor mostrou que Bourdieu “...percebe os capitais econômico e cultural como os elementos estruturantes de toda a hierarquia moderna”. (SOUZA, 2018, p. 33). Assim, se abre novas reflexões.

Enquanto a sociedade, maioria trabalhadora, é induzida à obediência e está em ação os mecanismos que moldam a forma de pensar das pessoas, outros personagens usufrui das riquezas existentes. Uma das artimanhas percebida é o poder do habitus: “O habitus vai permitir definir de modo inovador a ideia de classe social e o pertencimento a ela. (SOUZA, 2018, p. 96). O cidadão percebe a classe e como se deve comportar dentro dela, conforme se complementa: “O habitus é uma necessidade internalizada e transformada em disposições”. (SOUZA, 2018, p. 135). Tudo construído no sentido de fazer com que o indivíduo internalize informações, sentimentos e emoções e esta é a “magia social”.

O habitus seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância, que pré-molda possibilidades e impossibilidade, oportunidades e proibições, liberdades e limites, de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do habitus são, em certa medida, pré-adaptadas às suas demandas. (SOUZA, 2018, p. 80).

Primeiro, o trabalhador não percebe o jogo e depois é preciso perceber que quem trabalha no serviço duro e não dispõe de tempo para se adequar às inovações, que não dispõe de tempo para pensar sua própria situação de explorado, muito menos, pensar para orientar sua prole na busca de alternativa, não consegue driblar as frustrações do cotidiano, não consegue encontrar alternativas

viáveis, não percebe uma realidade diferente da sua. A ele só resta a alternativa: acreditar que nasceu para viver como está e que ele não teve a mesma sorte do outro. A maioria desses trabalhadores vivem o drama e vê seus filhos seguindo o mesmo destino, na verdade se sentem acorrentados. Primeiro, pela condição estrutural, financeira e cultural, depois pela prisão ideológica e por fim, a prisão psicológica que leva muitos ao estresse e até mesmo à depressão.

Portanto, é preciso adequar a oferta das oportunidades, o Estado deve entender que é difícil para o filho do trabalhador alcançar as mesmas oportunidades do filho de classe média que tem a sua disposição, o tempo, as condições financeiras e a herança cultural mostrada, com grande propriedade, pelo sociólogo Jessé Souza. O Estado, no mínimo, deveria garantir, sem muita burocracia, o financeiro, oportunizar os jovens menos favorecidos a conhecerem novas realidades, conhecerem novas experiências que amplie o seu ângulo de visão, pois normalmente, os filhos das classes dos privilégios, conhecem novas culturas, a condição financeira lhe é favorável, o fato de ter contato com outros idiomas, também, além de não ter a preocupação com a dupla jornada de trabalho que consome as energias de qualquer trabalhador.

O Brasil que queremos deve ser um Brasil de oportunidades para todos os cidadãos filhos desta pátria, um Brasil que valorize a cultura, valorize o meio ambiente, valorize o ser humano como gente e não como bicho - indiretas comuns aos povos da floresta -, ou as indiretas aos negros e pobres desmotivados pela falta de oportunidade, destroçados pela humilhação, muitas vezes, vistos como preguiçosos. Queremos um Brasil sereno, cheio de oportunidades, alegre e festeiro, um Brasil que se orgulhe como Pátria, que transborde, culturalmente, a alegria e a criatividade. Um Brasil onde todos os interessados possam opinar e escrever pelo próprio punho um artigo ou um livro, possa fazer uma produção como estamos fazendo agora.

E porque a persistência nesta perspectiva? Estamos persistindo nesse viés porque somos fruto das poucas oportunidades que o país ofereceu e hoje temos condições de opinar utilizando a própria experiência, escrevendo sem fantasias. Quem já passou por jornada dupla de trabalho e por várias vezes ficou sem se alimentar para garantir os estudos, sabe o que estou falando. Quem já conviveu com pessoas destroçadas pela humilhação, teve contato com povos da floresta, na mesma situação, sentiu a sua dor do outro, também sabe o que estamos falando. São situações como essas, não vivenciadas por muitos privilegiados da sociedade que dificultam a percepção nas distintas classes sociais.

Queremos um Estado forte, não no sentido bélico, um Estado que se orgulhe da distribuição nas oportunidades e como somos um país capitalista, o respeito ao privado é necessário, mas ao Estado cabe uma visão equitativa das oportunidades. Que a educação seja o caminho condutor das oportunidades e um ambiente em que as crianças passem desejar e não se sintam obrigadas e fiquem ali porque há um interesse do mercado ávido por explorá-las. Que a escola seja um lugar onde as famílias tenham o prazer de deixarem seus filhos e os profissionais tenham o prazer de compartilharem as suas experiências. Que a religião dedique à fé e busque a justiça social, que não sirva de trampolim para discursos demagógicos que envergonha a teologia.

Queremos um Brasil da paz, da oportunidade, da fé e do respeito às diversidades, do respeito às ciências em busca de alternativa para os impasses na saúde das pessoas. Conforme mostramos no artigo, publicado em 2020, não é recomendável o embate entre interesses, assim como não se deve recomendar o comodismo dos intelectuais. Quem tem o dever de ajudar na interpretação da realidade são esses últimos e eles têm o dever de questionarem as injustiças sociais e evitar o caos. É a imposição que justifica a defesa, mas a defesa justificada na esperança da emancipação social não é recomendável quando vira rivalidade. Intelectuais que omitiram ou não perceberam os dramas sociais têm responsabilidade no desmando do cenário político brasileiro dos últimos tempos.

O embate entre forças é parte da democracia e não recomendamos o extremismo, pois a força é, também, alternativa para se chegar ao equilíbrio. Não se recomenda interesses em status e poder social, mas quem defende melhorias à sociedade, justiça e equilíbrio social, que sente a dor dos explorados, deve ser ouvido. O problema é condenar o país ao anonimato. Conforme mostra a citação os “... partidos de esquerda defendem a socialização, democratização e a valorização do Estado como mecanismo alternativo à sociedade...” e “...partidos de direita defendem a concentração de poder, uma democratização dentro dos padrões elitistas e a desestruturação do Estado em razão do interesse privado”. (ROCHA, 2020, p. 165). Cabe ao leitor entender o lado que deve estar.

Não queremos o país do embate de forças no sentido radical das palavras, mas não podemos aceitar a imposição, como pesquisador e defensor da ética social e do equilíbrio, não podemos deixar de defender essas ideias. Tudo o que apresentamos serve de convite ao leitor para multiplicar reflexões em torno da temática. O intuito é provocar ações em torno da urgência para reverter a situação caótica do país porquê da forma que está, todos perdemos, tanto a direita quanto a esquerda, elite e trabalhador, o religioso e o ateu. É uma sociedade em jogo e todos somos sociedade, portanto, precisamos da justiça social.

Encerramos a base teórica mostrando outra preocupação na sociedade brasileira e ela se dá de várias formas, nos vários contextos. Estamos falando no racismo que aparece de várias formas. O grande problema, segundo Souza é que “...a imensa maioria dos estudos críticos realizados no Brasil e no mundo sobre o assunto e que deveriam, antes de tudo, compreendê-lo – simplesmente prova que o racismo existe. (SOUZA, 2021, p. 13), daí a necessidade da alerta sobre o assunto. O sociólogo percebe que o racismo, na verdade, está na linguagem do antirracismo e essa curiosidade instiga reflexão.

Se o racismo está na linguagem do antirracismo, o embate entre as forças se faz necessário, uma vez que, realmente há uma mentira sutil que ilude e inibe a maioria, portanto, o risco do caos se torna mais sério. Segundo o crítico: “...a imensa maioria dos intelectuais não faz a menor ideia do que seja o racismo, de onde ele vem, como se reproduz e se mantém - muito menos do que é destruído por ele...”. (SOUZA, 2021, p. 13). Veja a seriedade da informação exposta, estando com razão, muito pode ser esclarecido. Se os diversos tipos de racismo vêm para negar o reconhecimento social como mostra o autor, o problema é mais sério do que imaginávamos.

O pensador e escritor sugere uma “...esfera pública plural e aberta ao debate público de ideias”. (SOUZA, 2021, p. 115), talvez tenhamos uma democracia nos moldes dos sonhos sonhados por muitos e não uma mera insinuação a interesses restritos disfarçada de liberdade, que na verdade, destrói o indivíduo. É triste entender que existe “...uma “cultura” produzindo gente com “espírito” no

Norte global e outra produzindo subgente animalizada e reduzida ao corpo no Sul global...”. (SOUZA, 2021, p. 124), conforme mostra o livro citado. Complementa-se de que: “...A base da vida social é, portanto, moral, e não econômica, quer tenhamos consciência disso ou não”. (SOUZA, 2021, p. 52).

Se a base da vida social é moral e o “...moralismo, entre nós, se presta perfeitamente a substituir o racismo explícito, que havia sido interdito pela política popular e antirracista varguista. (SOUZA, 2021, p. 260), fica evidente que necessitamos de um diálogo em torno dos rumos que a sociedade está sendo direcionada. É preocupante a percepção de que o oprimido é fruto do convencimento da sua inferioridade para fins de dominação, como mostra o livro, bem como: “Um povo escravizado intelectualmente já nasce e está condenado a pensar a vida inteira como um servo dócil que engole sem reflexão as ideias de seu algoz como se fosse sua. (SOUZA, 2021, p. 174).

Os embates recentes dão evidências de que há reações, mas vivenciamos situações muito próximas das deduções. Nesse sentido, concordamos de que é necessário “...criticar e desconstruir explicitamente o racismo científico que se traveste de culturalismo... (SOUZA, 2021, p. 187). Portanto, limitamos as reflexões às informações apresentadas mostrando que é preciso pensar uma nova concepção de sociedade, não podemos parar com reflexões inerentes ao tema. Que essa reflexão seja mais um passo rumo a alternativa para uma sociedade justa e equitativa para os seus. Que o Brasil tenha uma merecida distribuição de renda capaz de completar as belezas naturais e criatividade presentes na sua cultura brasileira.

Se observarmos as opiniões de economistas, como Ladislau Dowbor e Eduardo Moreira, de princípio progressista, podemos encontrar sugestões para trilharmos novos rumos e entendermos a sistemática econômica com outra perspectiva. Esse é um assunto que merece atenção, mas não dispomos de conhecimento nem espaço para discuti-lo aqui. Não vamos entrar nesse assunto por limitações na compreensão do sistema financeiro. Apenas uma provocação ao leitor interessado, para que o interessado busque informações pertinentes ao tema. É preciso um projeto alternativo, um paralelo ao que se tem e para isso acontecer, necessitamos diálogo com quem entende do assunto, os autores podem servir como opção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o esforço dedicado a essa obra foi no sentido de fortalecer a iniciativa de refletir sobre o embate político e ideológico polarizado que o país vem enfrentando nos últimos anos. Em complemento ao artigo “O cenário político brasileiro e a polarização dos últimos tempos, publicado em 2020, analisamos situações da conjuntura do país e, a luz de teorias, mostramos a necessidade de aclarar sutilezas que muitos não veem. O tema polarização ideológica está em pautas nos debates da sociedade brasileira e precisamos desvendar as sutilezas presentes em cada polo. Sua função é esclarecer dúvidas que não estão vivas para a maioria dos brasileiros e um debate plural ajudará no entendimento real capaz de sanar os dramas do momento.

Depois de informar ao leitor proposta da reflexão no resumo inicial, esforçamos para falar nas contradições, ações e reações da sociedade onde estão em jogo pensamentos opostos e uma sociedade fadada ao anonimato, consequência da imposição e distorção de valores. O estudo bibliográfico contou com vários teóricos, uns em maior escala, outros menos utilizados, mas ambos ajudaram mostrar a preocupação que temos em apresentar argumentos críticos ao drama social atual e

o retorno da oscilação constante que se tem na conjuntura histórica do país.

Com o objetivo de falar nos dramas relacionados a dois projetos na sociedade, onde, um dos polos defende o sistema econômico e as elites, enquanto o outro, defende as forças progressistas, o setor produtivo e o mundo do trabalho. Sendo ousado, poderíamos dizer que, na verdade, a maior parte da sociedade não está ligada a nenhum dos interesses, está centrada na sua individualidade, numa iniciativa que foge à regra, no seu ego, ego criado pelo próprio sistema. Como os dois lados tem interesse no controle do Estado e nenhum deles participam desse controle como previram, resta propormos o diálogo e evitar que a sociedade entre no jogo do desespero, como evidencia esse estudo.

Precisamos um Estado forte que tenha o cidadão como premissa maior e a chave do sucesso passe ser a liberdade de expressão, a conscientização das pessoas através de uma educação eficiente que ensine a realidade, não as fantasias como as que foram criadas no decorrer da história desse país. Que o cidadão negro, índio ou branco, tenham os mesmos valores. Que a liberdade de expressão não seja medida pela classe, pelo credo, ou por status social. Todas essas sugestões fazem parte do rol de possibilidades que o país tem e que nenhum cidadão posse a externar racismo, racial, de classe, ou multirracial.

Para melhor esclarecer a proposta das reflexões, trouxemos como primeiro título, um breve histórico de “Um Brasil em construção”. Buscamos dizer que a sociedade não está consciente dos dramas que vive e que, o problema do embate social, ainda, não está resolvido. Passamos ao “O Brasil que não queria” e a ironia foi uma chance para sugerir opiniões, a luz de teorias e em uma delas veio de Rousseau e o Contrato Social, justamente, para mencionar a conjuntura do país. Falamos na luta pela emancipação, mencionando o que já pontuamos na publicação anterior, para mostrar, o Brasil que queremos e assim perpassar por todas demandas no artigo.

Concluimos, afirmando que o estudo bibliográfico foi justo, afirmando a ideia inicial de que a oscilação no comando da sociedade é responsável pela polarização ideológica que vemos atualmente. Mostramos que o racismo é um marco histórico e tem origem na colonização e agora, travestido de liberdade, continua presente nas forças sociais, por vezes, nos dois polos, ora naqueles que buscam justiça social pelas vias democráticas e tem dificuldades para o diálogo, ora por uma ação radical, muitas vezes inconsciente e intolerante. Mesmo do lado dos que buscam a justiça social, não deixa de existir exaltados que atuam mais pela emoção de que pela razão e isso cria um problema de igual importância. Esperamos que o leitor tenha gostado das reflexões e amplie o viés investigativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOWBOR, L. O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. Sesc. São Paulo, 2020.0
- _____, L. O que é poder local? Ética. Imperatriz, 2016.
- DUHIGG, C. O poder do habito: Por que fazemos o que fazemos na vida e nos negócios. Objetiva. 1ª ed. 44ª reimpressão. Rio de Janeiro, 2012.
- DWECK, C. S. Mindset: a nova psicologia de sucesso. Tradução S. Duarte. 1º ed. 24ª impressão. Objetiva. São Paulo, 2017.
- MOREIRA, E. Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa. 7ª ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2021.
- _____, E. Economia do desejo: a farsa da tese neoliberal. Civilização brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro, 2020.
- _____, E. O que os donos do poder não querem que você saiba. 5ª ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2021.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. São Paulo. Global, 2004.

MORES, R. C. Tradução: SILVA, R. R da. Edição eletrônica. ROUSSEAU, J. J. Do Contrato Social. 1947-2002. Disponível em < > Acesso em 06/07/2022.

ROCHA, A. C. Influências de Paulo freire e Emília ferreiro na educação brasileira. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 09, Vol. 05, pp. 39- 66, setembro de 2018. ISSN:2448-0959.

_____, A. O cenário político brasileiro e a polarização dos últimos tempos. Revista Terceiro Incluído, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 159-173, 2020. DOI: 10.5216/teri.v10i1.65498. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/65498>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOUZA, J. A herança do Golpe. 1ª ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2022.

_____, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Leya. Rio de Janeiro, 2017.

_____, J. Como o racismo criou o Brasil. Estação Brasil. Rio de Janeiro, 2021.

_____, J. Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Leya. Rio de Janeiro, 2018.

DESAFIOS DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM INCLUSÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: análise da evolução dos serviços de coleta seletiva na sub-região sudoeste da região metropolitana de São Paulo

CHALLENGES IN SOLID WASTE MANAGEMENT WITH THE INCLUSION OF WASTE PICKERS: analysis of the evolution of selective collection services in the southwest sub-region of the metropolitan region of São Paulo

DESAFÍOS EN LA GESTIÓN DE RESIDUOS SÓLIDOS CON INCLUSIÓN DE RECOLECTORES DE MATERIALES RECICLABLES: análisis de la evolución de los servicios de colecta selectiva en la subregión suroeste de la región metropolitana de São Paulo

Caroline Pereira DOS SANTOS¹

RESUMO: O artigo apresenta pesquisa exploratória e descritiva voltada à análise de informações constantes de plataformas governamentais sobre a gestão de resíduos sólidos na sub-região sudoeste da região metropolitana de São Paulo. A pesquisa identificou valores contraditórios entre a taxa de cobertura dos serviços de coleta seletiva porta-a-porta e as taxas de recuperação de recicláveis em relação aos resíduos domiciliares e públicos. A ausência de cadastro de cooperativas e associações de catadores em plataformas governamentais, bem como a inexistência de informações sobre contratos, com dispensa de licitação, para a remuneração dos serviços prestados por esses trabalhadores constituem um cenário de injustiça ambiental. Após dez anos de promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ainda permanecem desafios de implementação do serviço de coleta seletiva com inclusão de catadores.

Palavras-chave: Política Nacional de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva, Catadores, Região Metropolitana de São Paulo

ABSTRACT: The article presents an exploratory and descriptive research aimed at analyzing information from government platforms on solid waste management in the southwest sub-region of the metropolitan region of São Paulo. The research identified contradictory values between the coverage rate of door-to-door selective collection services and the recovery rates of recyclables in relation to household and public waste. The lack of registration of cooperatives and associations of waste pickers on government platforms, as well as the lack of information on contracts, with no need for bidding, for the remuneration of services provided by these workers constitute a scenario of environmental injustice. After ten years of promulgation of the National Solid Waste Policy, still remain in the implementation of the selective collection service with the inclusion of collectors.

Keywords: National Solid Waste Policy, Selective Collection, Waste Pickers, Metropolitan Region of São Paulo

RESÚMEN: El artículo presenta una investigación exploratoria y descriptiva destinada a analizar información de plataformas gubernamentales sobre manejo de residuos sólidos en la subregión suroeste de la región metropolitana de São Paulo. La investigación identificó valores contradictorios entre la tasa de cobertura de los servicios de recogida selectiva puerta a puerta y las tasas de recuperación de reciclables en relación con los residuos domésticos y públicos. La falta de registro de las cooperativas y asociaciones de recicladores en plataformas gubernamentales, así como la falta de información sobre los contratos, sin necesidad de licitación, para la remuneración de los servicios prestados por estos trabajadores constituyen un escenario de injusticia ambiental. Luego de diez años de promulgación de la Política Nacional de Residuos Sólidos, persisten los desafíos de implementar el servicio de recolección selectiva con la inclusión de recolectores.

Palabras claves: Residuos Sólidos, Colecta Selectiva, Recolectores, Región Metropolitana de São Paulo

¹Mestranda em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (2023). Pós-graduada em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (2017). Graduação pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2015).

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, Lei 12.305 de 2010, promoveu a sistematização e organização da temática no território brasileiro, estabelecendo princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes. Dentre os inúmeros instrumentos apresentados por esta política é possível destacar a importância da coleta seletiva, do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SNIR) e do incentivo à criação e ao desenvolvimento de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A legislação simbolizou importante avanço no reconhecimento normativo do trabalho desenvolvido por cooperativas e associações de catadores, contemplando-os de maneira expressa como importantes agentes na construção e consolidação de políticas públicas de gestão de resíduos sólidos. Esta construção legislativa inclusiva foi resultado da intensa articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR durante o desenvolvimento da PNRS, a fim de que os catadores fossem integrados na gestão dos resíduos sólidos, processo que durou mais de duas décadas de negociação junto ao Congresso Nacional até que resultasse na aprovação da Lei 12.305/2010 (MNCR, 2011).

O MNCR surgiu no ano de 1999 como símbolo de resistência, organizando os trabalhadores historicamente responsáveis pela catação, pautando direitos sociais e ambientais (MNCR, 2011). O Movimento estima existir aproximadamente 800 mil catadores no território brasileiro, os quais são responsáveis pela coleta de 90% dos materiais reciclados no país (MNCR, 2020). A interpretação da PNRS evidencia um direcionamento normativo voltado à priorização da integração desses trabalhadores na gestão de resíduos sólidos através do desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a reciclagem.

A título de elucidação, é possível destacar alguns aspectos normativos da PNRS: a) o objetivo de integração dos catadores em ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo dos produtos (Art. 7º, XII); b) a necessidade de eliminação dos lixões com inclusão social dos catadores (Art. 15, V); c) a garantia de prioridade de acesso aos recursos da União pelos Municípios que implantarem serviços de coleta seletiva com inclusão de catadores (Art. 189, II) e d) a previsão de dispensa de licitação para contratação de cooperativas e associações compostas por catadores de baixa-renda (Art. 35, §1º e 2º).

Essas disposições evidenciam o apoio normativo dado às cooperativas e associações de catadores, entretanto, tendo em vista os dez anos de promulgação desta legislação, faz-se necessária a compreensão da realidade social envolta nas atividades de reciclagem, das repercussões deste texto legal na gestão de resíduos sólidos.

Esta pesquisa dedica-se à análise da evolução da prestação dos serviços de Coleta Seletiva com inclusão de catadores, em uma área de estudo delimitada, que compreende a sub-região sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, valendo-se da sistematização de dados apresentados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, pelo DataGeo do Sistema Ambiental Paulista, pelo Sistema de Gerenciamento online de Resíduos Sólidos - SIGOR e por sites oficiais dos municípios integrantes desta sub-região. A presente pesquisa documental promoverá a análise dos

dados apresentados a fim de verificar possíveis avanços e desafios na implementação de uma gestão de resíduos sólidos com inclusão de catadores.

OBJETIVOS E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral a análise da evolução das políticas públicas de coleta seletiva na sub-região sudoeste da região metropolitana de São Paulo e como objetivos específicos a sistematização de dados relativos aos serviços de coleta seletiva com inclusão de catadores nesta sub-região e a análise da relação entre os dados selecionados e às disposições constantes da PNRS.

Este estudo tem objetivos exploratórios e descritivos, valendo-se de pesquisa bibliográfica, documental e eletrônica. A análise se dará com fundamento em diferentes fontes de informação relacionadas aos serviços de coleta seletiva, como o Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento - SNIS, instrumento voltado à sistematização nacional de dados sobre o saneamento em todo território brasileiro, o DataGeo Sistema Ambiental Paulista e o Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos - SIGOR, importantes ferramentas do governo do Estado de São Paulo, e os sites oficiais dos municípios integrantes da sub-região selecionada para o presente estudo.

Levando-se em consideração os referenciais teóricos da Justiça Ambiental, a pesquisa analisará os dados apresentados, dedicando-se a compreensão da realidade da prestação dos serviços de coleta seletiva nesta sub-região, bem como da relação entre os serviços de coleta seletiva e o trabalho desenvolvido pelos catadores de material reciclável, a fim de compreender como o suporte normativo da PNRS tem contribuído para a integração desses trabalhadores na gestão de resíduos sólidos nos municípios analisados.

DADOS DA SUB-REGIÃO SUDOESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

A região metropolitana de São Paulo apresenta-se como a maior região metropolitana da América Latina, composta por trinta e nove municípios e uma população estimada em vinte e um milhões de habitantes (EMPLASA, 2019). Esta região metropolitana foi dividida geograficamente em cinco sub-regiões, norte, leste, sudeste, sudoeste e oeste, a fim de permitir a melhor organização regional e articulação política desses municípios.

Na presente pesquisa, a análise se restringirá à sub-região sudoeste, que é composta por oito municípios: Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. Trata-se de uma sub-região que passará por grandes transformações nos próximos anos, com previsão de alto crescimento da mancha urbana (EMPLASA, 2019).

Quadro 1 - Características da sub-região sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo

Municípios	Área em km ² (2020)	População estimada (2021)	PIB per capita (2018)
Cotia	323,994	257.882	51.225,49
Embu	70,398	279.264	48.914,66
Embu-Guaçu	155,641	70.402	16.293,33
ItapeERICA da Serra	150,742	152.614	21.079,61
Juquitiba	522,169	31.844	16.452,82
São Lourenço da Serra	186,456	16.127	13.319,90
Taboão da Serra	20,388	297.528	29.340,90
Vargem Grande Paulista	42,489	54.315	40.282,68

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do IBGE, 2021.

Os dados desta sub-região permitem inferir que há grande variação populacional entre os municípios, podendo-se destacar a maior população estimada na cidade de Taboão da Serra e a menor em São Lourenço da Serra. Em análise da extensão territorial, o município de Taboão da Serra, que possui a maior população estimada, é detentor da menor extensão territorial, constituindo uma alta densidade populacional. Por outro lado, o município com maior extensão territorial da sub-região, Juquitiba, apresenta uma das densidades populacionais mais baixas, com aproximadamente trinta e dois mil habitantes. Quanto ao Produto Interno Bruto per capita, há uma importante variação entre o município com a menor renda, São Lourenço da Serra, e o de maior renda, Cotia, reiterando as diferenças de recursos existentes entre os municípios analisados.

A análise da evolução das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, com enfoque para os serviços de coleta seletiva com inclusão de catadores de material reciclável, inicia-se com os dados extraídos da plataforma do SNIS e se restringem ao intervalo de 2013 a 2017. Dentre os oito municípios integrantes desta sub-região, apenas Embu-Guaçu declarou não prestar serviço de coleta seletiva e conseqüentemente não constam informações neste sistema sobre o referido município, todos os outros declararam realizar o serviço.

Os percentuais de cobertura dos serviços de coleta seletiva nesta sub-região apresentam grande variação a depender do município analisado, podendo-se destacar no ano de 2017 a existência de municípios com taxa de 100% de cobertura dos serviços de coleta seletiva e outros com índice de 5,01%. Ademais, alguns municípios não apresentaram todas as informações requeridas na plataforma governamental, muito embora tenham declarado realizar os serviços de coleta seletiva.

Quadro 2 - Taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação a população urbana (%)

Municípios/Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Cotia	9,05	11,10	9,58	5,13	5,01
Embu	30	3,75	100	15	100
Embu-Guaçu	-	-	-	-	-
Itapecerica da Serra	21,60	21,35	24,12	11,93	11,80
Juquitiba	-	46,69	-	41,90	-
São Lourenço da Serra	-	21,93	21,72	-	-
Taboão	18,91	18,63	18,37	25,37	25,03
Vargem Grande Paulista	-	41,77	80,05	80,05	100

Fonte: elaborado pela autora com base no SNIS, 2021.

Os dados apresentados demonstram oscilações nas taxas de cobertura do serviço de coleta seletiva, podendo-se destacar o município de Embu, que no intervalo de 2013 a 2014 apresentou variação na taxa de 30% para 3,75%, seguindo-se no intervalo de 2014 a 2015 com variação de 3,75% para 100% e no ano seguinte, de 2016, apresentaram uma taxa de 15%.

Passando-se a análise do índice relativo à taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduos domiciliares e resíduos públicos, os dados selecionados revelam um percentual de recuperação dos materiais extremamente baixo.

Quadro 3 - Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de Resíduos Domésticos - RDO e Resíduos Públicos - RPU (%)

Municípios/Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Cotia	0	0,02	0,02	0,03	0,03
Embu	0,02	0,02	0,03	-	0,03
Embu-Guaçu	-	-	-	-	-
Itapecerica da Serra	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01
Juquitiba	-	0,06	-	0,04	-
São Lourenço da Serra	-	0,02	0,02	-	-
Taboão	0	-	-	-	0,01
Vargem Grande Paulista	-	-	0,13	0	0

Fonte: elaborado pela autora com base em SNIS, 2021.

Em conformidade com os dados apresentado na plataforma do SNIS, verifica-se que à exceção de Embu-Guaçu, todos os outros municípios integrantes desta sub-região declararam possuir programas de coleta seletiva. Entretanto, os dados analisados que contabilizam a taxa de recuperação dos recicláveis apresentam valores inferiores a 1%.

Passando-se a análise dos dados apresentados em outra plataforma governamental, o DataGeo do Sistema Ambiental Paulista revela uma série de informações sobre os municípios integrantes do Estado de São Paulo. Dentre os índices apresentados na plataforma estadual, a presente pesquisa destaca o Índice de Gestão de Resíduos - IGR.

Em conformidade com as informações apresentados na plataforma, com disponibilização de dados relativos ao intervalo de 2018 a 2020, verifica-se que grande parte dos municípios da sub-região analisada não apresentaram informações suficientes para aferição do índice, excetuando-se os municípios de Embu e Itapecerica da Serra, que nos anos de 2018 e 2020 foram avaliados em seus programas de gestão de resíduos sólidos.

Quadro 4 - Índice de Gestão de Resíduos

Municípios/Ano	2018	2019	2020
Cotia	-	-	-
Embu	Ineficiente	-	Ineficiente
Embu-Guaçu	-	-	-
Itapecerica da Serra	Ineficiente	-	Ineficiente
Juquitiba	-	-	-
São Lourenço da Serra	-	-	-
Taboão	-	-	-
Vargem Grande Paulista	-	-	-

Fonte: adaptado pela autora com base no DataGeo, Sistema Ambiental Paulista, 2021.

Na sub-região analisada, os municípios de Embu e Itapecerica da Serra se destacam por terem apresentado dados que permitiram a aferição do índice durante alguns anos, entretanto os municípios foram classificados pelo índice como uma gestão ineficiente. Após a apresentação dos dados relativos à gestão de resíduos sólidos, com enfoque para os serviços de coleta seletiva, passa-se a análise dos dados que viabilizam a melhor compreensão dos processos de integração de cooperativas e associações de catadores nos modelos de gestão de resíduos sólidos desenvolvidos pelos municípios.

O Sistema de Gerenciamento online de Resíduos Sólidos - Reciclagem (SIGOR - Reciclagem) apresenta-se como uma ferramenta voltada ao monitoramento da gestão de resíduos sólidos no Estado de São Paulo, através do mapeamento das entidades de catadores existentes neste território.

Em conformidade com os dados apresentados nessa plataforma, relativos à sub-região sudoeste da RMSP e atualizados em 2021, verifica-se a existência de cadastro junto a plataforma de quatro cooperativas. Duas cooperativas de reciclagem estão situadas na cidade de Cotia (REDE VERDE - Rede Verde Sustentável e COOPERNOVA - Cooperativa Cotia Recicla Cooperativa de Produção de Coleta e Recicláveis, Cooperativa Central de Trabalho de Catadores), uma cooperativa está localizada em

Embu (COOPERMAPE - Cooperativa de Reciclagem de Matéria Prima de Embu) e uma no município de Taboão da Serra (COOPERZAGATI - Cooperativa de Agentes Ambientais de Taboão da Serra). Dentre os oito municípios analisados, cinco não apresentaram dados relacionados à existência de cooperativas e associações de catadores nesta plataforma.

Passando-se a análise da última fonte de dados, em pesquisa documental on-line realizada nos sítios oficiais das Prefeituras integrantes da sub-região analisada, verificou-se que apenas três municípios, dos oito analisados, apresentaram algum tipo de informação sobre os programas de coleta seletiva existentes em suas respectivas municipalidades, com orientações sobre a identificação e separação dos resíduos domiciliares que devem ser destinados à reciclagem. Os municípios que apresentaram informações sobre os serviços de coleta seletiva em seus sites foram Cotia, Embu e Itapecerica da Serra.

Registre-se que muito embora os dados atualizados do SIGOR não apresentaram informações sobre a existência de cooperativa cadastrada no município de Itapecerica da Serra, em conformidade com as informações apresentadas no site oficial do município, foram identificadas informações e orientações acerca do recente programa de coleta seletiva implantado no município, e da presença de uma cooperativa de reciclagem (COOPER CRIS - Cooperativa de Trabalho de Reciclagem de Itapecerica da Serra) na realização dos serviços de reciclagem no município.

Nesse contexto, tendo em vista a precariedade e informalidade do trabalho desempenhado por diversos catadores de materiais recicláveis, é possível supor a existência de grupos informais de catadores de materiais recicláveis, ou em processo de formalização que não constam da plataforma SIGOR, pois os dados apresentados nessa plataforma restringem-se a captura de informações relacionadas às cooperativas e associações devidamente formalizadas, não contemplando trabalhos informais.

Levando-se em consideração as disposições normativas da PNRS que se referem ao instrumento de incentivo ao desenvolvimento e consolidação de cooperativas de reciclagem, buscou-se identificar a possível existência de contratos ou convênios com cooperativas de catadores, com dispensa de licitação, em conformidade com o art. 35, §1º e 2º da referida norma.

Fundamentando-se na Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527 de 2011, com diretrizes voltadas à observância do dever geral de publicidade, através da divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitação e da conseqüente necessidade de divulgação de informações relativas aos processos de licitação e contratos que ocorrem nos municípios, a pesquisa analisou informações constantes dos sítios eletrônicos dos municípios da sub-região estudada, a fim de identificar a existência de contratos ou convênios de pagamento pelos serviços de reciclagem realizados por cooperativas e associação de catadores, mediante dispensa de licitação.

No intervalo analisado, entre os anos de 2018 a 2021, verificou-se que nenhum dos municípios integrantes da sub-região sudoeste da RMSP apresentaram informações sobre a realização de contratos ou convênios para a remuneração dos trabalhos de reciclagem prestados por cooperativas ou associações de catadores.

Foi possível identificar, em alguns municípios, a existência de uma relação entre a administração pública local e as respectivas cooperativas de catadores que neles se encontram, através, por exemplo, dos Pontos de Entrega Voluntária de materiais recicláveis. Alguns dos pontos foram construídos pelo município, mas o funcionamento depende de parceria com uma cooperativa de catadores, que se torna responsável pela coleta seletiva e a devida destinação final aos materiais coletados. Entretanto, em conformidade com as informações apresentadas no portal da transparência dos referidos municípios analisados, não foram identificados contratos ou convênios que assegurem a remuneração dos catadores pelos serviços prestados.

DISCUSSÃO

Os dados apresentados revelam uma realidade impactante, a exceção de um município integrante dessa sub-região, todos os outros declararam realizar coleta seletiva, entretanto as taxas de recuperação dos recicláveis apresentam valores inferiores a 1%. Cenário que revela a necessidade de maior engajamento do poder público municipal no desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de coleta seletiva, através de modelos de gestão que efetivamente assegurem a realização da reciclagem.

Outro aspecto identificado em alguns municípios, refere-se à ausência de informações sobre a prestação do serviço de coleta seletiva nos respectivos sites das prefeituras. Nos sites oficiais de alguns municípios não há informação sobre os dias e horários da coleta seletiva porta-a-porta, da localização de possíveis pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis, bem como de orientações básicas sobre a identificação dos resíduos domiciliares que podem ser reciclados, muito embora quase a totalidade dos municípios integrantes dessa sub-região tenham declarado realizar serviços de coleta seletiva.

O município de Vargem Grande Paulista, por exemplo, no ano de 2017 declarou possuir uma taxa de cobertura de 100% do serviço de coleta seletiva, no mesmo ano apresentou uma taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de RDO e RPU de 0%. Ademais, não foi localizado no site oficial da prefeitura informações sobre a realização desse serviço.

Esse exemplo, bem como a análise sistematizada dos dados atinentes aos outros municípios, pode induzir a reflexão de que alguns dos dados apresentados nas plataformas, através de declarações realizadas pelos municípios, não possuem alta confiabilidade.

Municípios que declararam altos índices de cobertura do serviço de coleta seletiva, como Vargem Grande Paulista que declarou haver cobertura de 100% do serviço no ano de 2017, não apresentaram cadastro de cooperativas ou associações de catadores junto às plataformas governamentais, fato que instiga questionamentos quanto a identificação dos sujeitos responsáveis pela realização das atividades de reciclagem na cidade, eis que o município não possui cooperativa ou associação cadastrada.

Por fim, quanto a previsão legal que contempla a possibilidade de contratação de cooperativas ou associações de catadores de baixa-renda com dispensa de licitação, através da análise das informações disponibilizadas nos sites oficiais dos municípios, não foi localizado nenhum contrato ou convênio com cooperativas ou associações de catadores voltado à remuneração desses

trabalhadores pela administração pública local. A previsão legal deste incentivo ainda não promoveu efeitos significativos na contratação de cooperativas e associações de catadores nesta sub-região.

Após dez anos de vigência da PNRS ainda há muito para avançar em direção a um modelo de gestão de resíduos sólidos que promova coleta seletiva e assegure a integração de catadores de materiais recicláveis. Além dos desafios relacionados à implementação desta legislação, em âmbito formal, é preciso ressaltar a existência de outras questões associadas aos gestores públicos, que por vezes alimentam uma visão direcionada à eliminação do trabalho dos catadores, além do preconceito relacionado às atividades por eles desempenhadas, associando-os a causa de problemas sociais e marginalizando-os (CARDOSO, 2021, p. 177)

Nessa perspectiva, os estudos da Sociologia Ambiental do Direito – SAD revelam-se um importante instrumento na abordagem da temática, diante da proposição de uma análise dos fenômenos socioambientais que transcende a perspectiva jurídica e contempla os saberes de outros sujeitos e áreas do conhecimento para a melhor compreensão da realidade social. A SAD apresenta como um de seus enfoques preferenciais os direitos socioambientais e as vulnerabilidades, destacando-se ainda a busca por instrumentos que promovam o efetivo enfrentamento das vulnerabilidades e que acarretem a emancipação dos sujeitos que estejam nessa situação (PONZILACQUA, 2015, p. 40).

Os estudos da SAD dialogam com esta pesquisa, evidenciando a necessidade de integração de diferentes perspectivas na interpretação sistematizada dos dados apresentados, a fim de que haja uma leitura mais próxima do fenômeno socioambiental.

Ademais, em conformidade com os estudos sobre justiça ambiental, que surgiram nos Estados Unidos em decorrência da percepção das desigualdades na distribuição dos riscos ambientais levando-se em consideração aspectos relacionados a raça e renda (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009, p. 18), verifica-se que o baixo comprometimento estatal na implementação da PNRS desencadeia reflexos diretos na condição de vida dos milhares de catadores que cotidianamente desempenham suas atividades no território brasileiro.

A análise de indicadores socioeconômicos e demográficos revela que a categoria dos catadores de materiais recicláveis é composta por sujeitos de baixa renda, com uma população predominantemente preta ou parda, com alto número de trabalhadores na informalidade (DAGNINO; JOHANSEN, 2017, p. 119). Um cenário de vulnerabilidade social que demanda articulação entre as questões ambientais, as questões raciais e o combate às desigualdades sociais.

A presente pesquisa evidencia, através dos dados apresentados, desafios de atuação estatal em direção ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas de coleta seletiva que incentivem cooperativas e associações de catadores. Ocorre que as dificuldades de aplicabilidade dos instrumentos da PNRS, especificamente quanto a possibilidade legal de remuneração dos catadores pelos serviços prestados, recai diretamente sobre um grupo social necessitado, composto por populações predominantemente pobres e historicamente discriminadas por suas características étnicas e raciais.

A busca por maior equidade nas relações socioambientais, com superação das adversidades apresentadas e teoricamente conectadas com os estudos sobre justiça ambiental, deve considerar como tratamento justo aquele que assegura a participação social no desenvolvimento e implementação

das leis, regulamentos e políticas ambientais, de modo que nenhum grupo social (étnico, racial ou de classe) suporte de maneira desproporcional as consequências decorrentes dos problemas ambientais ou da omissão estatal na promoção dessas políticas públicas (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, p. 16). A lei deve ser aplicada com equidade, a fim de que as normas previstas na PNRS, resultado de intensa mobilização social do MNCR, se tornem realidade nas gestões realizadas pela administração pública local.

Os dados da sub-região analisada revelaram uma situação de lenta evolução nos serviços de coleta seletiva, muito embora existam declarações pelas municipalidades de alta cobertura desses serviços, as taxas de recuperação dos recicláveis apresentaram-se em níveis extremamente baixos.

Em conformidade com os dados analisados, a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na gestão de resíduos sólidos nos municípios e a consequente remuneração desses trabalhadores pelos serviços de reciclagem prestados permanece como um desafio. O número de cooperativas e associações de catadores oficialmente cadastradas junto às plataformas governamentais revelou-se muito baixo nesta sub-região, indicando um possível predomínio do exercício das atividades de reciclagem na informalidade. Quanto a possibilidade de contratação das cooperativas e associações de catadores, mediante dispensa de licitação, conforme previsão normativa da PNRS, não foram encontrados dados sobre a realização de contratos ou convênios com essas organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PNRS apresenta-se como um relevante marco normativo no tratamento da temática dos resíduos sólidos no Brasil. Trata-se de um importante documento legal que assegurou de maneira expressa a integração dos catadores na gestão de resíduos sólidos, priorizando e valorizando o trabalho desempenhado por esses trabalhadores.

Muito embora o texto legal assegure a inclusão dos catadores, a análise dos dados sobre a coleta seletiva e a integração de cooperativas e associações na gestão de resíduos sólidos municipal, demonstraram, nesta sub-região, a necessidade de maior engajamento do poder público municipal na implementação da PNRS, pois as taxas de recuperação de materiais recicláveis em relação ao total de resíduos domiciliares e públicos mostraram-se reduzidas, além do cenário de escassez de políticas públicas locais voltadas à remuneração desses trabalhadores.

Passados dez anos da publicação desta lei, os avanços normativos apresentados simbolizam uma conquista em busca de um modelo de gestão de resíduos sólidos urbanos que efetivamente inclua os catadores e assegure a ampliação dos serviços de reciclagem no país.

A análise dos dados da sub-região estudada revela desafios que precisam ser superados a fim de que a PNRS seja melhor implementada nos municípios. Faz-se necessário maior comprometimento político dos gestores públicos na implementação da referida política, através de políticas públicas que assegurem o diálogo entre a perspectiva econômica, social e ambiental que existe nas atividades de reciclagem.

Sendo assim, os dados evidenciam a necessidade de transformação da realidade excludente e desigual que envolve os serviços de coleta seletiva, através da ampliação e consolidação desses serviços, bem como através da valorização do trabalho desempenhado pelos catadores, de modo que

seja assegurada justiça ambiental àqueles que historicamente dedicam suas vidas às atividades de reciclagem em todo país.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CARDOSO, Alexandre. A luta dos (in)visíveis que (r)existem. In: BESEN, Gina Rizpah; JACOBI, Pedro Roberto; SILVA, Christian Luiz. (Org.) 10 anos da Política de Resíduos Sólidos: caminhos e agendas para um futuro sustentável. São Paulo: Instituto de Energia e Ambiente - IEE-USP. OPNRS, 2021. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/614>.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. Economia solidária e Políticas Públicas. Mercado de Trabalho, n. 62, abr. 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7819/1/bmt_62_catadores.pdf.

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - RMSF. Diagnóstico Final. 2019. Disponível em: https://www.pdui.sp.gov.br/rmsp/?page_id=755.

IBGE CIDADES. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Painel resíduos sólidos urbanos. Indicadores Municipais. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNGVkyYTRiZTktMGUwZS00OWFiLTgwNWYtNGQ3Y2JlZmJhYzFiliwidCI6IjJmY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTZyZDY3NTJmMDNlNCIsImMiOjF9>.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Quantos Catadores existem em atividade no Brasil? 2020. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>.

. História do MNCCR. 2019. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia#:~:text=O%20Movimento%20Nacional%20dos%20Catadores,de%201.700%20catadores%20e%20catadoras>.

. Os catadores já estão incluídos na legislação, agora é valer a lei! 2011. Disponível em: .

PONZILACQUA, Marcio Henrique Pereira. Sociologia Ambiental do Direito: análise sociojurídica, complexidade ambiental e intersubjetividade. Petrópolis: Vozes, 2015.

PREFEITURA DE EMBU DAS ARTES. Transparência. Disponível em: <https://embudasartesapx2.obaratec.com.br/apex/embu03/f?p=839:1:0>.

PREFEITURA DE VARGEM GRANDE PAULISTA. Transparência. Disponível em: <https://www.vargemgrandepaulista.sp.gov.br/site/>.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA. Portal da Transparência. Disponível em: .

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA. Transparência. Disponível em: <https://transparencia.cotia.sp.gov.br/TDAPortalClient.aspx?416>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU. Transparência. Disponível em: <https://transparencia.embuguacu.sp.gov.br/TDAPortalClient.aspx?416>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA. Transparência. Disponível em: <http://transparencia.juquitiba.sp.gov.br/>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA SERRA. Portal da Transparência. Disponível em: <https://portaltransparencia.cidadeonline.inf.br/wpportal.aspx?171,R7cNnzQxNnifj%2fOFZueH%2fw>.

PREFEITURA DE TABOÃO DA SERRA. Lei de Acesso à informação. Disponível em: . <https://transparencia.ts.sp.gov.br/TDAPortalClient.aspx?416>.

EXPERIÊNCIA INTUITIVA: A subjetividade em Viola Spolin e Jerzy Grotowski

INTUITIVE EXPERIENCE: Subjectivity in Viola Spolin and Jerzy Grotowski

EXPERIENCIA INTUITIVA: Subjetividad en Viola Spolin y Jerzy Grotowski

Ronei Vieira NOGUEIRA¹

Onira de Ávila Pinheiro TANCREDE²

Robson Corrêa DE CAMARGO³

Resumo: Este estudo examina a experiência intuitiva no processo de construção e apresentação teatral a partir das elaborações sobre a prática teatral do ator polonês Jerzy Grotowski (1933 - 1999) e da diretora de teatro estadunidense Viola Mills, filha de judeus imigrantes russos, internacionalmente conhecida como Viola Spolin (1906 - 1994). Spolin trouxe riquíssimas contribuições sobre o papel do ato intuitivo na criação em sua abordagem pedagógica da criação teatral a partir da experiência com imigrantes e sua cultura, imigrantes que estavam participando dos intensos passos da revolução industrial nos Estados Unidos do início do século XX. Neste estudo, a partir das reflexões e proposições destes dois artistas, buscamos analisar e discutir o processamento da experiência intuitiva e dos elementos da subjetividade na elaboração teatral em atores/atrizes e não atores/atrizes. E é a partir destas relações que se discute a experiência intuitiva com o intuito de compreender a subjetividade do teatro e na vida de seus praticantes.

Palavras-chaves: Experiência Intuitiva; Viola Spolin; Jerzy Grotowski.

Abstract: This study examines the intuitive experience in the process of theatrical construction and performance from the elaborations on the theatrical practice of Polish actor Jerzy Grotowski (1933-1999) and American theater director Viola Mills, daughter of Russian immigrant Jews, internationally known as Viola Spolin (1906-1994). Spolin brought very rich contributions about the role of the intuitive act in creation in her pedagogical approach to theatrical creation from the experience with immigrants and their culture, immigrants who were participating in the intense steps of the industrial revolution in the United States at the beginning of the 20th century. In this study, from the reflections and propositions of these two artists, we seek to analyze and discuss the processing of intuitive experience and the elements of subjectivity in the theatrical elaboration in actors/actresses and non-actors/actresses. And it is from these relations that the intuitive experience is discussed with the intention of understanding the subjectivity in theater and in the lives of its practitioners.

Keywords: Intuitive Experience; Viola Spolin; Jerzy Grotowski

Resumen: Este estudio examina la experiencia intuitiva en el proceso de construcción y representación teatral a partir de las elaboraciones sobre la práctica teatral del actor polaco Jerzy Grotowski (1933-1999) y la directora teatral estadounidense Viola Mills, hija de judíos inmigrantes rusos, conocida internacionalmente como Viola Spolin (1906-1994). Spolin aportó contribuciones muy ricas sobre el papel del acto intuitivo en la creación en su enfoque pedagógico de la creación teatral a partir de la experiencia con los inmigrantes y su cultura, inmigrantes que participaban en los intensos pasos de la revolución industrial en Estados Unidos a principios del siglo XX. En este estudio, a partir de las reflexiones y proposiciones de estos dos artistas, buscamos analizar y discutir el procesamiento de la experiencia intuitiva y los elementos de subjetividad en la elaboración teatral en actores/actrices y no actores/actrices. Y es a partir de estas relaciones que se discute la experiencia intuitiva para entender la subjetividad en el teatro y en la vida de sus practicantes.

Palabras Clave: Experiencia Intuitiva; Viola Spolin; Jerzy Grotowski.

1 Ator e professor de teatro. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Interpretação Teatral. Licenciado em Artes Cênicas pela Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorando do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Performances Culturais da UFG. Membro do Máskara - Núcleo Transdisciplinar de Pesquisas em Teatro, Dança e Performance.

2 Doutoranda e Mestra no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás-UFG. Licenciada em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM (1997), Professora efetiva da rede estadual e da rede municipal, também integra a equipe do Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte da Secretaria de Estado da Educação em Goiás.

3 Professor do Programa de Pós Graduação Performances Culturais da Área Interdisciplinar da CAPES. Idealizador e fundador do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais da UFG (Doutorado e Mestrado, 2012). Encenador e crítico de teatro, coordena a Rede Goiana de Pesquisa em Performances Culturais, financiamentos CNPQ, FAPEG, CAPES, FUNAPE.

INTRODUÇÃO

No teatro um dos elementos fundamentais para a criação cênica é o corpo, ou os corpos, não só no sentido de exploração de movimentos, gestos e ações, mas, como ação orgânica, isto é, a mecânica dos movimentos, voz, respiração e subjetividades em trabalho simultâneo frente a cena, em relação com os espectadores potenciais, com o texto no espaço, com a memória e a imaginação, em um processo de constante retroalimentação. Como já afirmou Grotowski (1991), teatro é o que se estabelece entre o espectador e o ator. Há assim dois corpos em relação no espaço, mais que apenas palavras. O teatro, assim, não é servidor das palavras, é um teatro de corpos, e de palavras incorporadas.

Como afirma Michael K. Bergman, o conhecimento, o lado acionável da informação, está enraizado em algo mais fundamental do que a linguagem. (Knowledge, the actionable side of information, is rooted in something more fundamental than language. p. vii. *A Knowledge Representation Practionary Guidelines Based on Charles Sanders Peirce*. Springer Nature Switzerland AG 2018). Se a isto adicionarmos as considerações do encenador russo Evreinov (1956), nas primeiras décadas do século XX, este considerava a teatralidade como um instinto de nossa e de outras espécies animais, portanto anterior a linguagem escrita e, poderíamos dizer, hoje, pertencente ao nosso código genético, como o riso. Podemos assim entender a importância da experiência intuitiva no processo de conhecimento humano e em sua formação. Entretanto, vamos aqui nos deter especificamente no processo intuitivo na arte do teatro.

A experiência intuitiva é parte fundamental de qualquer processo de criação/ recepção. Na medida em que a experiência teatral é uma relação movente, que compreende um ser social no seu aqui agora, ser social que também se move e imprime movimento, numa relação dinâmica entre aquilo que foi, o que é e está, apontando caminhos a seu futuro. Esta é uma de suas características fundamentais e orgânicas da experiência teatral, diferente de outras artes que se estruturam pelo estático, como a escultura, que impõe movimento e a intuição, mas por outras formas, tão importantes quanto.

Esta sua característica movente, de relação entre os corpos, de abertura a um ato em processo, ainda incompleto, não completamente simbolizado, de estabelecimento múltiplo de momentos presentacionais, do não necessário estabelecimento de um ato comunicativo, mas sim de intenso conhecimento, estabelecem-se assim novas relações de produção, tanto para atores/atrizes quanto para não-atores/atrizes que o produzem.

As categorias propostas por Peirce (1839-1914) correspondem aos modos elementares pelos quais se articulam e se combinam os fenômenos que povoam o universo total e irrestrito da experiência, como afirma Silveira (2007, p. 40.)

Assim se dá em salas de ensaio de grupos profissionais, experimentais, ou no chão da escola de ensino regular, que tem como foco a criação teatral sem a imposição ou elaboração de uma técnica, sem se preocupar com a formação profissional dos estudantes, mas do exercício da arte como forma de conhecimento/estranhamento do mundo. Assim, afinal, o que estamos chamando de experiência intuitiva? Há uma intuição em ato, em pensamento, em prática.

A intuição povoa o universo total e irrestrito da experiência. A intuição se manifesta, se revela, em estado de primeiridade, ao se estabelecer algo que o é. E em secundidade, naquilo que é em relação a um outro, mas ainda não se referindo a um terceiro. Na secundidade encontram-se as ações, reações a percepções ou estímulos, pensamentos ainda em processo de elaboração. A partir das categorias de Charles Sanders Peirce, podemos dizer que o ato intuitivo se elabora sem uma relação necessária de terceiridade (CP, 8.328). Estamos frente a um ato de conhecimento que não elaborou ainda a mediação total entre quem vê, o visto, o imaginado, e o refletido. A semiótica de Peirce pode nos ajudar, pois trata das coisas da expressão não verbal. No início fez-se o gesto, depois a luz, depois a linguagem.

A primeiridade, portanto, se encontra no terreno primeiro da sensação, apresenta uma qualidade de sensação livre, uma qualidade em si. Estamos no ato do poder ser, ainda incompleto. Assim a sensação primeira é mera qualidade, sentimento indivisível, gerado pela primeira vez por uma determinada situação. Como afirma Lúcia Santaella, em seu *O que é Semiótica*, 1996, p.46:

consciência em primeiridade é qualidade de sentimento e, por isso mesmo, é primeira, ou seja, a primeira apreensão das coisas, que para nós aparecem, já é uma espécie de tradução, uma finíssima película de mediação entre nós e os fenômenos. Uma qualidade de sentir, é o modo mais imediato, mas já imperceptivelmente medializado de nosso estar no mundo. Assim sentimento é, pois, um quase-signo do mundo: nossa primeira forma rudimentar, vaga, imprecisa e indeterminada de predicação das coisas (SANTAELLA, 1996. p. 46.)

Estamos frente a um processo de relação fenomenológica e esta é uma relação importante para que se entenda as proposituras de Grotowski e Spolin. Como afirma o filósofo Ivo Assad Ibri, um modo de aparecer fenomenológico é caracterizado pela experiência de unidade entre sujeito e objeto, indiferenciando mundos interior e exterior. (IBRI, Ivo Assad. *O Significado de Primeiridade em Schelling, Schopenhauer e Peirce*. In *Cognitio – Revista de Filosofia*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2008. p. 229.) Já a secundidade, é a experiência de sensação, a nossa reação diante de um sentimento gerado em nós. É reativo, essencialmente caracterizado como uma vontade em ato. Ela é a experiência, a ação, o conflito, a força, os fatos, a dúvida, a coação e a coercibilidade do direito, as relações de ação e reação, causa e efeito. Ou seja, é a resistência, pois é a categoria que tem no seu modo de ser o fato atual, objetivo e está vinculada às relações que mantém dentro do universo da experiência, sendo estas relações puro fato bruto. (CP, 1.24, 8.330.) Para Peirce, essa consciência de um determinado sentimento sendo rompido por outro é o que se pode chamar de experiência. É um acontecimento que se força contra o pensamento, levando a uma mudança na consciência. É um estado de esforço bruto e se coloca como outro que se impõe na relação com o primeiro, binaridade que faz a ligação entre um primeiro e um segundo sem qualquer mediação. CP, 8.330. (Peirce, Charles S. CP 8.330)

Sobre a intuição, o intuitivo e/ou o intuir, temos que entender que a experiência e a subjetividade têm relação concreta com este constructo. Agora se faz necessário trazer algumas definições.

O dicionário da língua portuguesa, que define a intuição como: “[d]iscernimento à primeira vista; percepção clara e pronta sem necessidade da intervenção do raciocínio” (AMORA, [1997]2013, p. 399). Aqui o raciocínio lógico é deixado de lado e o que é posto é uma profunda subjetividade, com uma “percepção clara e pronta” (AMORA, [1997]2013, p. 399). Podemos perceber que o intuitivo, nesta percepção, não é uma parte nebulosa do nosso cérebro, sem profundidade ou sem um ato significativo, ele emerge quando menos esperamos, dando respostas rápidas e precisas daquilo que de forma conceitual não conseguiremos realizar. Algo que é repleto de significações, que podem transcender o real e o imaginário. Uma atuação do indivíduo com o todo.

Viola Spolin (1906 – 1994), compreende estas questões sobre a intuição voltadas para sua abordagem pedagógica do teatro. Vejamos suas palavras:

Para evitar que a palavra “intuitivo” torne-se vazia ou que a usemos para conceitos ultrapassados, utilize-a para denotar aquela área do conhecimento que está além das restrições de cultura, raça, educação, psicologia e idade; mais profundo do que as roupagens e o maneirismo, preconceitos, intelectualismos e adoções de ideias alheias que a maioria de nós usa para viver o cotidiano. Ao invés disso, abracemo-nos uns aos outros em nossa pura humanidade e nos esforcemos durante as sessões de trabalho para liberar essa humanidade dentro de nós e de nossos alunos. Então, as paredes de nossa jaula de preconceitos, quadros de referências e o certo-errado predeterminado se dissolvem. Então, olhamos com um “olho interno” (SPOLIN [1975]2012, p. 59).

Spolin, entretanto, em sua prática de ensino de teatro, prefere evitar a palavra intuição e chamar “este processo de área X” (X-area), para ela “intuição” é um termo superutilizado e pode significar muitas coisas para diferentes escolas, enquanto “área x” enfatizaria o indefinido e, talvez, a natureza indefinível da intuição (SPOLIN, [1963]1999, p. liv e lv). Spolin compreende que “[...] experienciar é penetrar no ambiente, é envolver-se total e organicamente com ele. Isto significa envolvimento em todos os níveis intelectual, físico e intuitivo.” ([1963]2008, p. 3). A autora ainda destaca que, destes três envoltimentos, o intuitivo, é “[...] o mais vital para a situação de aprendizagem”, embora muitas vezes ele seja negligenciado. E ainda acrescenta que quando uma experiência consegue se realizar no nível do intuitivo, quando o indivíduo sejam eles atores/atrizes e ou não atores/atrizes, se expressam além de um plano intelectual restrito, “[...] ela está aberta a aprender” ([1963]2008, p. 3-4). Dessa maneira, podemos entender que o intuitivo consegue responder ao imediato, uma vez que a espontaneidade consegue possibilitar uma “explosão” de experiências intuitivas e subjetivas, um grande leque de criação se estabelece.

O epistemólogo suíço, que se especializou no desenvolvimento cognitivo da criança, Jean Piaget (1896-1980) entende que há uma inteligência intuitiva que diz respeito a “uma simples interiorização das percepções e dos movimentos sob forma de imagens representativas e de ‘experiências mentais’ que prolongam, assim, os esquemas senso-motores sem ordenação propriamente racional” (PIAGET, 1971, p. 35). Assim, a intuição está ligada diretamente às emoções e aos sentimentos, às percepções primárias do mundo, aos impulsos e instintos, estão relacionada ao que ainda não passou pelo filtro de uma elaboração racional aprofundada. De uma terceiridade, diria Pierce. Piaget ([1971]1988) relata em seu livro Para onde vai a educação? Que “[...] a incrível falha das escolas tradicionais, consiste em haver negligenciado quase que sistematicamente a formação dos

estudantes no tocante à experimentação intuitiva” (PIAGET, ([1971]1988, p.20). É possível perceber que o autor enxerga nessa situação algo muito prejudicial a formação dos estudantes. Uma negligência que afetará com certeza outros campos do conhecimento, principalmente o lúdico, o cultural, o social e o estético. Dessa forma, a experimentação é significativa e contribui na formação de estudantes e de atores e atrizes que emergem no desenvolvimento dessa performance subjetiva, o fazer teatral, compreendendo que a experiência intuitiva propicia a construção do saber, determina, estabelece sua construção.

Piaget [1945]1978 define o pensamento simbólico, como “[...] pensamento intuitivo e/ou representativo” (PIAGET, [1945]1978, p. 9). Ao se dedicar a este estudo o autor procurou entendê-lo na relação que a intuição estabelece a partir das suas operações, ao mesmo tempo em que se estabelece em vida própria ou autônoma. Dessa maneira, dentro do universo educacional é possível compreender que: “[u]ma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento.” (Carta da Transdisciplinaridade, artigo 11º). Mas que: “Ela deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar revaloriza o papel da intuição, do imaginário, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos.” (Carta da Transdisciplinaridade, artigo 11º). Aqui Piaget se distancia de Pierce, pois para o filósofo norte-americano o simbólico pertence ao pensamento estruturado, enquanto o intuitivo está nas relações primeiras e segundas de atuação no mundo. Logicamente na teoria a prática é outra, pois não há como se estabelecer limitadamente estas fases, pois elas acontecem no fluxo do tempo, quem seria o primeiro?

Voltando a Piaget, o intuitivo está presente em determinadas formas do simbólico, pois os símbolos, em algumas de suas formas carregam múltiplos significados, ou seja, tem um caráter polissêmico, múltiplo, como pode ser visto na palavra fogo, por exemplo, que traz significados como fumaça, calor, amor e outros a depender da cultura que a pronuncia. Essa polissemia é o terreno privilegiado do pensamento artístico.

Piaget afirma que “[...] a representação imaginada, ou intuitiva” deve suscitar “[...] uma série de problemas que convém examinar por si mesmos, em função da sua própria gênese” (PIAGET, [1945]1978, p. 9). Assim, se dispõe Piaget a:

[...] reconstituir os inícios da representação imaginada e procurar compreender o seu funcionamento específico; só então será possível elucidar as questões das relações entre a intuição e as operações, nos casos em que a primeira se prolonga nas segundas, e naqueles casos, também numerosos, em que a representação imaginada conserva a sua vida própria, fora das segundas, como no jogo, na imitação, no pensamento simbólico, etc. ([1945]1978, p. 9).

Piaget em seu *Pedagogia* (1998), em *Educação artística e a psicologia da criança*⁴, afirma que o importante para a criança é que ela possa: “[...] exteriorizar espontaneamente a sua personalidade e as suas experiências interindividuais, graças aos diversos meios de expressão que estão à sua disposição” (PIAGET, 1998, p. 179). Conseguindo, assim, proporcionar aos atores (iniciantes ou profissionais) “uma educação artística adequada que consiga cultivar esses meios de expressão e encorajar estas primeiras manifestações da criação estética” (PIAGET, 1998, p. 179).

4 In *Art et éducation: recueil d'essais*, Edwin Ziegfeld (dir. De publ.). Paris: UNESCO, 1954. p. 22-23.

George Herbert Mead (1863-1931), outro pragmatista, traz importantes reflexões sobre a formação intelectual dos indivíduos e de seus processos formativos, que contribuem sobremaneira ao nosso estudo no que tange a perspectiva que envolve os conceitos do jogo teatral. Abre ele diálogos com a experiência e as suas respectivas interações sociais e afetivas. Para Mead “[a] primeira experiência direta e imediata não se dá na forma de comunicação” (MEAD, 2021, p.151), mas pela expressão poética. Expressão essa que pode ser percebida durante “[o] processo de encontrar uma linguagem expressiva que possa evocar uma emoção vivida” (MEAD, 2021, p.151), e de acordo com o autor, essa situação acontece quando os atores/atrizes e não atores/atrizes estão: “lidando com a recordação dessa emoção” (MEAD, 2021, p.151).

Acreditamos que a teatralidade está repleta de experiências intuitivas nas mais profundas referências da subjetividade. O dramaturgo e diretor teatral russo Nicolas Evreinoff (1879 – 1953), apresenta a análise do mundo a partir da teatralidade. Ele afirma (1956, p. 21) que na sua compreensão o teatro é tão essencial a vida do homem assim como respirar. O dramaturgo compreende também, que a missão do teatro no dia a dia está voltada, a refletir sobre a alma humana, como o ser humano se comporta e como ele se reconhece.

É bem verdade que as primeiras notícias que se tem sobre a origem do teatro, fazem referências às cerimônias religiosas e aos rituais do homem primitivo. Considerando que essa seja uma das possibilidades reais do surgimento do teatro, podemos concluir que o ser humano, desde sua origem, está constantemente se colocando em atos performáticos, repletos de teatralidade. Dessa forma, imitar as ações do dia a dia pode significar um ato de representar algo já existente, o que despertará o nosso instinto teatral. Ações, como cantar, lavar, cozinhar, andar, sorrir, pegar, correr, e outras atividades que são inerentes à condição humana. Uma vez que, segundo o Evreinoff (1956, p. 57), “o mundo inteiro é um teatro.”

Evreinoff (1956) lança o olhar para a teatralização que nos permeia a todo instante, seja quando dormimos, quando comemos, quando falamos. Em todas as nossas ações jogamos, de forma que podemos perceber que teatralizamos até mesmo quando fazemos uma foto de nós mesmos, uma self, seguimos nos instintos de criação em compor personagens e atores sociais, onde projetamos um ser subjetivo, que está além daquilo que se vê e se toca. Está no ato de experienciar nosso eu e não eu.

De acordo com os estudos da professora Josette Féral (1949), a teatralidade está presente na vida social e surge entre as pessoas em vários momentos em nossas vidas no nosso dia a dia, em nossa realidade, pois: “a teatralidade aparece como uma operação cognitiva, inclusive fantasmática. Ela é um ato performativo daquele que olha ou do que faz.” (FÉRAL, 2003, p.95), assim teatralidade é a oportunidade de criar um novo espaço, seja ele real ou ficcional.

Evreinoff não utiliza a expressão experiência intuitiva, mas podemos relacionar esse termo com a sua ideia de instinto teatral (1956, p. 35), que se refere a algo que está para além daquilo que vemos, o que incluiria todos os nossos processos instintivos e subjetivos que se expressam sem prescindir de uma elaboração mental. Essa manifestação instintiva está presente em todas as fases de nossas vidas, seja na fase adulta, ou na fase infantil. É perceptível em uma simples observação das pessoas a nossa volta que tanto crianças, quanto adultos, jogam, imitam, simbolizam e experimentam aquilo que elas acreditam como verdade, através de jogos e brincadeiras.

E para compreender mais sobre essa dinâmica, bebemos nos estudos sobre experiência do filósofo e pedagogo, John Dewey (1859-1952), que defende a democracia e a liberdade de pensamento dos indivíduos. Ele compreende que “[a] experiência, na medida em que é experiência, consiste na acentuação da vitalidade” (DEWEY, [1934]2010, p. 83-84). Assim experienciar é um permanente campo de vitalidade além de ser democrático.

De acordo com Dewey ([1934]2010) é possível notar que a carga de experiência trazida pelos atores/atrizes e não atores/atrizes ao processo de formação e construção performativa e interpretativa carrega um rico material de aprendizagem e conhecimento, pois é essa experiência que impulsiona e estimula o fazer intuitivo e criativo a ser ainda mais simbólico e deixa a prática artística leve e eficaz. O filósofo afirma que “[...] o verdadeiro trabalho do artista é construir uma experiência que seja coerente na percepção ao mesmo tempo em que se mova com mudanças constantes em seu desenvolvimento” (DEWEY, [1934]2010, p. 132). Assim, os atores/atrizes e não atores/atrizes usam suas experiências para compor personagens nos espetáculos e em outras atividades do seu dia a dia, pois a “experiência humana é, em última análise, social, isto é, envolve contato e comunicação.” (DEWEY, [1938]1971, p. 30). Afinal, não se podem apagar as vivências nem da memória, nem do corpo, pois essas experiências conscientes ou inconscientes estão presentes na relação do fazer com o objeto artístico, estético e intuitivo, no caso, a teatralidade, no qual se percebe que a arte, quando “[...] envolve moldar a argila, entalhar o mármore, fundir o bronze, aplicar pigmentos, construir edifícios, cantar canções, tocar instrumentos, desempenhar papéis no palco, fazer movimentos rítmicos na dança” (DEWEY, [1934]2010, p. 126), possibilita em cena ou fora dela fazer “[...] algo com algum material físico, o corpo ou alguma coisa externa a ele. Com ou sem o uso de instrumentos intervenientes, e com vistas à produção de algo visível” (DEWEY, [1934]2010, p. 126). É preciso que saibamos que “[a] experiência não se processa apenas dentro da pessoa” (DEWEY, [1938]1971, p. 31).

Seres humanos vivem desde o momento que nascem experiências diversas, e de acordo com DEWEY, [1938]1971, esse fato não pode ser ignorado, pois “a experiência não sucede no vácuo” (DEWEY, [1938]1971, p. 31). Ela, a experiência, implica em novas formas, ou seja, “cada experiência atua em certo grau sobre as condições objetivas em que decorrerão novas experiências.” (DEWEY, [1938]1971, p. 28). Importante valorizar e proporcionar novas experiências, pois: “cada experiência é uma força em marcha” (DEWEY, [1938]1971, p. 29).

As crianças se colocam como personagens principais em suas atividades rotineiras. “Em resumen, um instinto cuya esencia se revela em lo que yo llamaria la teatralidade.” (EVREINOFF, 1956, p. 35), dessa forma instinto se atrela a teatralidade por ser um movimento de vasta experiência intuitiva que compõe o universo do ser humano seja ele criança ou adulto, e esse pensamento reserva a compreensão das performances dos atores/atrizes e não atores/atrizes. Afinal: “El instinto de teatralidad es potente sin duda alguna”(EVREINOFF, 1956, p. 38).

Uma potência percebida na imitação que as crianças executam durante suas brincadeiras rotineiras, como imitar o balançar do bebê, o andar a cavalo, o dirigir o carro e outras atividades que imitam as ações praticadas pelos adultos. Onde: “Imitar, significa representar el papel de un personaje, quien, por una u otra razón, há impresionado nuestro instinto teatral.” (EVREINOFF, 1956, p. 39). Instinto que pode ser percebido nas ações dos indivíduos que mergulham no fazer, o que podemos

entender como teatralidade. Não é porque não estão no palco que as intenções são menores. Desta maneira é preciso entender que “El juego se apodera por completo del niño” (EVREINOFF, 1956, p. 47). As crianças constroem seus próprios brinquedos, brincadeiras e seus jogos com o entusiasmo inerente a criação e a descoberta pela experiência, de uma forma ritualística. O criar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças e rimas das crianças estão repletas de rituais, em suas formas de organizar e experienciar essas ações. Uma potente maneira de teatralizar e experienciar novas possibilidades criativas e muitas vezes subjetivas.

O teatro, enquanto experiência estética e sensível, tem a intuição como um elemento importante para a construção performática dos atores e atrizes, isso se dá porque o intérprete somente vai conseguir criar a partir de suas próprias referências de vida, de suas memórias e da maneira como o corpo absorve as novas referências que venham a somar no decorrer do processo de elaboração cênica. Os principais pedagogos do teatro abordam a experiência intuitiva de diversas formas e com nomes igualmente diversos, o encenador russo Constantin Stanislavski (1863 – 1938), por exemplo, traz o conceito de memória emotiva, que é em suma, a apropriação e ressignificação de emoções do próprio intérprete para a construção da vida interior da personagem, “esses sentimentos, tirados da nossa experiência real e transferidos para o papel, é que dão vida a peça” (STANISLAVSKI, 2010, p. 204). Ela é a capacidade que todo ser humano tem de acessar as sensações vivenciadas anteriormente, em situações que possam ser lembradas de maneira concreta ou em outras que a memória visual, por exemplo, não consiga acessar, o que significa que é um estímulo à experiência intuitiva. Poderíamos abordar as várias formas como Stanislavski (2010) e outros mestres do teatro abordam a intuição, mas para esse trabalho optamos por aprofundar um pouco mais nas abordagens da experiência intuitiva em Viola Spolin, devido ao fato de seus jogos serem bastante utilizados em atividades com não-atores/ atrizes, e no trabalho do encenador polonês Jerzy Grotowski (1933 – 1999), pelo seu aprofundamento técnico da arte do ator/atriz compreendendo o corpo de maneira orgânica, isto é, não separando e/ou ignorando as subjetividades e a intuição do processo de treinamento físico.

Spolin pensa os aspectos sociais como uma maneira de promover, aos estudantes/jogadores, uma prática social que lhes possibilite integrar-se ao meio em que vivem. O jogo é uma atividade social por excelência, uma atividade de pares.

Um estudante/jogador que não souber se organizar em um jogo popular com certeza apresentará problemas no desenvolvimento com jogos teatrais, haja vista que jogos populares como bandeirinha, amarelinha, mãe da rua, queimada, entre outros, estão carregados de regras e de ludicidade, características necessárias à prática nos jogos teatrais.

Sobre integração física e psicológica, Spolin nos fala que a “[...] realidade só pode ser física. Nesse meio físico ela é concebida e comunicada através do equipamento sensorial” (SPOLIN, [1963]2008, p. 14). A autora apresenta a ideia de que o nível intuitivo, presente na experiência, é vital para qualquer situação de aprendizagem. A autora também defende atividades baseadas no estímulo da espontaneidade e práticas didáticas fundadas na ludicidade. Essa fase intuitiva está centrada na experiência de cada estudante ao realizar uma atividade teatral, elaborando seu saber intelectual quando estiver vivendo um momento no qual “[...] está realmente aberta a aprender” (SPOLIN, [1963]2008, p. 4).

Segundo Viola Spolin ([1963]2008), o processo criativo de jogar pode ser visto, em Improvisação para o teatro, no primeiro capítulo, intitulado “A experiência criativa” ([1963]2008, p. 3), no qual a autora afirma que “[a]prendemos através da experiência, e ninguém ensina nada a ninguém” (SPOLIN, [1963]2008, p. 3). Para Spolin, os jogos devem ter certos elementos, que ela classificou como os “sete aspectos da espontaneidade” no já citado livro, que são os “[...] jogos, aprovação/desaprovação, expressão do grupo, plateia, técnicas teatrais, a transposição do processo de aprendizagem para a vida diária e fisicalização” (SPOLIN, [1963]2008, p. 4-15). Aspectos esses que reelaboram uma expressão corpórea, mostrando o que se faz ao invés de contar.

Esses aspectos da espontaneidade pensados por Viola Spolin ([1963]2008) podem ser utilizados na prática teatral na escola pública com os exercícios e jogos teatrais, pois se percebe que essa prática fortalece a relação entre estudantes/jogadores e educadores e também garante uma futura emancipação social e cultural do estudante/jogador no ambiente escolar e fora dele.

Nesse sentido, um dos aspectos da espontaneidade da experiência simbólica em teatro pelo jogo é a expressão de grupo, item intrinsecamente ligado ao ato de jogar, pois teatro é uma atividade social que envolve determinado coletivo de pessoas, que passam a estar ligados pela atividade lúdica. Portanto, é preciso saber que a “[...] participação e o acordo de grupo eliminam todas as tensões e exaustões da competição e abrem caminho para a harmonia” (SPOLIN, [1963]2008, p. 9).

O estudo da fisicalização proposto pela teatróloga é importante para que estudantes/jogadores possam, juntamente com os educadores, continuar uma experiência simbólica, tão importante para a realização plena da atividade cênica. Spolin ([1963]2008, p. 340) apresenta a fisicalização/corporificação da seguinte maneira em Improvisação para o teatro: “Mostrar e não contar; a manifestação física de uma comunicação; a expressão física de uma atitude; usar a si mesmo para colocar um objeto em movimento; dar vida ao objeto” (SPOLIN, [1963]2008, p. 340). Isso significa dizer que “[...] representar é contar, fiscalizar é mostrar; uma maneira visível de fazer uma comunicação subjetiva” (SPOLIN, [1963]2008, p. 340). Assim, a fisicalização/corporificação proporciona ao jogador uma experiência importante ao desenvolvimento necessário na relação entre o físico e o sensorial. É preciso que os educadores estimulem essa prática, “[...] porque o relacionamento físico e sensorial com a forma de arte abre portas para o insight⁵” (SPOLIN, [1963]2008, p. 14), afinal de contas, o mundo é físico e “[o] físico é o conhecido, e através dele encontramos o caminho para o desconhecido o intuitivo” (SPOLIN, [1963]2008, p. 14, grifo dos autores).

Spolin alerta sobre a importância de fisicalizar/corporificar as ações, pois a plateia não perceberá os sentimentos dos atores caso eles não estejam visíveis no palco. Assim, conclui que “[o] ator pode dissecar, analisar e desenvolver até mesmo um caso em torno de seu papel se ele for incapaz de assimilar e comunicá-lo fisicamente, terá sido inútil para a forma teatral” (SPOLIN, [1963]2008, p. 14). Cabe ao ator em cena fisicalizar/corporificar aquilo que deseja transpor à plateia, já que ele “[...] cria a realidade teatral tornando-a física” (SPOLIN, [1963]2008, p. 15). A fisicalização como potencializadora de acessos a intuição é também um lugar de aprofundamento das pesquisas de Jerzy Grotowski.

5 Insight palavra em inglês que significa: “Compreensão repentina, intuitiva de uma situação.” (AMORA, [1997]2013, p.392).

Na arte teatral a experiência intuitiva, de maneiras distintas, sempre foi parte fundamental para o processo criativo para o estabelecimento de contato com o espectador. Desde os rituais primitivos, passando pelo surgimento do teatro como espetáculo e desembocando na diversidade estética dessa arte nos dias atuais, as experiências individuais e coletivas e como elas são processadas interiormente são matéria prima para a compreensão e elaboração da ação performada. O encenador polonês Jerzy Grotowski (1933 – 1999) durante toda sua trajetória como encenador, pedagogo teatral ou Teacher of Performer, como se autodenominou na última fase de suas pesquisas artísticas e espirituais, teve a experiência intuitiva como uma das bases de suas buscas. Na verdade, Grotowski não enxergava as subjetividades separadas das ações físicas, ele propõe um teatro orgânico, onde corpo, voz, respiração e subjetividades estejam num processo de retroalimentação constantes. Abordaremos um pouco das pesquisas do encenador para compreender como ele engendrou a experiência intuitiva em seu trabalho.

Grotowski, em seu artigo intitulado *Da Companhia Teatral à Arte Como Veículo*, produzido a partir da transcrição de suas conferências em Módena, na Itália, em 1989 e na Universidade da Califórnia, nos EUA, em 1990, aponta ter vivenciado quatro fases distintas em seu trabalho. A primeira compreende o período de 1959 a 1969, período denominado por ele como Teatro dos espetáculos, que se refere às montagens realizadas em Opole e em Wrocław que deram origem a ideia de Teatro pobre, tendo desenvolvido também uma série de exercícios técnicos e de investigação criativa. O teatro pobre aparece como uma possibilidade de exploração da essência do teatro, por meio de uma eliminação de tudo é considerado supérfluo para o espetáculo, quer dizer:

o teatro pode existir sem maquilagem, sem figurino especial e sem cenografia, sem um espaço isolado para representação (palco), sem efeitos sonoros e luminosos, etc. Só não pode existir sem o relacionamento ator-espectador, de comunhão perceptiva, direta, viva. (GROTOWSKI, 1992, p. 17)

Da mesma forma, o trabalho do ator e da atriz também não é baseado em uma coleção de habilidades (recitar, dançar, cantar, tocar um instrumento, etc.), mas sim “por um completo despojamento, pelo desnudamento do que há de mais íntimo” (GROTOWSKI, 1992, p. 14). O intérprete não passa por um processo de educação tradicional, no sentido de que lhe seja ensinada alguma técnica, o que se experimenta é a tentativa de eliminar as resistências corporais e psíquicas. Na verdade, Grotowski enxerga o corpo de maneira orgânica, isto significa que as atividades não são pensadas para liberar o corpo ou a psique, qualquer exercício afeta o corpo como um todo porque não somos fragmentados. Corpo físico, voz, respiração, subjetividades, intuição e pensamentos se movem e se libertam juntos, são partes de um mesmo organismo vivo: o ser humano.

Sendo assim, o teatro pobre exige um tipo diferente de atriz e ator. Jerzy Grotowski aspira que seus intérpretes alcancem a santidade, mas não no sentido de anular suas humanidades, ao contrário, o que se espera é que estabeleçam desafios a si próprios e aos outros e por meio da “profanação e do sacrilégio ultrajante” retirem as máscaras cotidianas, possibilitando assim, que os espectadores tenham um processo idêntico de “autopenetração”. Em relação ao intérprete, o encenador defende que “se não exhibe seu corpo, mas anula-o, queima-o, liberta-o de toda resistência a

qualquer impulso psíquico, então, ele não vende mais o seu corpo, mas o oferece em sacrifício.” (GROTOWSKI, 1992, p. 29), pois “[r]epete a redenção; está próximo da santidade” (GROTOWSKI, 1992, p. 29).

Em seus processos artísticos, o encenador estimulava a imaginação “e a descoberta, em cada um, das reações humanas primitivas” (GROTOWSKI, 1992, p. 117), daí a recorrência de vivenciar nas ações a essência de plantas e animais, como uma forma de explorar o pensamento intuitivo e os instintos de cada ator e atriz. Na fase do Parateatro, por exemplo, buscava um teatro da participação, que rompia com toda a estrutura teatral, inclusive com a sua convencional finalidade: a apresentação pública. A princípio realizado como um ritual fechado para seu grupo, o Encontro se dava pelo “Holiday – o dia que é santo: humano, mas quase sagrado, ligado a um ‘desarmar-se’ – recíproco e completo” (GROTOWSKI, 2010, p. 230). O objetivo era tirar as máscaras de defesa e revelar a humanidade, o ser humano em sua totalidade. Apesar de se valer de técnicas teatrais, sobretudo as vivenciadas pelo Teatro Laboratório nos anos anteriores, como aponta os artistas e pesquisadores brasileiros Lidia Olinto e Cristian Lampert, “negavam de modo contundente o teatro enquanto forma artística institucionalizada e, por isso, ‘aprisionada’ em certos paradigmas e convenções tácitos” (OLINTO; LAMPERT, 2020, p. 319). Dessa maneira, o teatro, aliado a ioga e a meditação, se convertia em ferramenta para uma busca espiritual, para o encontro do ser humano consigo mesmo a partir do encontro com uma seleta coletividade.

Tanto Grotowski como Viola Spolin trazem provocações importantes para o trabalho investigativo dos artistas das artes cênicas. De um lado o estímulo a ludicidade, ao jogo e a expressão de maneira concreta e internalizada, de outro a busca pela organicidade e o corpo como um catalizador das subjetividades. A experiência intuitiva não era somente busca ou matéria para a construção de uma personagem, para o encenador polonês, mas o mergulho em si mesmo, por meio de um corpo que é memória, em seu sentido mais profundo. É possível perceber em Spolin e Grotowski, que a experiência intuitiva se apresenta, para além da técnica teatral, como a possibilidade de transformação do indivíduo em um ser humano mais sensível e consciente de si mesmo e de suas relações.

REFERÊNCIAS

AMORA, Antônio Soares. Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa. 19. ed. São Paulo: Saraiva, [1997]2013.

EVREINOFF, Nicolás. El teatro en la vida. Traducción por Malkah Rabell. Buenos Aires: Ediciones Leviatán, 1956.

FÉRAL, J. Acerca de La teatralidad. Caderno de teatro XXI. Buenos Aires: Nueva geracion, 2003.

GROTOWSKI, J. Em Busca de um Teatro Pobre. Tradução de Aldomar Conrado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

GROTOWSKI, Jerzy. O Teatro Laboratório de Jerzy Grotowski 1959 – 1969. Textos e materiais de Jerzy Grotowski e Ludwik Flaszen. Tradução de Berenice Raulino. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DEWEY, John. A arte como experiência. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, [1934]2010.

_____. Experiência e educação. 2. ed. Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, [1938]1971.

MEAD, George Herbert. Mente, Self e sociedade [Edição definitiva]; editado por Charles W. Morris; edição com notas de Daniel R. Huebner e Hans Joas; Tradução de Maria Silvia Mourão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

OLINTO, L.; LAMPERT, C. Grotowski e o Parateatro: contracultura, ascese e gnose. MORINGA - Artes do Espetáculo, [S. l.], v. 11, n. 1, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2177-8841.2020v11n1.53514. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/moringa/article/view/53514>. Acesso em: 1 abr. 2022.

PAVIS, Patrice. Dicionário de teatro. 3. ed. Tradução de Jacob Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, [1996]2011.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho - imagem e representação. 3. ed. Tradução de Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, [1945]1978.

_____. Para onde vai a educação? 9. ed. Tradução de Ivete Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, [1971]1988.

_____. Pedagogia. In: PARRAT, S.; TRYPHON, A. (Org.). Tradução de Joana Chaves. São Paulo: Horizontes Pedagógicos/Instituto Piaget, 1998.

TURNER, V. Do Ritual ao teatro: a seriedade humana de brincar - 1ªed. Rio de Janeiro, , [1982] 2015.

SANTAELLA, Lúcia. O que é semiótica? São Paulo: Brasiliense, 1996.

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da. Curso de Semiótica Geral. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p. 40.)

SPOLIN, Viola. Improvisation for Theater. 3. ed. Chicago: Northwestern University Press, [1963]1999.

_____. Improvisação para o teatro. 5. ed. Tradução de Ingrid Dormien Koudela e Eduardo José de Almeida Amos. São Paulo: Perspectiva, [1963]2008.

_____. Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin. Tradução de Ingrid Dormien Koudela. São Paulo: Perspectiva, [1975] 2012.

STANISLAVSKI, Constantin. A preparação do ator. Tradução de Pontes de Paula Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MULTIDIMENSIONALIDADE E APRENDIZADO BIOLÓGICO: UM ENSAIO SOBRE A CONDIÇÃO DE ESTAR VIVO

MULTIDIMENSIONALITY AND BIOLOGICAL LEARNING: AN ESSAY ON THE CONDITION OF BEING ALIVE

MULTIDIMENSIONALIDAD Y APRENDIZAJE BIOLÓGICO: UN ENSAYO SOBRE LA CONDICIÓN DE ESTAR VIVO

Jair Moisés de SOUSA¹

Resumo: O ato de conhecer e aprender é uma condição de todo organismo dotado de vida. Conhecemos, não por sermos humanos, mas por estarmos vivos e imersos em experiências e existencialidades. Para viver é necessário ter a consciência de estar vivo disponível a vida, além de responder a seguinte pergunta: o que move a construção das ideias? O objetivo deste trabalho é discutir, de forma ensaística, os aspectos transdisciplinares e complexos da construção dos conhecimentos biológicos e propor uma biologia capaz de religar às ciências, as artes e as humanidades. Uma Biologia como sendo um discurso sobre a vida e os seres vivos, capaz de assimilar a impossibilidade de uma fronteira entre o mundo vivo e não vivo.

Palavras Chaves: Transdisciplinaridade, Complexidade, Conhecimentos Biológicos, Religação de saberes, Epistemologia.

Abstract: The act of knowing and learning is a condition of every organism endowed with life. We know, not because we are human, but because we are alive and immersed in experiences and existentialities. To live, it is necessary to be conscious of being alive and available to life, and to answer the following question: what moves the construction of ideas? The objective of this paper is to discuss, in an essayistic way, the transdisciplinary and complex aspects of the construction of biological knowledge and to propose a biology capable of connecting the sciences, the arts and the humanities. A biology as a discourse on life and living beings, capable of assimilating the impossibility of a boundary between the living and the non-living world.

Keywords: Transdisciplinarity, Complexity, Biological Knowledge, Knowledge Reconnection, Epistemology.

Résumé: El acto de conocer y aprender es una condición de todo organismo dotado de vida. Sabemos, no porque seamos humanos, sino porque estamos vivos e inmersos en experiencias y existencialidades. Para vivir es necesario ser consciente de estar vivo y disponible para la vida, además de responder a la siguiente pregunta: ¿qué impulsa la construcción de ideas? El objetivo de este trabajo es discutir, de manera ensayística, los aspectos transdisciplinarios y complejos de la construcción del conocimiento biológico y proponer una biología capaz de reconectar las ciencias, las artes y las humanidades. La biología como discurso sobre la vida y los seres vivos, capaz de asimilar la imposibilidad de una frontera entre el mundo vivo y el no vivo.

Palabras Clave: Transdisciplinariedad, Complejidad, Conocimiento Biológico, Reconexión de conocimientos, Epistemología.

¹ Professor na Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Saúde e Tecnologia Rural (Campus de Patos), Coordenador do ARBOR-Grupo de Estudos - Ciências da Vida e Pensamento Complexo, membro do GRECOM-UFRN (Grupo de estudos da Complexidade). Possui graduação em licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba, Mestrado em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Doutorado em Educação pela UFRN.

INTRODUÇÃO

Construir conhecimento é parte da teia complexa de condições que nos faz organismos vivos, pois conhecer é uma condição de todas as formas de vida, não é uma exclusividade humana. Aprendemos com o corpo inteiro e não apenas com o cérebro. Um conhecimento novo é um ato posterior às experiências, é algo que ainda não existe como deve, que não é parte de nosso corpo, de nossa consciência.

Compreender a construção do conhecimento é uma necessidade de quem educa, pois é pelo ato de conhecer que também se dá o ato de educar. O objetivo deste trabalho é discutir de forma ensaística os aspectos multidimensionais, complexos e transdisciplinares que constituem a aprendizagem, formação das ideias e do pensamento, envolvidos durante o processo de educação biológica. A construção do conhecimento biológico será um operador cognitivo, um impulso para pensar uma Biologia complexa e humanística.

Uma biologia de base complexa fundamenta-se na indissociabilidade entre natureza, sociedade e cultura, sob os princípios da incerteza, imprevisibilidade, desordem e a auto-organização (TABOSA, 2007). A proposta é abrir as ciências biológicas às ciências da complexidade à transdisciplinaridade, mediante diálogo com outras formas de saberes.

O cérebro é parte da estrutura biológica que integra os sistemas vivos envolvidos na construção das ideias. Todo o corpo humano é revestido por sensores celulares em forma de células, os neurônios sensores, que captam informações do ambiente externo, transformam a informação em impulso elétrico que será conduzido até o cérebro onde será processado. O corpo é um sistema conectado pelos sentidos que captam as informações do ambiente externo.

Após captarem informações do que está externo ao corpo, essa informação, que é o “real” é convertida em impulso elétrico (fração ínfima de energia elétrica). Sob a forma de energia elétrica, o “real” é agora uma representação que é transportada por meio de outras células especializadas até o cérebro onde será processada e transformada em consciência ou conhecimento por meio do ato de aprender. Porém, o cérebro não é um lugar vazio, nele há outras consciências, experiências, culturas e aprendizados. O processamento das informações externas não é uma interpretação do “real”, mas uma criação. Um mundo inteiramente novo é construído com base na estrutura biológica/genética/experiencial/existencial de cada sujeito em particular (MATURANA; VARELA, 1995). Esse é o fundamento complexo e transdisciplinar que sustenta a diversidade de pensamentos, e conseqüentemente aprendizados.

Para Edgar Morin (2005) a construção das ideias envolve uma série de atos que se iniciam no interior das células vivas. O conhecimento é, por esse ponto de vista, um ato biológico, uma condição da vida, da natureza. Logo, ele é possível aos humanos porque antes ele existe na natureza.

A construção das ideias humanas é um ato animal, por sermos integrantes desse grupo de organismos. Especificadamente, os humanos desenvolveram atividades cerebrais tão complexas que além dos atos biológicos e animais, o conhecimento é um ato existencial. É a partir dessa existencialidade do ato de conhecer que as experiências se conectam com o conhecimento e criam um mundo infinito de interpretações (MORIN, 2005).

Uma educação humanística ou uma Biologia de base complexa requer antes, como princípio, a consciência de estar vivo. Sustento essa condição na primeira premissa de toda a história humana, proposta por Karl Marx e Friedrich Engels (1998) em a Ideologia Alemã: para viver é preciso ter a consciência de estar vivo, pois somente assim seremos capazes de fazer história.

Sentir-se vivo é um dos pressupostos da Pedagogia da Paulo Freire, pois segundo esse autor, para aprender é preciso estar disponível a vida e ao viver. Assim, educar é mais que uma pedagogia que se preocupa, unicamente, com a questão didática ou instrumental. Educar envolve todas as existencialidades humanas e requer, de nós sujeito, que estejamos prontos. Porém, estar pronto não é um estado absoluto de ser. Estar pronto é estar disponível a vida, ao viver.

Consciente de nossa condição de estarmos vivos e prontos é necessário, ainda, responder a uma pergunta essencial: o que nos move? Estar vivo é também saber o que nos sensibiliza e ativa a potência que nos faz humanos. Fazer história, como disse Freire (1996), é saber o que se é, pois, cada sujeito possui uma força vinda do que o move no mundo. Educar é preparar os sujeitos para ser o que de fato são (ALMEIDA, 2017).

POR UMA BIOLOGIA MULTIDIMENSIONAL

O conhecimento científico é sempre dependente da experiência, ou seja, sempre ocorre posteriori a observação e vivência dos fenômenos e dos acontecimentos (KANT, 1994). Em relação à biologia, os fenômenos biológicos são a própria experiência quando se trata da busca do conhecimento ou da compreensão de um acontecimento ou de um processo biológico.

A ciência experimental busca, por meio dos experimentação, recriar os fenômenos em condições controladas. Em outras palavras, busca refazer, simular, falsear as experiências sob a forma de fenômenos biológicos. Os fenômenos biológicos assim como os compreendermos, possuem, como qualquer outro fenômeno que compõe a natureza, aspectos multidimensionais e complexos, visto que são construções do entendimento humano. Logo, um fenômeno biológico não é puramente biológico em absoluto. É uma representação do que ocorre na natureza.

Além de sua condição de representação da natureza, nenhum fenômeno biológico dar-se de forma isolada dos aspectos físicos e químicos. É uma concepção óbvia porém, esquecida. Uma realidade distante da encontrada nos livros didáticos ou nas estratégias pedagógicas em sala de aula, tanto do ensino básico quanto superior, pois a biologia é apresentada, unicamente, pelo seu aspecto “biológico”.

A biologia que conhecemos é fragmentada. Cada ramo de especialidade é concebido de forma tão isolada que a sensação que se tem é que, no ensino superior, há um abismo entre uma aula de zoologia e uma aula de genética, por exemplo. São dois mundos tão distintos, que parecem dois cursos superiores diferentes.

Quando um estudante de graduação, ou do ensino básico, se depara com uma aula de divisão celular, apesar de óbvio, mas esse assunto é apresentado de forma tão fragmentada que, raramente, se faz uma correlação entre o fenômeno de divisão celular e a vida de cada aluno. Passa despercebido que, compreender como uma célula se divide, é compreender nós mesmos enquanto sujeitos vivos.

Ao afirmar que um fenômeno biológico não é, puramente, biológico é necessário compreender a teia de conexão entre a bios, o químico, a física e condição de “ser humano vivo”. A divisão celular depende do ambiente químico por meio de condições ideais como temperatura, pH e outros. Depende também do meio físico por meio das condições de deslocamento, força, atração, repulsão e outros, mas também nossas experiências, sentimentos e concepções inserem nela nossa excepcionalidade como sujeito.

A herança genética é um fenômeno biológico que carece de uma revisão em suas principais bases, pois estudos epigenéticos apontam para uma influência das experiências sobre o material genético. Uma pesquisa, liderada por Rachel Yehuda (YEHUDA et al., 2016), muito curiosa e fantástica foi publicada na Revista Científica Biological Psychiatry. A referida pesquisadora e sua equipe perceberam judeus que viveram as experiências dos campos de concentração nazista e que como consequência desenvolveram ansiedade, depressão, fobias e diversas outras desordens psiquiátricas, apresentavam um tipo de metilação no gene FKBP5. A referida metilação também foi encontrada em descendentes dos sobreviventes dos campos de concentração. Eles apresentavam as mesmas desordens psiquiátricas dos pais. Dito de outra forma, os filhos, que possuíam a metilação, herdaram as experiências dos campos de concentração vividos por seus pais. Eles herdaram histórias que não viveram sob a forma de uma metilação.

Esse tipo de herança genética é denominado Herança Transgeracional, e pode ser uma chave inicial para a compreensão e elaboração de explicações biológicas mais amplas e multidimensionais. Tal concepção reforça a ideia de que os fenômenos biológicos fazem conexão com as experiências e vivências dos sujeitos.

Se a Biologia não é, puramente biológica, o próprio conceito de Biologia como a ciência que estuda a vida, enclausura os fenômenos biológicos neles próprios, epistemologicamente falando. Como consequência há um desvio de olhares apenas para o biológico, criando uma biologia asséptica dos aspectos multidimensionais da própria natureza geral que a mesma faz parte.

Lamarck, em sua obra *Hydrogeologie*, não necessariamente, define a Biologia como a ciência que estuda a vida. Na realidade, ele apenas explica o significado etimológico da palavra “biologia”. Sua concepção real sobre o significado de “biologia” é um discurso sobre a vida e os seres vivos, porém, a própria História da Biologia acabou concebendo o significado etimológico como seu próprio conceito (MENESES, 1986).

Sendo um discurso, a Biologia se liberta do “biologismo” e do materialismo enclausurante que a dominou, praticamente, em todo o século XX. Fundamentado na multidimensionalidade e na transdisciplinaridade dos fenômenos biológicos, a Biologia não deve ser, daqui para frente, conceituada como “à ciência da vida”, mas a ciência do vivo (ATLAN, 1992), pois é impossível colocar uma fronteira entre as conexões do vivo e do não vivo.

Uma divisão celular não é apenas um fenômeno isolado que não diz nada sobre o que somos. Compreendê-la é também compreender nossa própria história humana e natural, pois foi dela que, após a fecundação, partimos de uma única “célula ovo” para um organismo com mais de 170 trilhões de células na vida adulta.

Cada experiência de vida se conectou com cada divisão celular e adicionou a essa aspectos específicos e particulares, não apenas advindo da experiência, mas da interpretação da experiência. Da existencialidade que nos torna humanos.

Outro fenômeno biológico particular, apresentado de forma fragmentada de sua natureza multidimensional, é o ciclo de Krebs. Muitos alunos são levados a compreendê-lo como um emaranhado de reações químicas sem sentido. Digo sem sentido no aspecto cognitivo, mas também no aspecto existencial, de uma relação com a nossa condição de ser humano.

Além de um fenômeno puramente biológico, o Ciclo de Krebs é um fenômeno físico, químico e existencial. Aliás, pelo que sempre observei em minha vida de aluno e professor do ensino básico e superior é que muitos alunos enxergam apenas a dimensão química. É enfadonho, alienante e sem sentido. A história do Ciclo de Krebs é nossa própria história. Dá sentido existencial a esse fenômeno é dá vida a ele. Só aprendemos aquilo que faz sentido para nossa existência, já dizia Paulo Freire (1996).

Desse modo, a construção dos conhecimentos biológicos obedecem aos axiomas das Ciências da Complexidade e da Transdisciplinaridade. São assim conectados com todo a rede integral que constitui a condição humana.

SE A BIOLOGIA É MULTIDIMENSIONAL E COMPLEXA AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS TAMBÉM DEVEM SER

Se Biologia é agora a ciência do vivo. Se a Biologia é multidimensional. As estratégias didáticas usadas, tanto para ensiná-la, quanto para construir suas ideias, também devem ser complexas e multidimensionais. É preciso ensinar uma Biologia honesta, que não fragmente e enclausure a natureza em suas dimensões particulares.

O grave problema não é especialização dos conhecimentos, pois é preciso ser especialista numa determinada área. O problema é o enclausuramento numa dada área, a cultura de superioridade de uma ciência a outra ou de uma especialidade a outra, pois muitos alunos e até professores, sentem que estão profanando a ciência ao abrir-se para outras dimensões da própria ciência e da existencialidade. É um absurdo formar especialistas em uma dada especialidade que não tem nada a dizer sobre outra área ou sobre outros sistemas de pensamento como a Filosofia, às Artes ou a espiritualidade. Pessoalmente, já fui, várias vezes acusado de violar a sacralidade da Biologia hermética e de não “fazer Biologia”.

Mas como reinterpretar os fenômenos biológicos pelo fundamento da multidimensionalidade? Primeiramente é preciso incorporar a transdisciplinaridade e a complexidade da natureza. Não é possível ensinar, de forma efetiva, aquilo não se vive, ou seja, que não se materialize em ação ou naquilo que nos move como sujeitos no mundo.

Uma aula deve ser um encontro leve, mas ao mesmo tempo intenso, pois uma das funções do pensamento crítico é “incomodar”, pôr em xeque as bases do próprio conhecimento. Daí vem a intensidade, a sensação de estar sendo queimado vivo, como diz Alex Galeno (SOUSA, 2017), de estar sempre em um pequenique à beira de um abismo. Porém, é preciso ser também leve e descansar. Saborear sem tensão as frutas da cesta do pequenique.

Uma aula deve ser um encontro que evoque a incerteza da vida, dos conhecimentos, da natureza e do cosmo. Toda aula deve começar e se perder nas estradas do tema escolhido. Se enveredar sem medo pela multidimensionalidade da Biologia. Deve ainda ser livre, criativa, dinâmica e imprevisível.

É o ato de ser, viver e, conseqüentemente, ver os fenômenos como transdisciplinares e complexos, que daremos sentido e vida a própria vida. Para aprender é preciso se emocionar. Para ensinar é preciso paixão.

A Ciência é uma cultura humana (ALMEIDA, 2017) e está sujeita a todos os níveis de multidimensionalidade e existencialidades inerente aos humanos. Por esse princípio, a ciência se abre para as artes e deve reconciliar-se com a mesma.

A divisão celular e o ciclo de Krebs ocorre em cada um de nós humanos e em todos os seres dotados de células. Admiremos, percebamos, sintamos os fenômenos e a experiência que vem da observação desses acontecimentos celulares. É ou não é uma dança cromossômica, uma conexão de moléculas que ligam-se e desligam-se com outras?

Neste momento, nosso corpo e todos os seres celulares vivem vários fenômenos biológicos que podem ser traduzidos em danças, sinfonias, obras de artes e esculturas em conexão. Ossos são esculturas que nos sustentam. Olhos são obras de artes sobre a manifestação dos espectros luminosos. Os batimentos do coração são sinfonias e refletem o som e o silêncio da música. Prófases, metáfases, anáfases e telófases são passos de dança que explicam como nos multiplicamos e nos regeneramos.

A arte é uma condição de quem estar vivo, ela é uma das expressões de toda a natureza. É também uma expressão do inacabado e ao mesmo tempo, da incompletude, princípios que aproxima arte, ciência e conhecimento.

Não é recente a concepção de inacabamento e provisoriedade do conhecimento, os filósofos gregos já possuíam tal visão. Ela se sustenta em várias bases, porém um fundamento muito forte tem na experiência uma explicação potente.

Se o conhecimento é um fenômeno posterior as experiências e completamente dependente dela, tudo que sabemos, sabemos por nossa própria experiência (SCHRODINGER, 1997), sendo essa uma condição que atravessa a arte, às ciências e todos os sistemas de pensamento. É o elemento transdisciplinar capaz de interligar todos os campos do saber.

A experiência permite transformações profundas em nossa consciência. Para Charles Darwin, foi à experiência de volta ao mundo a bordo do navio HMS Beagle umas das vivências mais importantes de sua vida. A viagem a bordo do Beagle foi a primeira revolução de sua mente (DARWIN, 2000).

É preciso uma nova aliança entre às ciências, neste caso a Biologia, e às artes, pois é preciso romper o hiato entre essas duas (HEISENBERG, 1996). Tal aliança acrescentará uma nova linguagem a Biologia, a linguagem das artes (ALMEIDA, 2017). Teremos então, uma nova concepção sobre a vida e os seres vivos.

Tendo então, a partir de agora, uma aula como sendo um encontro leve, intenso, criativo, provocante, transformador, imprevisível e livre. Tendo uma ciência/uma biologia reconciliada com as artes e fundada sob o alicerce epistemológico da transdisciplinaridade e da complexidade. A escola, as

ciências e a biologia podem agora discutir e incorporar em suas aulas temas como: alegria, dor, amor e espiritualidade.

Engana-se quem acha que uma divisão celular não seja uma plataforma para a discussão desses novos temas. Engana-se quem não concebe o ciclo de Krebs mais que o fornecimento de energia para vida, pois é dele que vem a condição para a alegria, o amor e outros aspectos existenciais e ao mesmo tempo biológico para nós humanos.

COMO SE APLICA? UM FINAL NÃO MUITO DESEJADO

Chegamos a etapa mais sensível e delicada. É natural pensar em como se aplicar em sala de aula essa biologia que é um discurso sobre a vida e os seres vivos, que é também multidimensional. É natural exigir uma receita de como se ministra uma aula que não é uma aula, mas um encontro leve, intenso, criativo, provocante, transformador, imprevisível e livre. É natural requisitar uma metodologia capaz de aplicar a transdisciplinaridade e a complexidade à Biologia.

Digo “indesejada”, pois a imensa maioria dos professores que apresentei essas ideias esperaram uma seqüência de regras. Um manual de normas.

Pois é aqui, neste ponto, que entra a arte. É aqui neste ponto que eu posso dizer o que direi. Fugamos do método científico tradicional e esqueçamos a aplicação. Em seu lugar deixemos tais concepções tomar conta de nós e contaminar nossas ideias e nossa práxis.

Vivamos intensamente a transdisciplinaridade e a complexidade. Deixemos nos inundar com esses dois princípios e vivamos. Apenas vivamos.

É dos fundamentos defendidos e discutidos neste trabalho que teremos as condições para vivemos a integralidade humana e o conhecimento como aventura e não como dor. Educar não é uma transmissão de destrezas, nem tão pouco a transferência absoluta de uma informação. Educar, como defende Edgar Morin (2000) em sua obra Os setes saberes necessários a educação do futuro é formar sujeitos:

É necessário um novo espírito científico humanístico capaz de conceber a multidimensionalidade da natureza. Capaz de religar a cultura humanística e a cultura científica geral. Capaz de nos educar para as perguntas e não para o consumo, pois de maneira geral, quando um professor faz uma pergunta e os alunos ficam em silêncio, não necessariamente significa que eles não têm nada a dizer, mas que não foram educados para dizer.

É necessária uma nova Biologia reconciliada com as artes e capaz de ensinar os aspectos integrais da vida. Capaz de entender o mundo que cerca cada sujeito, tornando-os agentes de sua própria caminhada. Tornando-os vivos.

Referências

- ALMEIDA, Maria da Conceição de. Ciências da complexidade e educação: razão apaixonada e politização do pensamento. 2ª Ed. Curitiba: Appris Editora, 2017.
- ATLAN, Henri. Entre o cristal e a fumaça: ensaio sobre a organização do ser vivo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1992.
- DARWIN, Charles. Autobiografia: 1809-1882. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2000.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HEISENBERG, Werner. A parte e o todo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. 3ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. A árvore da vida: as bases biológicas do entendimento humano. São Paulo: Editora Psy II, 1995.
- MENESES, Orlando Bastos de. A origem do termo "Biologia". *Sitientibus*, 3(6): 63-69, 1986.
- MORIN, Edgar. O método 3: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.
- _____. Os sete saberes necessários a educação do futuro. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- SOUSA, Jair Moisés de. Sobre a construção das ideias científicas ou Darwin e seus demônios. 2017. 161 f. (Doutorado em Educação) – Centro de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- TABOSA, Willys Abel Farkatt. Uma Ecologia de base Complexa. 2007. 220 f. (Doutorado em Educação) – Centro de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- YESUDA, Rachel; DASKALASKIS, Nikolaos P.; BIERER, Linda M.; BADER, Heather N.; KLENGEL, Torsten; HOLSBOER, Florina; BINDER, Elizabeth B. Holocaust Exposure Induced Intergerational Effects on FKBP5 Methylation. *Biological Psychiatry*, 80: 372-380, 2016.

VENDO A TERRA COMO RECURSO: CINEMA, IMAGINÁRIOS E DISCURSOS ESPACIAIS

SEEING THE LAND AS A RESOURCE: CINEMA, IMAGINATIONS AND SPATIAL DISCOURSES

VIENDO LA TIERRA COMO RECURSO: CINE, IMAGINACIONES Y DISCURSOS ESPACIALES

VOYANT LA TERRE COMME RESSOURCE: CINÉMA, IMAGINAIRES ET DISCOURS SPATIAUX

Francyjonison Custodio DO NASCIMENTO

Resumo: É preciso repatriar os mitos, dá-lhes a devida atenção que merecem na compreensão do mundo. Este artigo adentra nesta senda ao eleger filmes com estruturas míticas para uma interpretação geográfica. Compreendendo os filmes como vetores de debate e fazendo dialogar arte, ciência e mito, o trabalho investiga os discursos espaciais da trilogia fílmica *O Senhor dos Anéis*. Essa reflexão é importante na atualidade, quando a sociedade passa por diversas crises, sobretudo a ambiental. Para realizar este trabalho, usa-se a noção de personagem geográfica como via teórico-metodológica. Assim, para essa interpretação geográfica dos filmes, se utiliza alguns elementos fílmicos, tais como transcrições textuais das falas dos personagens, intertextualidade e paisagem fílmicas. Como conclusão, percebeu-se que *O Senhor dos Anéis* (2001-2003) evidencia relações de submissão da terra como negativas ao enunciar seus discursos espaciais nos personagens geográficos.

Palavras-chave: Geografia e cinema; Personagem geográfico; *O Senhor dos Anéis*.

Abstract: It is necessary to repatriate the myths, give them the due attention they deserve in understanding the world. This article enters this path by choosing films with mythical structures for a geographical interpretation. Understanding the films as vectors of debate and creating a dialogue between art, science and myth, the work investigates the spatial discourses of the film trilogy *The Lord of the Rings*. This reflection is important today, when society is going through several crises, especially the environmental one. In order to carry out this work, the notion of geographic character is used as a theoretical-methodological approach. Thus, for this geographical interpretation of the films, some filmic elements are used, such as textual transcriptions of the characters' speeches, intertextuality and filmic landscape. As a conclusion, it was noticed that *The Lord of the Rings* (2001-2003) shows the earth's submission relations as negative when enunciating its spatial discourses in the geographical characters.

Keywords: Geography and cinema; Geographic character; *The Lord of Rings*.

Resumen: Es necesario repatriar los mitos, darles la debida atención que merecen en la comprensión del mundo. Este artículo se adentra en ese camino al elegir películas con estructuras míticas para una interpretación geográfica. Entendiendo las películas como vectores de debate y creando un diálogo entre el arte, la ciencia y el mito, la obra investiga los discursos espaciales de la trilogía cinematográfica *El Señor de los Anillos*. Esta reflexión es importante hoy en día, cuando la sociedad atraviesa varias crisis, especialmente la ambiental. Para la realización de este trabajo se utiliza la noción de carácter geográfico como enfoque teórico-metodológico. Así, para esta interpretación geográfica de las películas se utilizan algunos elementos fílmicos, como las transcripciones textuales de los discursos de los personajes, la intertextualidad y el paisaje fílmico. Como conclusión, se notó que *El Señor de los Anillos* (2001-2003) muestra como negativas las relaciones de sumisión de la tierra al enunciar sus discursos espaciales en los personajes geográficos.

Palabras-clave: Geografía y cine; Personajes geográficos; *El Señor de los Anillos*.

Résumé: Il faut rapatrier les mythes, leur accorder l'attention qu'ils méritent pour comprendre le monde. Cet article entre dans cette voie en choisissant des films aux structures mythiques pour une interprétation géographique. Comprenant les films comme vecteurs de débat et créant un dialogue entre l'art, la science et le mythe, l'œuvre explore les discours spatiaux de la trilogie cinématographique *Le Seigneur des Anneaux*. Cette réflexion est importante aujourd'hui, alors que la société traverse plusieurs crises, y compris le environnemental. Pour mener à bien ce travail, la notion de personnage géographique est utilisée comme approche théorique et méthodologique. Ainsi, pour cette interprétation géographique des films, éléments fílmiques sont utilisés, tels que les transcriptions textuelles des discours des personnages, l'intertextualité et le paysage fílmique. Comme conclusion, il a été remarqué que *Le Seigneur des Anneaux* (2001-2003) montre les relations de soumission de la terre comme négatives lorsqu'il énonce ses discours spatiaux dans les personnages géographiques.

Mots-clés: Géographie et cinéma; Personnages géographiques; *Le Seigneur des Anneaux*.

1 Graduado em Licenciatura em Geografia pelo IFRN (2014). Mestre em Geografia (2015-2017) pela UFRN. Atualmente, integra o grupo de pesquisa Linguagens da cena: imagem, cultura e representação e é professor efetivo de Geografia da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge da necessidade de repatriar os mitos. Com Raffestin (1988), ele compreende que o logos pode conviver com o mythos. Ele se opõe, então, a Platão, que mandou passear os mitos, colocou-os de férias, despediu-os (DERRIDA, 2005). Isto é, colocar os mitos em ação, trabalhá-los, trazê-los de voltas para nossas discussões e reflexões – sobretudo as geográficas. Tê-los, então, como parceiros na leitura e compreensão do mundo, posto que, ao lado da ciência e da arte, são potentes estruturas de compreensão da realidade (SERRES, 2001). Com efeito, nos lembra Besse (2015), o mito é o coração sensível de onde a ciência cresce, se desenvolve. A Geografia, de fato, busca compreender a experiência humana sobre/na terra e os mitos podem nos ajudar nesta aventura (DARDEL, 2015). Afinal, todos os meios possíveis de falar dessa experiência, inclusive os imaginativos, são importantes para os geógrafos. Daí a pertinência de uma Geografia que abraça os imaginários e os mundos mítico-mágicos que tecem a vida humana.

Esse movimento de repatriar os mitos e os diversos imaginários é uma resposta a uma busca de geógrafos, que atentos às mais variadas implicações espaciais dos fenômenos humanos, estudam as narrativas, que fazem brotar a compreensão do ser humano a respeito de seu lugar no mundo (CLAVAL, 2012). É com o olhar nesta busca, unindo geografia, mito e arte, que vamos interpretar paisagens fílmicas de *O Senhor dos Anéis*, uma trilogia de filmes de fantasia e aventura. Seguindo os impulsos das geografias fílmicas, vamos, através da trilogia, investigar os personagens geográficos e seus discursos espaciais (NAME, 2013; OLIVEIRA JUNIOR, 2014). Com efeito, é vital interpretar conteúdos do imaginário, sobretudo os filmes, posto que eles são, como nos aponta Bulcão (2013), vetores de debates, geradores de pensamentos ao nos despertar das conduções automáticas e, ao nos inquietar, nos possibilitar pensar o mundo, refletir sobre a realidade,

Daí a pertinência de estudar filmes como *O Senhor dos Anéis*. Este universo cinematográfico é um mundo que tem um quê de pós-edênico. O mundo da queda, da desarmonia e da degradação humana e justamente por isso ambiental também, pois, apesar das inúmeras tentativas, é impossível separar sociedade e natureza. Nas telas, este mundo ganhou vida no início do século XXI, com novas possibilidades tecnológicas da comunicação cinematográfica. A trilogia *O Senhor dos Anéis*, de fato, marca o nascer do retorno ao imaginário, numa amálgama entre a tradição e a atualidade, com ressignificações de estruturas míticas em filmes através de efeitos especiais que proporcionam a construção de mundos totalmente oníricos no universo cinematográfico (MAFFESOLI, 2021).

Fruto e agente deste processo de ressignificação de estruturas míticas no cinema contemporâneo, a trilogia *O Senhor dos Anéis* foi produzida e dirigida por Peter Jackson, tendo a distribuição realizada pela Warner Bros as locações realizadas na Nova Zelândia. A trilogia narra a estória de uma comitiva composta por diversos seres que pretende destruir um artefato poderoso (Um Anel, que dá nome aos filmes) no lado Oeste da Terra-Média, o continente fantasioso criado pela literatura de J.R.R Tolkien e traduzido ao cinema. Neste enredo, os personagens se relacionam de diversas maneiras com o espaço, construindo narrativas de cunho espacial como também discursos espaciais de toda ordem. Sobre estes últimos repousa o nosso interesse, pois, nas geografias fílmicas, a

emissão de discursos espaciais, os significados geográficos e a consequente compreensão das relações espaciais são o âmago das interpretações geográficas (NAME, 2013; OLIVEIRA JUNIOR, 2014).

Desse modo, este artigo, parte de um trabalho de doutoramento, objetiva interpretar os discursos geográficos presentes no filme, sobretudo aqueles vinculados a forma dos personagens se relacionaram com a terra., a fim de compreender como as relações presentes nos filmes são legendas das relações construídas no mundo extra filme (SERRES, 2001; COSTA, 2013). Para tanto, iremos construir uma revisão bibliográfica e uma análise dos discursos espaciais, a partir das indicações de Name (2013).

GEOGRAFIAS FÍLMICAS: MODOS DE OLHAR O MUNDO

A Geografia e o cinema se entrelaçam há muito tempo. São antigas as relações que associam estes dois campos do conhecimento. Assim como aconteceu com a pintura e com a fotografia, os filmes foram são apropriados pelos geógrafos e serviram como base para muitas reflexões de ordem geográfica. Estas, inicialmente, eram de caráter comprobatório, isto é, apenas confirmavam ou negavam pesquisas geográficas já realizadas (AZEVEDO, 2009).

Com o passar dos anos, as obras cinematográficas são importantes fenômenos no entendimento das mais variadas relações espaciais e o seu diálogo com a ciência geográfica, a partir da segunda metade do século XX, não se dá num modelo de comparação com o que se chama comumente de realidade (OLIVEIRA JUNIOR, 2014). Isto aconteceu porque as obras cinematográficas passaram a ser compreendidas como representações enviesadas da realidade, como um discurso sobre o mundo (LUKIBEAL, 2005). Com efeito, mesmo os filmes de caráter documental, que pretendem ser cópias da realidade, são construídos a partir de um olhar, de uma perspectiva. Nas obras cinematográficas, os espaços fílmicos são alusões ao espaço geográfico e discorrem sobre o entendimento do ser humano sobre este mesmo espaço geográfico (OLIVEIRA JUNIOR, 2014).

Apesar das obras cinematográficas serem compreendidas como um conjunto de discursos sobre o espaço geográfico, as geografias fílmicas não se propõem a fazer pensar como a realidade está representada no filme. Elas, na verdade, não estão preocupadas em como a pretensa realidade está presente nos filmes, mas como as obras cinematográficas, em si mesmas, são emissoras de discursos espaciais e nos auxiliam na compreensão do mundo (NAME, 2013). A centralidade das pesquisas das geografias fílmicas está nas significações que o filme emite sobre o espaço geográfico. Usando os termos criados por Oliveira Junior (2014), não se trata de se debruçar sobre os lugares geográficos que são capturados pela câmera, mas pensar na discursividade, nos discursos geográficos presentes nos locais narrativos.

Essa compreensão promoveu e ainda promove novos debates epistemológicos e, conseqüentemente, novos métodos para uma interpretação geográfica dos filmes. Na ciência geográfica, com efeito, há tanto o uso de conceitos mais tradicionais (espaço, lugar, região, território e paisagem) como a criação de conceitos para efetivar leituras dos filmes. Do mesmo modo, uma miríade de postulados metodológicos foi desenvolvida para as análises geográficas. Aqui, para construir nossa interpretação, nos valeremos das metodologias desenvolvidas por Name (2013) e Costa (2013).

De Name (2013) nos apropriamos da noção de personagem geográfico. Nela, há a ideia de que os personagens trazem consigo discursos geográficos específicos. As falas, as roupas, as moradias, os trajetos, as paisagens em que estão inseridos – absolutamente tudo que faz parte da construção do personagem na trama está imbuído de um discurso de ordem espacial. Para compreender estes discursos, é necessário, pontua Name (2013), é preciso ser perguntar pelos elementos que constituem o personagem, a saber: quais as suas falas, onde estão e para onde vão, o que pensam e o que fazem, como se relacionam com os espaços, etc. Indagações sobre estes aspectos, afirma o autor, são preciosos instrumentos metodológicos.

A proposta de Costa (2013), por sua vez, nos ajudará a interpretar os elementos fílmicos. Para a autora, antes de tudo, é preciso uma revisão bibliográfica para pensar na complexidade da relação entre o filme e os aspectos extra fílmicos, enfatizando a natureza discursiva e intertextual do filme. Isso propicia fugir do erro metodológico de compreender a obra cinematográfica como objeto de verificação da realidade, como já discutido anteriormente. Para isso, então, é preciso levar em consideração a intertextualidade, a qual nos recorda que os discursos presentes nos filmes são construídos por uma conjunção de textos e relações.

No caso de *O Senhor dos Anéis*, a intertextualidade teoria literária de Tolkien, que foi traduzida para o cinema, e seu caráter antimodernista (TOLKIEN, 2006; FERREIRA, 2018). Este caráter, como veremos, está eivado de discursos nos quais qualquer interferência, via técnica sobretudo, de dominação da natureza é vista como maligna, negativa e vulgar (ROSSI, 1992). Esta perspectiva também é válida para separação Homem/Terra, que acaba por tornar o espaço geográfico como um espaço disponível para recolher recursos (DARDEL, 2015). O fato é que a trilogia *O Senhor dos Anéis* é melhor compreendida dentro desse quadro maior.

Nesse sentido, um discurso geográfico presente em *Senhor dos Anéis* fala não só da realidade, mas também de outros textos que dialogam com mais textos e com a própria realidade. Os significados espaciais do discurso, então, se dão pela conjunção de várias referências (COSTA, 2013). Após isso, vários elementos podem ser levados em consideração: o diretor do filme, a imagem fílmica, a estrutura narrativa, os códigos e convenções fílmicas presentes, a audiência, a edição e os movimentos de câmera, o processo intertextual e a locação. Dentre esses, utilizaremos a intertextualidade, a imagem fílmica e os diálogos presentes no filme. Eles serão concatenados com a noção de personagem geográfico de Name (2013).

DISCURSOS ESPACIAIS DO/NO IMAGINÁRIO DA TERRA-MÉDIA

Para Dardel (2015), a realidade geográfica é sempre dinâmica e a relação dos seres humanos com a terra – com suas práticas, técnicas, ideias e imaginários – é igualmente dinâmica, se modificando ao longo do tempo histórico. A partir desta compreensão, o geógrafo francês fez uma história da Geografia, partindo da geografia originária até a geografia científica, elucidando as diversas maneiras de se relacionar com o espaço geográfico. Aqui, nosso enfoque será na chamada geografia profética e como discursos espaciais ligados a esta maneira de ser e estar no mundo estão presentes em *O Senhor dos Anéis*, elucidando formas de compreender a realidade.

Na geografia profética, a ligação orgânica e extremamente forte que outrora existia entre o ser humano e a Terra é quebrada. A partir da geografia, a Terra e o Homem não são mais parentes. Desfazendo-se da atmosfera mágico-mítica do mundo, o ser humano e os outros seres não possuem uma única mãe, a Mãe Terra (DARDEL, 2015). A geografia profética, ao se opor a geografia mítica, rompe com a noção de que há um “[...] cordão umbilical pelo qual a terra nutre o homem.” (DARDEL, 2015, p. 48). Tendo essa relação quebrada, o indivíduo não está consciente e tampouco preocupado com seu vínculo terrestre, posto que passa a pensar como a Terra se projeta para um futuro. O que existe, então, é uma espécie de profetismo, para usar a expressão do próprio geógrafo francês. Este último, devido a sua própria essência, gera promessa, avisos messiânicos e/ou esperas. Este movimento se dá, sobremaneira, através de conceitos e de anúncios de mundos vindouros. Dardel (2015), aliás, cita o livro bíblico do Eclesiastes para recordar que, na geografia profética, tudo é vão, a Terra, por si, não possui valor. De forma resumida, pode-se dizer que, nesta geografia,

[...] a Terra aparece como uma realidade temporária e, de algum modo, precária, fundada por uma vontade criadora, esclarecida a partir do futuro, colocada como uma preocupação, ultrapassada em sua duração provisória pela infinitude de Deus, limitada por uma outra espacialidade, que abrange a noção dos “céus” opostos à Terra. (DARDEL, 2015, p. 69)

Dessa maneira, o que essa visão profética propicia, como já aludido, é a primazia, ou melhor, a soberania do Homem sobre todos os outros seres, conduzindo e produzindo uma compreensão da Terra como algo subsistente e meramente utilitária. Este aspecto da geografia profética possibilita, com efeito, uma certa subjugação da Terra, uma submissão terrestre.

Indo para a narrativa fílmica, esta forma de ver e habitar o mundo é encontrada em Saruman, o mago Branco, personagem interpretado por Christopher Lee (Figura 1). Ele, de fato, pode ser concebido um personagem geográfico (NAME, 2013). Nas suas falas e ações, há discursos de teor espacial vinculado a geografia profética e suas submissões do terrestre. Preso a uma transcendência profética, a um certo futuro além-aqui, Saruman intenta se desvincular da relação com terra, no desejo de submetê-la ao desejo pelo poder. Uma de suas falas é esclarecedora neste sentido: As florestas cairão. Uma nova ordem surgirá. Dirigiremos a máquina da terra.

Figura 1 – Saruman, o mago branco



Fonte: Jackson (2002)

Os discursos fílmicos aqui presentes revelam uma tentativa de submeter a terra a um projeto de futuro. Ela não é habitada no hoje, no agora, mas é vista em prol de algo que virá. O porvir, com efeito, é a lei. Assim, esta espécie de profetismo gera algo que seria inconcebível quando se há uma consciência terrestre, quando se sabe ligado a terra “O homem não tem nada a esperar da Terra, por ela mesma. Não há nenhuma verdade essencial a ser retirada. Ele não é procedente da Terra.” (DARDEL, 2015, p. 68).

Disso decorre que qualquer doutrina, seja religiosa e/ou filosófica de caráter teleológico, projetista, transcendente, que está ligada a um mundo vindouro, seja novas terras e novos céus ou um mundo utópico novo, é baseada numa ideia de progressismo, de profetismo. Desse modo, a Terra perde seu caráter originário, apresentado por Dardel (2015) numa geografia que a reconhece como origem, como mãe de todo ser vivente. Não a tendo a Terra como origem, então, o ser que nela habita nada pode se esperar nela ou dela, apenas das realidades “transcendentais” e, por isso, superiores. O mundano, o terrestre, é apenas banalidade, algo claudicante. Tudo – absolutamente tudo – está no porvir, no além-agora, numa transcendência. Ou, usando as palavras do próprio personagem geográfico, tudo estará numa nova era.

Essa transcendência também é discutida por Stengers (2015), filósofa e química que se debruça sobre a história e filosofia da ciência e, mais especificamente, sobre o processo de afirmação das ciências modernas. Para a autora, essa postura de transcendência desemboca no direito que os seres humanos atribuem a si mesmos de não terem cuidado com a terra, provocando o que a autora chamou de “cegueira”, a qual autoriza uma exploração indefinida dos “recursos” terrestres. Efetivamente, desde Francis Bacon e consequente revolução científica, há um ideário, no qual o ser humano precisa exercer um direito de apropriação sobre a natureza (CAPRA, 2012). A realidade é que essa transcendência comentada por Stengers (2015) revela uma compreensão de natureza sempre “estável”, constantemente disponível para uma conquista, um domínio por parte do Homem (STENGENS, 2015; WULF, 2016).

Na geografia profética e suas submissões terrestres, pois, a terra é concebida como um mero recurso. A esta concepção está subjacente a ideia de que o meio natural é uma realidade objetiva em si mesmo, exterior aos seres humanos e, por consequência, independente da sociedade “humana”. O porvir, então, arrima uma separação artificial entre o humano e aquilo que é considerado “não humano”. É, com efeito, uma visão completamente dicotômica. Assim, ainda que a relação homem-terra seja inescapável (DARDEL, 2015), os discursos geográficos presentes neste ponto da narrativa insistem em negar esse caráter unitivo e revela, via paisagem fílmica, que o natural é algo meramente útil, um recurso. Para aqueles que vivem sob o signo dessa geografia, o mundo será sempre um espaço utilizado para a viabilização de um projeto, um espaço pronto para ser explorado. Dessa maneira, a terra é vista com valor de utensílio, para uso irrestrito do ser humano (DARDEL, 2015). Assim sendo, ela existe em função de algo, de alguma demanda, de algum projeto. E, de tal forma, sua existência fica/

está submetida ao seu valor de uso, vinculada, necessariamente, a um contexto de funcionalidade. Por não ter valor em si, a terra não merece ser cuidada.

Figura 2 – Destruição das árvores



Fonte: Jackson (2001)

Na nossa narrativa, é exatamente isso que Saruman e os orcs (servos de Mal) fazem, pois compreendem a Terra como uma máquina, como algo a ser dominado em prol de um suposto progresso. Esses personagens se autoproclamam como dominadores da Terra, como na fala supracitada. Outros trechos dos filmes corroboram este entendimento sobre os discursos de dominação e submissão terrestre. Outra fala e outras paisagens do filme, aliás, nos fazem compreender esta relação de dominação. O ideário da terra como recurso, por exemplo, fica nítido num dos diálogos do guardião da floresta sobre Saruman: “Sempre há fumaça subindo de Isengard. Houve uma época em que Saruman podia andar pelo meu bosque, mas agora ele só se preocupa com metal. Ele não mais se importa em plantar...” Como se pode perceber, então, o metal retirado do solo é a preocupação exclusiva de Saruman. Ele, assim aponta a fala do guarda da floresta, passou a viver de acordo com uma mentalidade de utilidade. A única relação de Saruman desenvolve com o terrestre é do extrair recursos. É a mentalidade da dominação em prol de um plano, de um mundo novo, o que, como vimos com Dardel e se confirma na nossa narrativa, termina por se “desconectar” do mundo que habita.

Além das falas, é interessante também interpretar as paisagens fílmicas que revelam essa geografia, sobretudo aquelas com as quais Saruman se relaciona. Afinal, como já dito, para apreender discursos espaciais dos personagens geográficos, é preciso se perguntar pelas suas paisagens no filme: por onde eles circulam, onde eles moram, que paisagens despertam sentimentos de lugaridade, sejam topofílicos ou paisagens de medo (TUAN, 2012; NAME, 2013).

Nas paisagens dos nossos personagens geográficos, Saruman e seus servos, há sempre uma nuance de obscuridão, mesmo que se esteja em pleno dia. Há aqui um discurso insidioso: quando o natural é convertido em utensílio, o dia é transformado em noite. O submeter a terra, anuncia o discurso espacial presente na paisagem fílmica, produz um horizonte negro. Nestas paisagens fílmicas, a pouca luz, com efeito, emana um quê de lúgubre, alude ao ocaso da vida. O sombrio toma conta da cena.

Desse modo, no discurso fílmico, o negrume é sinal da morte da floresta, das árvores como também da fuga dos animais que lá residiam. A priori, é uma visão apavorante, tenebrosa, entretanto, é exatamente este ambiente que os seres de coração maligno gostam de estar, de habitar, segundo o discurso espacial aqui apresentado. Para Saruman e seus séquitos, com efeito, este cenário permeado pelas cinzas das árvores é topofílico, o lugar por excelência, posto que, para eles, o ideal é submeter a terra (TUAN, 2013).

Figura 3 – Morada de Saruaman com focos de queimadas e sem árvores



Fonte: Jackson (2002)

Noutro ponto da trilogia, as árvores e os minerais, seja como matéria-prima ou como combustíveis, são utilizados pelos orcs para construções utensílios de guerra e armas em geral. Além de Dardel (2015), essa noção de terra ou da natureza como utensílio e recurso, foi discutida também por Heidegger (2007). O filósofo alemão relembra que, por vezes, a terra é compreendida apenas como algo que oferece carvão e minérios: “[...] natureza como um depósito caseiro de reservas de energias.” (HEIDEGGER, 2007, p. 386).

Nesta compreensão, a árvore é madeira e carvão; a montanha, pedreira; o rio, barragem que gera energia, gira turbinas. Assim, os indivíduos se relacionam com os elementos naturais de modo que possam tirar o máximo proveito para satisfazer suas demandas. A relação é somente de submissão e exigência, posto que a natureza é um ente a ser desafiada, a ser cobrada, algo que se pode exigir a dar alguma coisa, a sempre oferecer (HEIDEGGER, 2007). Daí a terra (ou a natureza, de modo geral) ser concebida como uma oportunidade do “extrair”. E esse extrair é compreendido num duplo sentido, argumenta Heidegger (2007), pois o termo se refere tanto a concepção de explorar como também a de destacar, apartar. Assim sendo, perspectivada somente como oportunidade de exploração, a terra não pode ser considerada como companheira da existência humana, mas apenas como que algo a oferece ganhos e que, justamente por isso, está apartado do ser humano. Não fez parte, portanto, da vida humana. O mundo, à vista disso, é não mais que utilidade. A natureza, desse modo, está sempre sujeita ao pensamento que demanda eficiência, entrega de produtos e soluções, resultados (STENGERS, 2015).

Exatamente por isso que a natureza, limitada à obediência, é escravizada e compelida a servir o Homem (CAPRA, 2012). Em *O Senhor dos Anéis*, como vimos nas paisagens fílmicas, os troncos das árvores, outrora vistosos e vigorosos, são reduzidos à servidão dos projetos considerados malignos. Esse discurso espacial está umbilicalmente ligado com o ideário modernista, como a intertextualidade nos aponta. No início do século XX, aponta Rossi (1992), há uma identificação da modernidade com o diabólico, o vulgar, o absolutamente negativo, numa espécie de movimento neorromântico. Os “signos” da modernidade, então, são vistos negativamente e a técnica, um destes signos, estaria atrelada a uma violência, uma violência para produzir e/ou dominar. Usando as palavras do próprio historiador:

Escavidão, opressão, exploração [...] estão irremediavelmente ligados ao empreendimento, diabólico e prometico, de uma conquista e uma sujeição do mundo natural. (ROSSI, 1992, p. 14-15)

A questão, na trilogia interpretada, é dominar o mundo, a máquina da terra, via técnica, para impor uma política de beligerância, para submeter outros povos. É uma espécie de imperialismo, de desejo ímpio de dominar, comenta Rossi (1992). Nas imaginações geográficas dos filmes, então, o submeter a terra é inerente aos corações malignos, dos vilões – uma visão totalmente coadunada com aquela apontada por Rossi (1992). No discurso de *O Senhor dos Anéis*, portanto, viver sob a égide da geografia profética é se colocar como senhor dos outros e desconhecer o verbo coabitar: aqui, “o homem dispõe da Terra como mestre absoluto” (DARDEL, 2015, p. 93). Trata-se, de fato, de uma superioridade senhorial.

Figura 4 – Rio ou represa?



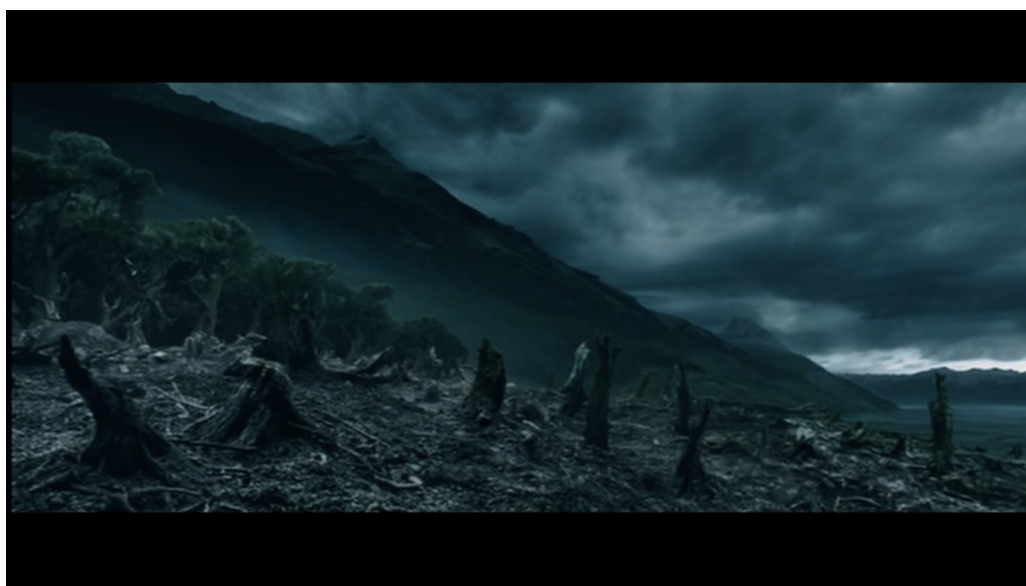
Fonte: Jackson (2003)

Esta noção de “superioridade senhorial” já mencionada e a consequente perspectiva do espaço geográfico como recurso para a atividades financeiras é discutida também por Arturo Escobar (2014). Para tanto, o antropólogo colombiano se vale do conceito de ontologia dualística. No seu entendimento, esta ontologia é construída a partir de dicotomias e propõe que o mundo é habitado de “indivíduos” que vivem a manipular “objetos”. Desse modo, o Homem seria um ente autossuficiente e

que, por isso, povoaria o mundo totalmente segregado das demais coisas. Da mesma maneira, o mundo seria pleno de objetos autossuficientes, indefinidamente disponíveis para serem manipulados da forma que convir. Esse entendimento, por consequência, intenta somente a apropriação, a dominação e o consumo dos “elementos naturais”, dado que estes últimos, na ontologia dualística, já foram dessacralizados e objetivados pelos interesses do ser humano.

Escobar (2014), inclusive, explicita que as premissas proporcionadas pela ontologia dualística não propiciam apenas esquemas de pensamentos ou posturas meramente reflexivas, mas, ao contrário, promovem atitudes concretas. A título de exemplificação, o autor aponta como o extrativismo mineral, realidade de maneira degradante, é fruto de uma concepção que concebe a montanha como um ser inerte, um simples objeto a ser manipulado. Caso a montanha fosse perspectivada como um ser sensível, insiste Escobar (2014), ela não teria a sua manipulação e decorrente destruição como fim último. Num diálogo com Dardel (2015), pode-se dizer que a concepção de mundo amparada nas ontologias dualísticas de Escobar (2014) dificulta cada vez mais a tomada de consciência terrestre, mundana, por parte dos seres humanos. As conexões com o mundo, afinal, só existem numa postura dominadora, numa relação senhorial.

Figura 5 – Árvores sem cuidado



Fonte: Jackson (2003)

Esta relação senhorial, além do mais, suscita uma matriz epistêmica organizada para a dominação da terra, uma vez que todo espaço que se procura dominar já se encontra numa situação de submissão, de subalternidade. A postura dominadora tem por consequência, à vista disso, a degradação. Afinal, como mostra a história e os exemplos apontados por Escobar (2014), logo após as deteriorações da terra e exauridos todos os recursos ao alcance das mãos humanas, a terra é abandonada a própria sorte. Isso acontece porque a única coisa que ela poderia dar, os recursos, já não existe mais

Nas paisagens filmicas aqui interpretadas (Figura 5), aludindo a La Blache (2012), há uma geografia das ruínas, dos destroços – produto da geografia profética de Saruman e seus servos. Nelas, vemos as feições a revelar o poder destrutivo daquele que se colocam como superiores à realidade circundante, a terra. Estes, incapazes de assegurar a perenidade da extração e do consumo dos

“recursos”, se deslocam do ponto degradado e procuram outras aéreas para estabelecer sua pretensa relação senhorial. Com efeito, Saruman e os orcs, então, procuram outras paisagens, outros lugares para submeter a terra. Neste caso, as ausências deles nas paisagens revelam discursos de ordem espacial; afinal, tanto os ditos como os não ditos da paisagem apresentam discursos geográficos (DUNCAN, 2004). Assim, nas submissões terrestres da geografia profética, após extrair o valor utilitário da terra, os personagens geográficos se obrigam a escolher outro ponto do espaço, considerado “rico em recursos”, para continuar com a exploração, na única relação que procuram ter com a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre a Geografia e os filmes, as geografias fílmicas, possuem as mais variadas contribuições para a compreensão do espaço geográfico, mas, como vimos, a leitura e interpretações dos discursos espaciais se evidenciam como uma proposta pertinente para tal compreensão. Dentro deste diálogo, aliás, a noção de personagem geográfico é uma válida via teórico-metodológica, que auxilia ampliar o próprio diálogo e propicia que elementos da cultura sejam incluídos no campo científico, desde a sua origem com os filmes de Indiana Jones como também no caso em tela com a trilogia *O Senhor dos Anéis*.

Com efeito, investigar os personagens geográficos desta trilogia proporciona um novo tratamento aos mundos oníricos, às narrações baseadas em estruturas míticas, que são, na verdade, outras formas de fazer geografia, de compreender as relações espaciais de toda ordem. Efetivamente, filmes de fantasia são um convite a reflexão deste mundo. E mais do que isso: um convite a remodelar nossos pensamentos e nossas posturas, a reimaginar nossas relações com o espaço geográfico.

Assim, é vital compreender os discursos dos personagens que intentam submeter a terra, que objetivam por relações senhoriais e compreendem o “natural” como uma realidade exterior, utilitária e claudicante. Ao perceber que estes são apresentados negativamente, sempre um com tom taciturno, de escuridão, reconhecemos o discurso contra a instrumentalização da natureza, contra aquilo que Arturo Escobar chamou de ontologias dualísticas. Perceber que, na trilogia, o mal vive numa geografia profética que visa dominar a natureza, fazer dela um mero recurso, é reconhecer que os discursos espaciais da obra vão de encontro com a mentalidade dominadora e senhorial.

De fato, as imaginações geográficas, expressas nas paisagens fílmicas e nos diálogos de *O Senhor dos Anéis*, ilustram esse embate e promovem o convite à reflexão demandada pela sociedade hodierna. Com efeito, a sociedade atual, ainda gestando discussões a respeito da sua separação da natureza, está em meio a uma crise ambiental, que também tem aspectos sociais, culturais e econômicos. Desse modo, incitar reflexões sobre as relações com a terra nunca foi tão preciso e urgente. Os conteúdos do imaginário, sobretudo a trilogia *O Senhor dos Anéis*, ajudam os geógrafos e toda a sociedade nessa reflexão. Este é um trunfo que, nos tempos atuais, as geografias fílmicas não podem negligenciar. Que seja mais um passo para uma ciência que se deixa renovar pela arte e pela imaginação.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Ana Francisca. Geografia e cinema. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDHAL, Zeny (Org.). Cinema, Música e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 95-127.
- BULCÃO, Marly. Luz, câmera, filosofia: mergulho na imagética do cinema. São Paulo: Ideias & Letras, 2013. 240 p.
- CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 2012. 432p.
- CLAVAL, Paul. Mitos e imaginários en geografía. IN: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel. Geografías de lo imaginario. Barcelona: Antropos, 2012. p. 29-48.
- DARDEL, Eric. O homem e a terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015. 159 p.
- DESBOIS, Henri; GERVAIS-LAMBONY, Philippe; MUSSET, Alain, Géographie: la fiction "au cœur", Annales de géographie, vol. 709-710, n° 3, p. 235-245, 2016.
- DERRIDA, Jacques. A farmácia de Platão. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005. 128 p.
- DUNCAN, James S. A paisagem com sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 91-132.
- ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184p.
- FERREIRA, Thiago D. Rosa. Mitos da Terra-Média: mitologia e modernidade na obra de J.R.R. Tolkien, Uberlândia: EDUFU, 2018. 173p.
- HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. Revista Scientia Studia, v. 5, n. 3, p. 375-398. 2007.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. Da interpretação geográfica das paisagens. In: Vidal, Vidais: textos de Geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 125-130.
- LUKINBEAL, Chris. Cinematic landscapes. Journal of Cultural Geography, v. 23, n.1, Winter, p. 3-22, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. O theatrum mundi pós-moderno: o jogo da vida, a vida como jogo. Curitiba: PUCPRESS, 2021. 160p.
- NAME, Leonardo. Geografia pop: o cinema e o outro. Rio de Janeiro, Apicuri: 2013. 192p.
- NOGUERA, A. P.; ARIAS, D. A. B.. Geografias del habitar: un habitar geopoético en la era planetária. Geograficidade, v.1, n1, p. 19-31, Inverno, 2014.
- OLIVEIRA JUNIOR, W. Lugares Geográficos e(m) locais narrativos: um modo de se aproximar das Geografias de Cinema. IN: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Orgs.). Qual o Espaço do Lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 119-154.
- RAFFESTIN, Claude. Pourquoi n'avons-nous pas lu Éric Dardel? Cahiers de géographie du Québec. Montreal: Département de Géographie de l'Université Laval, v. 31, n. 84, p. 471-481, dez. 1988.
- ROSSI, Paolo. A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da Revolução Científica. São Paulo: Editora UNESP, 1992. 390p.
- SERRES, Michel. Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados - I. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. 364 p.
- STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 160p.
- TOLKIEN, J.R.R.. Sobre histórias de fadas. São Paulo: Conrad Livros, 2006. 118p.
- TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 2012. 342p.
- . Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 2013. 248p.

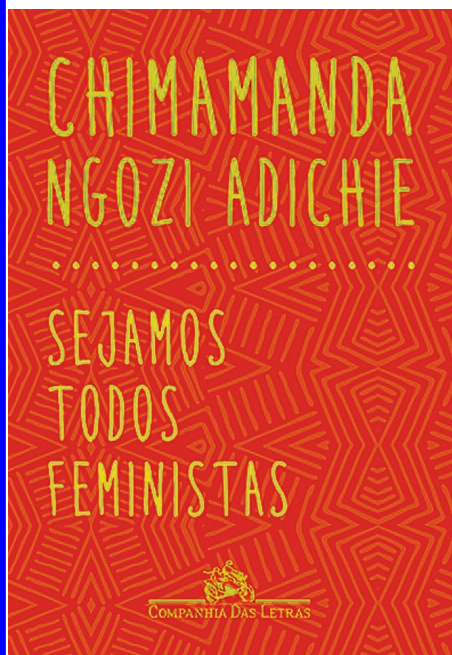
FILMOGRAFIA

- O Senhor dos Anéis - A sociedade do Anel (Estados Unidos, 2001). Filme a cores, falado. 178 minutos.
- O Senhor dos Anéis - As duas torres (Estados Unidos, 2002). Filme a cores, falado. 179 minutos
- O Senhor dos Anéis - O Retorno do Rei (Estados Unidos, 2003). Filme a cores, falado. 201 minutos

Sejamos todos feministas

Zidelmar SANTOS¹

RESENHA: ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Trad. Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



A nigeriana Chimamada Ngozi Adichie tem se destacado como umas das mais importantes escritoras africanas da atualidade. Sua obra já foi traduzida para mais de 30 idiomas. Muito desse sucesso deve-se à sua militância e por sua obra propor uma ruptura com a concepção de uma África única marcada exclusivamente pela miséria e violência, estereótipos cristalizados pela cultura ocidental.

As questões da identidade, da nacionalidade, o racismo, o preconceito, a violência de gênero, a diáspora, bem como a imigração para os Estados Unidos em busca do “sonho americano”, são problemas destacados pela escritora, o que demonstra o forte impacto que o colonialismo exerceu em sua produção literária.

Em *Sejamos todos feministas*, versão modificada de uma palestra proferida pela escritora em 2012 no evento TEDXEuston, Chimamanda aborda a questão de gênero na Nigéria a partir de sua própria experiência naquele país. Na Nigéria, a mulher é tratada de maneira desigual em praticamente todos os aspectos daquela sociedade, independente de possuir alguma posição de destaque em relação aos membros homens de sua família.

Segundo a escritora, o feminismo é visto como um elemento que corrompe o status quo, ameaçando a tradição e a cultura local. E é, de certa forma, combatido pelas pessoas que deveriam dar espaço para o diálogo e debate sobre o tema. Adichie salienta, por exemplo, que “uma professora universitária nigeriana veio me dizer que o feminismo não fazia parte da nossa cultura, que era antiafricano, e que, se eu me considerava feminista, era porque havia sido corrompida pelos livros ocidentais” (ADICHIE, 2015, p. 13).

A autora ilustra o caráter negativo que o termo possui em seu país de origem: “a feminista odeia os homens, odeia sutiã, odeia a cultura africana, acha que as mulheres devem mandar nos homens; ela não se pinta, não se depila, está sempre zangada, não tem senso de humor, não usa desodorante”. (ADICHIE, 2015, p. 13). Dá exemplos de como isso sempre a afetou desde quando criança até quando já adulta, observava a forma como era tratada quando saía com algum amigo: o garçom sempre cumprimenta “ele”, o flanelinha sempre agradece “ele”, mesmo sendo ela a dar a gorjeta.

¹ Doutorando e Mestre em Letras (2019) pela UESC, Ilhéus Bahia. É Licenciado (2011) e Especialista (2014) em História do Brasil pela mesma instituição.

As diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho também são abordadas pela autora, que propõe uma mudança, pois “nossas ideias de gênero ainda deixam a desejar”. O impacto dessas diferenças de tratamento chama a atenção na fala da autora, que problematiza a questão do ensinamento dado a meninas e meninos. As meninas, por exemplo, são educadas para o casamento. Os meninos não. O feminismo é visto, desta maneira, como “uma ameaça - a destruição de um casamento, a possibilidade de acabar não se casando - levantada contra as mulheres na nossa sociedade com uma frequência muito maior do que contra os homens” (ADICHIE, 2015, p. 36).

Para a escritora, a maneira como as crianças são criadas é a chave para a mudança no comportamento das pessoas acerca da questão de gênero. Na Nigéria, a noção de masculinidade, por exemplo, é ensinada aos homens ainda pequenos e o papel de submissão da mulher também. O resultado é que, “em nossa sociedade, a mulher de certa idade que ainda não se casou se enxerga como uma fracassada. Já o homem, se permanece solteiro, é porque não teve tempo de fazer sua escolha” (ADICHIE, 2015, p. 42).

Outras questões também são tocadas pela escritora: a rivalidade entre mulheres em busca de casamento, a virgindade, o estupro, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a aparência, dentre outras. A autora questiona a relação entre cultura e subordinação da mulher:

Tem gente que diz que a mulher é subordinada ao homem porque isso faz parte da nossa cultura. Mas a cultura está sempre em transformação. Tenho duas sobrinhas gêmeas e lindas de quinze anos. Se tivessem nascido há cem anos, teriam sido assassinadas: há cem anos, a cultura Igbo considerava o nascimento de gêmeos como um mau presságio. Hoje essa prática é impensável para nós.

Para quê serve a cultura? A cultura funciona, afinal de contas, para preservar e dar continuidade a um povo (ADICHIE, 2015, p. 63-64).

Apesar desse progresso, contudo, Chimamanda Adichie revela que, em relação a seus irmãos, embora ela seja a mais interessada nas questões culturais, ancestrais e tradições familiares, é excluída das decisões e reuniões familiares, pois apenas os membros homens da família “podem participar das reuniões em que as decisões familiares mais importantes são tomadas” (ADICHIE, 2015, p. 64-65). A escritora conclui convocando mais mulheres ao uso da palavra “feminista”, chamando também os homens para a causa já que todos “temos que melhorar”.

Embora seja um texto curto, as palavras da escritora nigeriana Chimamanda Adichie levam o leitor a refletir sobre o tema proposto de maneira clara e objetiva. Mais que isso: apresentam aspectos culturais da Nigéria de modo a desmistificar as imagens projetadas pelo ocidente para aquela realidade.

Isso lembra-nos outra palestra/publicação intitulada O perigo de uma história única (ADICHIE, 2019), onde a escritora alerta para o perigo de se comprar a narrativa midiática que transmite sempre a mesma história de pobreza, violência e exotismo para a África, como se o continente fosse um único país. Essa narrativa estereotipada é tão veiculada que acaba sendo a única imagem que diversas pessoas pelo mundo têm do continente africano, visto que ela desconsidera toda

a riqueza e diversidade cultural das populações africanas.

Chimamanda Ngozi Adichie, por meio de sua obra literária, a exemplo de *Hibisco roxo*; *Meio sol amarelo*; e *No seu pescoço*, combate essa visão deturpada da África, motivo pelo qual sua leitura e discussão deve continuar dentro e fora do âmbito acadêmico, pois permite aos leitores perceberem aquilo que deve ser a função primária da literatura, principalmente em tempos autoritários: combater as injustiças sociais. Cabe a nós espalhar essa mensagem.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de: Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.